



## PROJETO

Aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O Sr. Vereador Domingos Moreira Semedo (PS) esteve presente em substituição do Vereador Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 a 4.

A Sra. Vereadora Rute Isabel Ramos Perdigão (PPD/PSD) esteve presente em substituição da Vereadora Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 5 a 7.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.

### Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
  - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
  - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
  - 1. Projeto da Ata n.º 26/2022 - Reunião ordinária de 07 de dezembro de 2022**
  - 2. Deliberação n.º 669/2023 – Proposta n.º 25/2023 – GAP – Abertura de procedimentos concursais – Cargo Dirigente Superior e Cargos Dirigentes Intermédios de 1.º grau e de 2.º grau e designação da composição do respetivo júri de recrutamento – Serviços Municipalizados de Setúbal**
  - 3. Deliberação n.º 670/2023 – Proposta n.º 26/2023 – GAP – Fornecimento de Energia Elétrica para os Serviços Municipalizados de Setúbal, em baixa tensão normal (BTN), baixa tensão especial (BTE) e média tensão (MT) ao abrigo do Acordo-Quadro AQ-ELE-2020, celebrado pela eSPap, pelo período de 01 de Junho a 31 de Dezembro de 2023**
  - 4. Deliberação n.º 671/2023 – Proposta n.º 27/2023 – GAP – Protocolo de delegação de competências da Agência Portuguesa do Ambiente no Município de Setúbal em matéria de licenciamento e de fiscalização das utilizações do domínio hídrico – Parque de Merendas da Comenda – Ribeira da Ajuda**

5. **Deliberação n.º 672/2023 – Proposta n.º 01/2023 – GADSEA – Candidatura do Município de Setúbal ao Galardão ECOXXI 2023**
6. **Deliberação n.º 673/2023 – Proposta n.º 364/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Alteração ao prazo da cedência de uso e gestão de espaço público municipal da Várzea, União de Freguesias de Setúbal**
7. **Deliberação n.º 674/2023 – Proposta n.º 366/2023 – DAF/DICOMP/SECOMP – Ajuste Direto n.º 38/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de Serviços de Segurança Privada em Edifícios Municipais, pelo período de 12 meses, ao abrigo do lote 3 do Acordo Quadro AQ-VS-2022 – ID 4313135, promovido pela ESPAP – Ratificação de adjudicação**
8. **Deliberação n.º 675/2023 – Proposta n.º 04/2023 – DASU/DISUR – Protocolo de cooperação entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal (APPACDM)**
9. **Deliberação n.º 676/2023 – Proposta n.º 15/2023 – DEB/DIGEPE – Protocolo de colaboração com Associação Cristã da Mocidade de Setúbal e Agrupamento de Escolas Barbosa do Bocage**
10. **Deliberação n.º 677/2023 – Proposta n.º 16/2023 – DEB/DIGEPE – Transferência financeira à Associação de Pais da Escola Básica da Brejoeira no âmbito das medidas de mitigação dos efeitos da crise económica**
11. **Deliberação n.º 678/2023 – Proposta n.º 17/2023 – DEB/DIGEPE – Reforço financeiro no âmbito do protocolo celebrado entre o Município de Setúbal, a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica da Brejoeira e o Agrupamento de Escolas de Azeitão – Aumento oferta rede de educação pré-escolar**
12. **Deliberação n.º 679/2023 – Proposta n.º 18/2023 – DEB/DIGEPE – Carta Educativa do Concelho de Setúbal**
13. **Deliberação n.º 680/2023 – Proposta n.º 365/2023 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 18/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para fornecimento contínuo de massas asfálticas a quente com inertes de basalto ou diorito (AC 12 SURF 35/50, 3500 toneladas com transporte e 1500 toneladas sem transporte) - Adjudicação**
14. **Deliberação n.º 681/2023 – Proposta n.º 77/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio ao Grupo Coral Alentejano ‘Os Amigos dos Sadinos’ pela participação no XVI Encontro de Corais Alentejanos – Alentejo Abraça Setúbal**
15. **Deliberação n.º 682/2023 – Proposta n.º 78/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio ao 45.º Festival Nacional e 2.º Internacional de Folclore de Setúbal - Praias do Sado**
16. **Deliberação n.º 683/2023 – Proposta n.º 79/2023 – DCDJ/DICUL – Comissão de Festas do Novo Círio da Nossa Senhora da Arrábida – Apoio financeiro**
17. **Deliberação n.º 684/2023 – Proposta n.º 80/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio pontual Grupo de Teatro Puzzle (APPACDM)**
18. **Deliberação n.º 685/2023 – Proposta n.º 81/20223 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico**
19. **Deliberação n.º 686/2023 – Proposta n.º 82/2023 – DCDJ/DIMEF – Apoio financeiro à Associação Bairro Cool (ABC) – equipamento de som, luz, projeção de vídeo e palco**
20. **Deliberação n.º 687/2023 – Proposta n.º 83/2023 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Alta Competição às modalidades desportivas coletivas – Época Desportiva 2022-2023**

21. **Deliberação n.º 688/2023 – Proposta n.º 8342023 – DCDJ/DICUL - Projeto “Programar o Futuro” – Protocolo de cooperação entre a SIC Esperança e o Município de Setúbal**
  22. **Deliberação n.º 689/2023 – Proposta n.º 162/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Processo n.º 151/22**
  23. **Deliberação n.º 690/2023 – Proposta n.º 163/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura - Processo n.º 392/22**
  24. **Deliberação n.º 691/2023 – Proposta n.º 164/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Processo n.º 410/22**
  25. **Deliberação n.º 692/2023 – Proposta n.º 165/2023 – DURB/GAPGPA – Renovação de protocolo e de atribuição de apoio financeiro para o projeto na área do Turismo acessível nas praias de Albarquel e Figueirinha – Projeto “Praias de Setúbal para Todos - 2023”**
  26. **Deliberação n.º 693/2023 – Proposta n.º 02/2023 – GAVPS – Participação Variável de IRS para o ano 2023**
  27. **Deliberação n.º 694/2023 – Proposta n.º 03/2023 – GAVPS – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano 2023**
- C) **Período destinado à intervenção do Público**

## **A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)**

- a) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP) e dos departamentos de Administração Geral e Finanças (DAF) e Comunicação, Relações Internacionais e Turismo (DCTUR), conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 9 a 11.
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recursos Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 12.
- c) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Vereadora Rita Carvalho (GAVRC) e do Departamento de Urbanismo, Habitação, Mobilidade e Fiscalização (DURB), incluindo alvarás, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 13 a 15.

### **2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia**

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que tinha ouvido com muita atenção as palavras do Sr. Presidente na última sessão da Assembleia Municipal e tinha registado que, dos 22 minutos que tinha dedicado à apresentação da Prestação de Contas do Município, 7 tinham sido consagrados a tecer considerações sobre aquilo que entendia ser o sentido de voto da oposição, e, em particular, a discorrer sobre a declaração de voto dos vereadores do Partido Socialista. Tinha sido quase um terço do tempo.

Tinha registado que o Sr. Presidente insistia em responder aos vereadores do Partido Socialista apenas quando eles não podiam usar da palavra para exercer o necessário contraditório. Tinha sido assim na sessão solene do 25 de Abril de 2021 e tinha sido assim na última sessão da Assembleia Municipal, mas queria dizer-lhe que estavam ali naquele dia e estavam disponíveis para voltar a discutir os documentos que o Sr. Presidente entendesse.

A declaração de voto dos vereadores do Partido Socialista sobre a Prestação de Contas de 2022 estava sustentada nos mesmos números que tinham apresentado na intervenção deles na reunião do dia 19, mas, nesse momento, no momento da discussão da proposta, não se recordava de ter ouvido a réplica do Sr. Presidente. Aliás, os números que tinham sustentado, quer a declaração de voto deles quer a sua intervenção, eram números que não tinham surgido do ar, eram números que constavam do documento que ali tinha sido apresentado pelo Sr. Presidente.

Só podia entender o silêncio do Sr. Presidente no momento da discussão da Prestação de Contas de uma de três formas: ou não conhecia o documento que estava a discutir ou tinha precisado que um dos seus assessores lhe preparasse a resposta ou não gostava que a oposição exercesse o seu direito de discordar da análise do documento e do modelo de gestão e do projeto político que estavam na sua génese, na sua base.

Tinha registado, ainda, a afirmação do Sr. Presidente sobre aquilo que era o seu entendimento no sentido de voto responsável. O Sr. Presidente tinha dito - e passava a citar: *“Quando votamos a Prestação de Contas não votamos opções políticas, votamos um relato técnico, um retrato fiel da forma como o orçamento foi executado”*. Ora, tendo em conta essa afirmação - enfim, eram as palavras do Sr. Presidente -, havia uma questão que o assolava e que tinha, necessariamente, que colocar: O Sr. Presidente considerava que as contas da Câmara Municipal de Constância não correspondiam à realidade? Que o Relatório de Contas estava *“martelado”*? Não sabia se seria um relato técnico e um retrato fiel da forma como o orçamento de Constância tinha sido executado, porque a CDU de Constância tinha votado contra, ou seria a CDU de Constância que seria irresponsável?

Mas, também no Porto, as contas da Câmara, o relatório que tinha sido apresentado refletia a execução que tinha sido feita? Seria um retrato fiel? Seria um relato fidedigno ou era a CDU do Porto que era irresponsável? Aliás, tinha sido irresponsável ao longo dos anos, porque, sistematicamente, tinha votado contra. Ou, ainda, nas contas de Odivelas? As contas de Odivelas que tinham sido apresentadas e que tinham sido discutidas e votadas correspondiam à realidade? No entendimento do Sr. Presidente, eram um retrato fiel e um retrato fidedigno daquilo que tinha sido a execução do orçamento ou era a CDU de Odivelas que era irresponsável? Talvez o Sr. Presidente pudesse esclarecer se a CDU de Odivelas ou do Porto ou de Constância e muitas outras, pelo país, eram assim tão diferentes da CDU de Setúbal ou se eram assim tão irresponsáveis ou se eram as contas que, no seu entendimento, não correspondiam à realidade nesses municípios e em muitos outros.

A verdade era que a verificação da veracidade técnica e contabilística dos movimentos era uma responsabilidade do Revisor Oficial de Contas. Aos vereadores da oposição competia analisar o documento, discuti-lo e votá-lo de acordo com o modelo de gestão do qual a prestação de contas resultava e esse voto, por muito que custasse, seria sempre em função daquilo que consideravam serem os melhores interesses de Setúbal e não em função dos melhores interesses da CDU.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que na antevéspera tinha estado a ler o relatório do Conselho Económico e Social e era particularmente interessante no que dizia respeito à visão que tinha para o país, porque tinha, de facto, uma visão para o país e uma estratégia para o país e apontava aquilo que estava bem e aquilo que estava mal.

Uma das coisas a que se referia esse relatório era o facto de Portugal ser um dos países mais seguros do mundo, de facto, mas que convinha reforçar os mecanismos que levavam a que fôssemos um dos países mais seguros. Quando falava em mecanismos, obviamente que falava em reforço das verbas e das condições de trabalho dos OPC, os órgãos de polícia criminal.

Isso tudo por uma razão, no que dizia respeito a Setúbal, porque tinha passado pela parte da frente do antigo edifício do Governo Civil e via sempre um agente da PSP do lado de dentro do portão, na parte onde entravam os carros – não sabia se continuavam a entrar - que seriam para estacionar no pátio interior.



Qual era a relação de uma coisa com a outra? A relação de uma coisa com a outra, na sua opinião, tinha a ver com as instalações da PSP em Setúbal, que não eram famosas e queria ficar por aí, para não ser agressivo nem destrutivo na sua intervenção.

A sua pergunta ao Sr. Presidente era no sentido de saber qual era o estado daquele edifício, se estava afeto a alguma entidade – e, no caso afirmativo, qual – e, se não estivesse afeto, qual era a ideia que tinham para lhe dar uso e que destino queriam dar-lhe.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que queria dar ao Sr. Presidente a oportunidade naquela reunião da Câmara, de emendar a mão e reconhecer que, não tendo tido conhecimento das perguntas que tinham sido feitas no inquérito, que teria sido o coordenador desse mesmo inquérito - portanto, o responsável desse mesmo inquérito - ou alguém do seu gabinete, que, sem o seu conhecimento, teria encomendado à empresa as perguntas que tinham sido feitas no inquérito telefónico à população de Setúbal, o mesmo inquérito que - pasme-se! – estava a ser feito em Alcácer do Sal e, precisamente, com as mesmas perguntas, perguntando, inclusivamente, se não se podendo recandidatar o presidente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, o que é que o que é que a população inquirida entendia que devia ser ou que estava em melhores condições de ser o próximo presidente da Câmara Municipal de Alcácer.

Diria o Sr. Presidente que o interesse era tanto na pessoa do presidente da Câmara de Alcácer como na sua pessoa, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Setúbal. O interesse deveria ser o interesse nacional, que a empresa que tinha sido contratada pela Câmara Municipal de Setúbal e pela Câmara Municipal de Alcácer tinha decidido por ela, sem que tivesse havido qualquer tipo de encomenda por parte dos dois municípios, decidisse por ela acrescentar algumas perguntas pelo interesse nacional que essas mesmas questões tinham.

Os vereadores do Partido Socialista davam ao Sr. Presidente a oportunidade de lhes entregar o estudo por inteiro, com as perguntas, todas as perguntas que tinham sido feitas, e com as respostas que tinham sido obtidas pela Câmara Municipal, porque aquilo que o Sr. Presidente lhes tinha dito na reunião anterior não correspondia à verdade. As perguntas tinham sido feitas, as respostas tinham sido dadas e as perguntas tinham sido encomendadas pela Câmara Municipal. Portanto, os vereadores do Partido Socialista exigiam duas coisas: Uma era que o Sr. Presidente se retratasse das afirmações que tinha feito na reunião anterior da Câmara, dizendo que desconhecia, porque, se desconhecia num primeiro momento, não desconhecia naquele momento.

Tinha desconhecido num primeiro momento, talvez, a encomenda que tinha sido feita, mas não desconhecia naquele momento as perguntas que tinham sido feitas e as respostas que tinham sido dadas e o resultado dessas mesmas questões que tinham sido colocadas.

Os vereadores do Partido Socialista exigiam, também, que esse estudo fosse entregue por completo, com essas perguntas que tinham sido feitas e com as respostas que tinham sido dadas e com o resultado que a empresa tinha entregue por inteiro à Câmara Municipal de Setúbal.

Apesar de não ter estado presente, tinham também estado com muita atenção às últimas declarações do Sr. Presidente, não só na Assembleia Municipal, mas em outros fóruns.

Dizia o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal que, relativamente ao estacionamento tarifado, já não estava em conversações, naquele momento já estava em negociações. Aquilo que sempre tinha dito ali, na reunião da Câmara, que não existiam negociações com a empresa DataRede, verificavam que tinham passado de conversações para negociações. A expressão era do Sr. Presidente e as afirmações também, não eram deles.

Dizia, também, o Sr. Presidente que estava ali, naquele momento, para resolver o problema: *“Está aqui o Presidente da Câmara para resolver o problema”*. Estava ali para resolver o problema, que não era fácil, porque tinha sido uma decisão tomada no mandato anterior - palavras dele, também - e que existia uma situação também complexa, porque não era fácil a negociação, essa negociação com a empresa.

Ora, indo aos factos, porque não valia a pena andar ali em curvas e contracurvas, relativamente a essa temática, o Sr. Presidente não tinha caído ali de pára-quedas, já ali andava havia muitos anos. No mandato anterior não fazia parte do executivo, mas era Presidente da Assembleia Municipal e, portanto, no mandato anterior - o mandato 2017-2021 -, a CDU tinha maioria absoluta e usava essa maioria absoluta como um rolo compressor. Não ouvia a oposição, não queria saber das opiniões que eram dadas e, portanto, geria a Câmara Municipal como bem entendia, sem ouvir a oposição.

Sobre a questão do estacionamento, seriam claros: No dia 17/4/2019 tinham existido duas propostas trazidas à Câmara Municipal. Essas propostas, a do concurso público que tinha sido lançado pela Câmara Municipal, e o Regulamento Municipal do Estacionamento, tinham sido aprovadas – pasme-se! - com os votos da CDU, que tinha a tal maioria e o tal rolo compressor. Portanto, esses dois instrumentos tinham sido aprovados pela CDU e não pela oposição. A oposição tinha votado contra, os vereadores do Partido Socialista tinham votado contra.

Depois, na Assembleia Municipal, o Sr. Presidente era Presidente da Assembleia Municipal. No dia 29/4/2019 esses dois documentos também tinham estado em discussão e tinham sido votados na Assembleia Municipal. O Sr. Presidente não tinha levantado, na altura, qualquer problema sobre o concurso público que tinha sido lançado, sobre o documento que lhe tinha sido apresentado para ser votado na Assembleia Municipal e também não tinha levantado qualquer problema relativamente ao regulamento que ali tinha sido aprovado. O Sr. Presidente tinha aplaudido e tinha votado a favor.

Naquele momento, era Presidente da Câmara Municipal de Setúbal e vinha ali dizer, como se nada tivesse a ver com o processo do passado, que a responsabilidade não seria sua e que estaria a tentar resolver o problema. Mais, atirava para a oposição, dizendo que nenhuma força política, na Câmara Municipal ou na Assembleia Municipal, tinha apontado um caminho. Então, queria dizer ao Sr. Presidente, de forma muito clara, que os vereadores do Partido Socialista, quando esse concurso foi lançado e quando o regulamento municipal também foi lançado, tinham chamado a atenção para vários aspetos, relativamente ao regulamento, que o tal rolo compressor da maioria não tinha querido ouvir, e, relativamente ao concurso, tinham dito: *“Os vereadores do Partido Socialista não são contra o estacionamento tarifado na cidade de Setúbal. Entendem, até, como uma forma de contribuir para uma melhor mobilidade e regulação do estacionamento na cidade”*.

Aquilo que não aceitavam - não aceitavam no passado e não aceitavam naquele momento – era que esse contrato tivesse sido feito à pressa, o concurso tivesse sido lançado à pressa, para estar em vigor durante 40 anos, e com o aumento do estacionamento tarifado em 500 por cento, sendo alargado a zonas residenciais onde não se percebia porque é que o estacionamento passava a ser tarifado e o que é que isso iria contribuir para uma melhor mobilidade. Aliás, o Sr. Presidente já tinha percebido isso e estava em negociações com a empresa.

Portanto, aquilo que os vereadores do Partido Socialista queriam, naquele momento, ali dizer ao Sr. Presidente era que se, naquele momento, tinham o estacionamento tarifado na cidade com essa mancha que iria ocupar mais de 500 por cento do que aquilo que existia na cidade e por 40 anos, a responsabilidade era da CDU, que tinha maioria absoluta na Câmara e na Assembleia Municipal e que tinha aprovado esse concurso com essas regras e tinha aprovado o regulamento municipal tal como estava naquele momento. Não tinham sido os vereadores do Partido Socialista, tinham sido os senhores da CDU.

Naquele processo, nem a empresa tinha responsabilidade, porque a empresa tinha concorrido a um concurso que tinha sido lançado pela Câmara Municipal por decisão da CDU. A empresa tinha concorrido e estava, naquele momento, a exigir que fossem cumpridos os termos acordados nesse concurso. Aliás, à cabeça, a empresa tinha avançado logo com um pagamento de perto de 4 milhões de euros - isso estava no concurso - e, portanto, nem a empresa era responsável por aquela situação que viviam naquele momento nem os vereadores do Partido Socialista eram responsáveis.

Aliás, naquele mandato, já por duas vezes que os vereadores do Partido Socialista tinham avançado ali com aquilo que consideravam serem pilares da negociação que devia ser tida com a empresa, para corrigir erros que tinham sido cometidos pelo Sr. Presidente e pela sua antecessora, pelos vereadores da CDU da Câmara Municipal de Setúbal, que, no mandato anterior, eram os mesmos. Portanto, não tinha havido ali qualquer tipo de alteração.

Se existia responsabilidade por aquilo que, naquele momento, estavam a viver em termos de estacionamento tarifado na cidade de Setúbal, essa responsabilidade era do Sr. Presidente e da sua antecessora. Se existia, naquele momento, um estacionamento por 40 anos e com um aumento - e terminava assim - de 500 por cento, a responsabilidade não era da empresa, a responsabilidade não era dos trabalhadores da empresa, a responsabilidade não era dos vereadores da oposição, a responsabilidade era da CDU. O Sr. Presidente era o pai do estacionamento tarifado em Setúbal e Dores Meira era a mãe do estacionamento tarifado por 40 anos e com o aumento de 500 por cento.

**Sr. Presidente** – Disse que tinha gostado muito de ouvir o senhor vereador e certamente que muitos setubalenses também tinham gostado. Aliás, haveriam de gostar ainda mais quando lhe respondesse às questões que tinha colocado. (*“Sra. Vereadora Patrícia Paz...”*)

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que a Sra. Vereadora Patrícia Paz tinha uma intervenção para fazer e ele tinha só duas questões adicionais para colocar.

**Sr. Presidente** – Disse ao Sr. Vereador Joel Marques que, como tinha visto, na reunião anterior e na reunião anterior a essa, a senhora vereadora do PSD tinha-lhes chamado a atenção para serem mais comedidos no uso do tempo destinado ao período antes da ordem do dia.

Como tinha visto, o Sr. Vereador Fernando José tinha utilizado o tempo de todos e, portanto, teriam de ser mais contidos, porque também queria dar resposta.

**Sr. Vereador Joel Marques** – *“E nós queremos ouvi-las, Sr. Presidente.”*

**Sr. Presidente** – Por isso, iria dar-lhe resposta, porque o senhor vereador também já tinha feito as suas intervenções e ele também queria dar-lhe resposta às questões que tinha colocado.

*“Sr. Vereador Joel Marques, relativamente ao... / “Sr. Presidente, peço desculpa por interrompê-lo, mas, como tinha dito no início da minha segunda intervenção, a Vereadora Patrícia Paz também teria uma intervenção para fazer e já se tinha inscrito.” / “Mas, tem ou não tem?” / “Tenho.” / “Tem, tem. Tem, o senhor é que não lhe deu a palavra.” / “Senhor vereador, entendam-se lá. É que a senhora vereadora pediu a palavra, depois o senhor diz que, afinal, não era ela que utilizava a palavra era o senhor. Agora, como eu lhe fiz esta recomendação, o senhor já diz que é a senhora vereadora. Tudo bem, faça favor, senhora vereadora.”*

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que, em reuniões anteriores, tinham questionado o Sr. Presidente, na sequência da adjudicação, em outubro de 2022, do empréstimo que permitia financiar a requalificação da Praça do Brasil. Queria saber para quando seria a intervenção no terreno, relativamente à execução de rotunda, e se seria possível avançar com informação relativa à intervenção pendente na Avenida dos Ciprestes, dado o estado inacabado das mesmas.

O Sr. Presidente tinha referido, à data, que o arrastar no tempo se tinha ficado a dever ao facto de terem encontrado um equipamento da EDP, que tinha sido levantado na altura das obras e que tinha levado bastante tempo para resolver, que tinha conduzido, inclusivamente, à falta de iluminação daquela zona específica. Tinha referido que já tinha sido feito o concurso junto das entidades bancárias e que todo esse processo estava tratado e que aguardavam o visto do Tribunal de Contas relativamente ao empréstimo.

Naquele momento, a situação mantinha-se e penalizava todos os munícipes que gostavam de ver a cidade bonita, como bem tinha dito o Sr. Presidente, ainda que tivesse argumentado com o cumprimento da legislação e de todos os procedimentos e prazos que a própria legislação estabelecia.

A questão que ali deixavam era: Em que ponto estava o processo de intervenção no terreno, relativamente às rotundas inacabadas da Praça do Brasil e da Avenida dos Ciprestes?

Outra questão acerca da qual gostariam de saber se o Sr. Presidente tinha alguma informação complementar, pela proximidade geográfica, era que tinham tomado conhecimento, pela comunicação social, que se encontravam milhares de toneladas de resíduos perigosos num terreno, em aterro à beira do Parque Natural da Arrábida, e de que forma essa situação poderia ser um potencial perigo para o Parque Natural.

Alertavam, mais uma vez, o Sr. Presidente para a situação vivenciada no Centro Histórico. As ruas tinham, como todos sabiam, uma configuração apertada da rede de circulação viária, que já dificultava a passagem de veículos de socorro em si. Tinham constatado que algumas ruas continuavam ocupadas por mobiliário urbano e que, inclusivamente, havia veículos estacionados em ruas em que o trânsito era proibido, o que se podia afigurar como uma incompatibilidade - e já se tinha afigurado - para com situações de socorro, quer pelos bombeiros, quer pelo INEM.

**Sr. Presidente** - Relativamente às questões que o Sr. Vereador Joel Marques tinha colocado, o tempo já tinha passado, da discussão e do debate sobre a apresentação das contas. No entanto, tendo em conta que o senhor vereador tinha voltado a que colocar a questão, só tinham tido conhecimento mais aprofundado da posição do Partido Socialista relativamente às contas de 2022 através da declaração de voto por escrito que os senhores vereadores tinham apresentado depois da reunião da Câmara. Portanto, não tinham tido oportunidade de esclarecer e de deixar clara a posição deles relativamente a questões que tinham sido colocadas nessa declaração por escrito, de que só tinham tido conhecimento depois da reunião da Câmara. Naturalmente que o tinha feito na Assembleia Municipal. Fazia todo o sentido, naturalmente, no âmbito do debate democrático, que essas questões não ficassem esquecidas, porque aquilo que estava escrito... Também tinha um documento escrito, que tinha lido na Assembleia Municipal, como o senhor vereador bem sabia, e, portanto, as coisas, assim, ficaram mais claras.

Os senhores vereadores tinham apresentado uma declaração por escrito, embora a tivessem apresentado depois da reunião da Câmara, e ele tinha feito uma declaração no âmbito do decorrer dos trabalhos da Assembleia Municipal, como lhe competia fazer. Portanto, esse era o debate democrático que se impunha e, naturalmente, que o senhor vereador ficaria com o seu entendimento sobre essa matéria e, naturalmente, que a CDU tinha feito a declaração que lhe competia fazer sobre o mesmo, sobre esse assunto.

Relativamente à questão que tinha colocado sobre o votar contra ou votar a favor, acreditava que estariam ainda todos lembrados do que é que tinha acontecido no mandato anterior, a posição do Tribunal de Contas relativamente ao facto de haver partidos que tinham votado contra as contas. Portanto, certamente que o Tribunal de Contas também se haveria de pronunciar sobre esse assunto. Era só uma questão que achava que estava clara, era do conhecimento de todos e, portanto, sobre isso, também, que, no âmbito da vida democrática que tinham, naturalmente que as instituições haveriam de tomar as suas posições e exercer os deveres e os direitos que tinham. Portanto, também, sobre isso, achava que estava tudo esclarecido.

Quanto ao Sr. Vereador Fernando Negrão, supunha que se estaria a referir àquelas instalações que eram do antigo Governo Civil e que estavam a ser utilizadas pelo Comando da PSP. Não conhecia o contrato que haveria entre o proprietário daquelas instalações e o Comando da PSP, mas, sobre a outra questão que tinha referido, relativamente às instalações da PSP, isso sim.

Já tinha tornado público várias vezes que tinha tomado a iniciativa de pedir uma reunião à senhora Secretária de Estado da Administração Interna, exatamente para lhe manifestar duas

preocupações, uma relativamente à escassez de elementos da PSP no concelho de Setúbal, que era uma questão que os preocupava e achava que todos os cidadãos de Setúbal tinham a mesma preocupação que eles. A senhora Secretária de Estado tinha achado que ele não tinha razão, porque lhe tinha dito que estaria para breve a entrada de mais umas centenas de elementos da PSP e que, portanto, esse problema da redução do número de efetivos não se verificava.

Como falava com muita gente e também falava com responsáveis da PSP, tinha tido, numa conversa, uma reação de alguém da PSP que lhe tinha dito que era verdade, a senhora Secretária de Estado tinha razão, iriam entrar, como, aliás, todos os anos entravam, alguns efetivos na PSP. O problema que se colocava era que o número daqueles que entravam era sempre inferior àqueles que saíam e o resultado já sabiam qual era, era o que tinham aí nas ruas, em Setúbal e um pouco por esse país fora. Era, também, o que ouvia de outros autarcas com quem falava. Portanto, essa era a situação.

Continuariam, naturalmente, a manifestar publicamente preocupação e também já tinha tido oportunidade de voltar a confrontar a senhora Secretária de Estado, aquando do aniversário da PSP em Setúbal. A senhora Secretária de Estado tinha estado presente e ele, na sua intervenção, também tinha tido oportunidade de manifestar exatamente essa posição de grande preocupação, relativamente à redução significativa e progressiva do número de elementos da PSP no nosso Município e no nosso espaço urbano, na área de intervenção da PSP. Isso não tinha nada a ver com o bom relacionamento que tinham, que a Câmara Municipal tinha, com os dirigentes da PSP e com a PSP em geral.

Outra questão que também tinham manifestado tinha sido - porque a senhora Secretária de Estado tinha manifestado, também, essa preocupação - relativamente à esquadra da Bela Vista, no sentido de encontrarem uma solução alternativa à localização da esquadra da Bela Vista. Tinha respondido, por escrito, à senhora Secretária de Estado, indicando qual era a localização que correspondia às características que ela lhes tinha indicado, para a localização da esquadra e também tinham dito que a Câmara Municipal tinha cedido à PSP um espaço no centro da cidade, exatamente para a construção do Comando Distrital da PSP, que, como se sabia, estava em instalações da Câmara Municipal. Não pagava mais por isso, estava em instalações da Câmara Municipal e também pensavam que as condições não eram as melhores. Portanto, a Câmara Municipal tinha disponibilizado um espaço e consideravam mesmo que o espaço que tinha sido disponibilizado teria condições para acolher o Comando Distrital da PSP e para, exatamente, também instalar, lá a esquadra da Bela Vista. Isso correspondia às características que lhes tinham sido indicadas pela senhora Secretária de Estado, para a localização daquela esquadra.

Portanto, da parte deles existia toda a disponibilidade, conforme tinham manifestado, e continuava a existir toda a disponibilidade para apoiar a senhora Secretária de Estado, o Ministério da Administração Interna, nessa matéria.

Relativamente às obras da Praça do Brasil, a Sra. Vereadora Patrícia Paz tinha referido – e muito bem - que as obras se tinham atrasado na própria rotunda. Era disso que tinham falado, de quando tinha sido detetado um equipamento que era da EDP, na altura, e, depois, tinham tido de parar a obra, com consequências, naturalmente, para a cidade e para a Câmara Municipal, ao parar uma obra para decidir quem é que teria que reparar aquela situação, porque era um equipamento que era da EDP, até que se tinha chegado à conclusão, passado bastante tempo, que teria que ser a EDP, naturalmente, a encontrar uma solução para resolver aquele problema. Isso tinha atrasado a obra, com penalização para a Câmara Municipal, porque a empresa tinha parado a obra, e, portanto, a obra não tinha avançado.

Relativamente à intervenção em toda a praça, aquilo que tinha sido dito, como bem sabia, tinha sido que tinham incluído num empréstimo, que tinha sido pedido no ano anterior e tinha sido aprovado nos órgãos e que tinha ido para visto do Tribunal de Contas. Esse empréstimo, que tinha outros investimentos, tinha vindo do Tribunal de Contas havia cerca de 15 dias, e, portanto, os procedimentos estavam a decorrer, no sentido de regularizar aquela situação.

Relativamente aos resíduos perigosos junto à Serra da Arrábida, agradecia que a senhora vereadora o informasse da sua localização. Sinceramente, não tinha essa informação e

agradecia que, já que tinha essa informação, que lhes fizesse chegar. Para eles, se eram resíduos perigosos, naturalmente que caberia urgentemente tomar a iniciativa necessária, como tinha sido feito em situações passadas.

Relativamente aos impedimentos da circulação, eventualmente, também, com problemas para o socorro dos bombeiros, não tinha percebido a senhora vereadora, não tinha percebido bem qual era a questão.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que, relativamente à questão dos resíduos, tinha sido uma reportagem que tinha sido transmitida na CNN, muito recentemente, em que se tinha referido que se encontravam milhares de toneladas de resíduos perigosos em aterro à beira do Parque Natural da Arrábida. Eles tinham referido Zambujal, mas, efetivamente, era muito perto do Parque Natural da Arrábida. Era nesse sentido, pela proximidade geográfica, que questionava, se, eventualmente, o Sr. Presidente teria alguma informação acerca dessa situação.

**Sr. Presidente** – Disse que desconhecia, mas iria avaliar. Quanto aos impedimentos...

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que, relativamente às questões que tinha colocado no Centro Histórico, tinham a ver com o facto de as ruas serem muito estreitas e existir tanto mobiliário acumulado em algumas artérias e carros estacionados em ruas onde era proibido o estacionamento. Era nesse sentido, portanto, que havia constrangimentos, no caso de haver necessidade de socorro, como já tinha acontecido. Era um alerta nesse sentido, se pudesse, eventualmente, reforçar alguma coisa junto das autoridades.

**Sr. Presidente** – Disse que, como a senhora vereadora sabia, as ruas do Centro Histórico eram estreitas, mas não havia nada a fazer sobre isso. Tinham feito, havia uns anos, uma intervenção de requalificação do Centro Histórico, designadamente no Tróino Central, em que tinham sido todos os arruamentos intervencionados e requalificados e tinha ficado lá, exatamente, a sinalética para o impedimento da circulação e, até, do estacionamento.

Naturalmente que a Câmara Municipal não tinha meios para intervir nesse domínio do estacionamento. Como tinha referido pouco antes, no âmbito das boas relações que tinham com a PSP, estavam a desenvolver alguns esforços conjuntos, no sentido de sensibilizar os cidadãos, em geral, e, em particular, os automobilistas, para não estacionarem nos locais que não eram adequados. Portanto, os automobilistas sabiam quais eram os locais que não eram adequados, eram aqueles que tinham lá a sinalética que impedia o estacionamento.

Era uma ação que estava a decorrer, em colaboração com a PSP, e, naturalmente, passado algum tempo, a PSP teria de atuar em conformidade. Portanto, esse era um assunto que haveria de ser tratado e esperavam que fosse levado a bom porto, porque era essa, também, a responsabilidade deles enquanto gestores do espaço público e, portanto, com a colaboração da PSP, conseguiriam, também, sensibilizar a população e, em particular, os automobilistas para evitar essas situações.

Quanto à questão das perguntas e dos inquéritos, já tinha dito ao Sr. Vereador Fernando José, que achava que já tinham tratado desse assunto, a seu ver, o suficiente. Já lhes tinha dito e não tinha mais nada a dizer, que tinham sido distribuídas as perguntas e as respostas que tinham sido recolhidas junto dos setubalenses e dos azeitonenses. O relatório tinha sido entregue aos senhores vereadores, tal como tinham pedido.

Quanto àquilo que o Sr. Vereador Joel Marques tinha colocado, que lhe tinham feito mais umas perguntas e que a empresa tinha feito umas perguntas, não era polícia - ainda não era - e, portanto, cada um no seu lugar. Não tinha nada a ver com as perguntas que a empresa A, B ou C tinha feito a algum dos senhores vereadores. Não tinha nada a ver. Portanto, se havia algum problema, o senhor vereador que tinha respondido a perguntas ou não tinha respondido ou não tinha gostado das perguntas que lhe tinham sido feitas, teria de tratar com a empresa que lhe tinha feito as perguntas.

Depois, a outra ideia que o Sr. Vereador Fernando José tinha colocado, a dizer que: *“Bom, há aqui”* - nem sei como classificar isto – *“uma espécie de um conluio contra o Partido Socialista da Câmara de Setúbal e da Câmara de Alcácer, porque fazem as mesmas perguntas e os mesmos questionários”*, as câmaras municipais eram livres de fazer as perguntas que entendessem e de contratarem as empresas que entendessem.

O senhor vereador, dias antes, também tinha trazido ali uma outra questão, a dizer que eles tinham feito uma distribuição dos documentos e que eram iguaizinhos aos da Câmara de Alcácer, não sabia se estaria a preparar-se para ser candidato à Câmara de Alcácer. Não sabia porque é que tinha arranjado esse caminho, também, mas, mais do que aquilo não podia dizer. Naturalmente que a Câmara de Alcácer lá teria a sua forma de trabalhar- e, certamente, bem, estava convencido disso -, assim como a Câmara de Setúbal também procurava fazer aquilo que eram os compromissos que tinha com a população de Setúbal.

Relativamente à história do inquérito e das perguntas que tinham sido feitas, como tinha dito a Sra. Vice-Presidente - na altura em que estavam naquela conversa de umas perguntas que tinham sido feitas e de que os senhores vereadores não tinham gostado, etc -, não estavam a dar o suficiente valor àquilo que era o fundamental dessa questão, que tinha sido a Câmara Municipal contratar uma empresa da especialidade para questionar os setubalenses – naturalmente, através de uma colheita de informação -, no sentido de saber quais eram as questões que mais preocupavam os setubalenses e os azeitonenses, para que a Câmara Municipal pudesse corresponder, na sua ação, àquilo que eram as preocupações das populações. Na atualidade, isso era das coisas mais elementares, no âmbito, exatamente, da participação, da democracia e de haver entidades, como a Câmara Municipal de Setúbal, que recorriam a esses meios científicos, para, naturalmente, saberem a melhor forma de corresponder às expectativas dos residentes no município.

Quanto à outra questão, do estacionamento tarifado, já também essa conversa ia longa, mas era sempre importante ter a oportunidade de esclarecer. O que tinha dito, desde o início, tinha sido que não concordavam com algumas das questões que faziam parte do contrato de concessão do estacionamento. Não era nada de substancial, mas havia questões com as quais não concordavam e, por isso, tinham tomado a iniciativa de conversar com quem tinha ganho o concurso e tinha um contrato com a Câmara Municipal

A Câmara Municipal era uma pessoa de bem e, portanto, naturalmente que respeitava os contratos. Por isso, a melhor forma de poder melhorar esse contrato, naquilo que consideravam que eram questões que podiam ser melhoradas, era iniciarem um processo de conversações, no sentido de ver da disponibilidade da própria empresa para considerar essas questões e tinha sido isso que tinham feito.

Também tinha chamado a atenção para o facto de que, num contrato, quando havia uma empresa que ganhava um concurso, haver expectativas. Era um contrato que tinha resultados financeiros e, portanto, se a Câmara Municipal tinha questões a colocar sobre o contrato, naturalmente que havia duas questões fundamentais que tinham de ser consideradas, para além da disponibilidade da própria empresa em aceitar as questões que tinham colocado, que era, do ponto de vista jurídico, se, com as alterações ou adaptações, se colocava em causa o contrato, por um lado, e, por outro lado, que consequências financeiras é que as alterações ou adaptações teriam para o contrato.

Isso era tão válido para a Câmara Municipal como para a empresa e, portanto, tinham de fazer primeiro um processo de conversações sobre essas matérias, para, depois, poderem evoluir para um processo já de verem que alterações ou que adaptações é que poderiam ser feitas no contrato, naturalmente, como dizia sempre, respeitando o quadro jurídico, e, naturalmente, também, o equilíbrio financeiro do contrato. Era fundamental que isso fosse assim numa boa relação entre duas entidades, uma empresa e uma câmara municipal que, naturalmente, se respeitavam mutuamente e que poderiam encontrar caminhos que pudessem ir de encontro, naquele caso, ao que a atual vereação entendia sobre melhorias no contrato. Era isso que tinham estado a fazer.

Também tinha chamado a atenção que uma das questões que estaria nessas primeiras conversações era a questão da barreira acústica, que fazia parte do contrato, a instalar pela

empresa junto ao Auditório José Afonso, e que eles, na avaliação que tinham feito, consideravam que a proposta, embora tendo decorrido de estudos feitos por especialistas da Universidade de Aveiro - não era isso que estava em causa -, o que era fundamental era que aquela proposta não era uma proposta adequada, na perspetiva deles, para localizar naquele local. Portanto, essa tinha sido a primeira ideia, a primeira conversação, e, portanto, estavam a avançar num processo com vista a encontrar uma solução e, a breve prazo, iria à reunião da Câmara, para avaliar a proposta de alteração.

Também tinha referido outra questão que considerava muito importante, que era sobre a localização do parque de estacionamento na avenida, junto ao Mercado do Livramento. Já tinha referido várias vezes que entendiam que a localização do parque de estacionamento não devia estar a montante da Fonte das Ninfas, mas devia estar a jusante, ou seja, no lado poente da fonte. Naturalmente que isso implicava fazer estudos, para saber que consequências é que isso tinha, numa intervenção feita num determinado local que tinha sido o que estava contratado e a passagem para outro local. Portanto, estavam a falar do interesse da Câmara Municipal, de quem tinha a responsabilidade de gerir a Câmara Municipal naquele mandado. Portanto, era disso que estavam a falar.

Eram, apenas, dois exemplos, mas achava que eram bastante significativos e também lhe parecia que essa ideia de primeiro fazer conversações e, depois, avançar para as negociações no tal quadro jurídico-económico era um bom caminho para melhorarem, de facto, essa intervenção.

Os senhores do PS tinham andado aí a colocar painéis a dizer “40 anos. Tem moedas para 40 anos?” Os senhores do PS iam gozando um pouco com essa coisa e achava que, a quem avançava tanto no gozo de matérias tão sérias, poderia vir-lhe, como se costumava dizer, “o tiro a sair pela culatra”. Aliás, o senhor vereador tinha dito na sua intervenção que “hoje, qualquer cidade deste país, por essa Europa fora, tem estacionamento tarifado”, porque ninguém gostava de pagar estacionamento tarifado ou fosse lá o que fosse. Era verdade, ninguém gostava.

Também se tinha feito uma campanha tão grande, ao longo de tantos anos, para compramos carros - a melhor solução para vida de todos era comprar carros - e, depois, enchíamos as cidades de carros e o espaço era limitado e, portanto, tinha que haver alguma coisa que coordenasse, que fizesse o planeamento ou organização do espaço, para que os peões, os munícipes, pudessem andar na via pública e, para isso, naturalmente, que era necessário tomar medidas.

Até àquele momento, que se soubesse, não havia outras medidas alternativas ao estacionamento tarifado e, portanto, em qualquer cidade mais desenvolvida e mais atrativa, a solução que se encontrava era o estacionamento tarifado. Sobre isso, não havia dúvidas nenhuma, o estacionamento tarifado, em situações como aquela que vivíamos em Setúbal e naquele tempo, naturalmente que era fundamental.

O que queriam dizer com esses anúncios que andavam espalhados pela cidade era que a CDU tinha lançado um concurso de estacionamento tarifado para ganhar muito dinheiro e, portanto, por 40 anos e tal e sempre os setubalenses a pagarem. Podia fazer só uma pequena questão: O Partido Socialista, em 1994, tinha feito uma concessão de estacionamento tarifado na cidade de Setúbal, por 20 anos. Tinha terminado havia meia-dúzia de anos. Perguntava: “Em 1994, a cidade de Setúbal precisava de estacionamento tarifado? Precisava?”

Em 1994 já vivia aqui por Setúbal e tinha ideia de como era a cidade. Tinha uma ideia muito clara de como era a cidade e de como é que a maioria socialista na Câmara de Setúbal, em 1994, tinha lançado um concurso de estacionamento tarifado de mil e tal lugares, por 20 anos, só de estacionamento à superfície. Era mesmo para dizer que isso é que era sacar dinheiro aos setubalenses, durante 20 anos. A sacar dinheiro aos setubalenses durante 20 anos, quando a cidade não precisava, obviamente, de estacionamento tarifado.

Naquele momento, pensava que não haveria ninguém que não percebesse que era importante haver estacionamento tarifado, à falta de outro mecanismo que pudesse resolver esse problema da organização do espaço, para que todos, e, em particular, os cidadãos,

aqueles que se movimentavam a pé ou com os meios de mobilidade suaves ou mais sustentável queriam e tinham esse direito de usar o espaço público.

Portanto, aquilo que lhes custava era que os senhores do PS andassem a fazer essa campanha a dizer “40 anos”, quando, em 1994, quando a cidade não precisava nada de estacionamento tarifado, tinham lançado a concessão por 20 anos de estacionamento à superfície. E, naquele momento, queixavam-se e acusavam a atual gestão da CDU de estar a “sacar dinheiro” aos setubalenses e fazer um contrato por 40 anos.

Os senhores do PS diziam essas coisas, mas não eram sérios, porque, se fossem sérios, consideravam que, naquele contrato - como, aliás, estava expresso -, existiam dois parques de estacionamento enterrados a construir. Questionou se o senhor vereador sabia quanto é que custava cada um desses parques de estacionamento, aos preços daquela altura. 10 milhões de euros, cada parque de estacionamento. Então, isso significava que a CDU, que tinha uma maioria absoluta, mas que não tinha feito aquilo que a maioria absoluta do Partido Socialista tinha feito na TAP. A maioria absoluta da CDU em Setúbal não tinha feito o que a maioria do Partido Socialista tinha feito na TAP. Não tinha feito, para que ficasse registado também.

Queria dizer ao senhor vereador que tinham feito um contrato de concessão por 40 anos, não estavam de acordo com algumas questões e era nesse sentido que estavam em conversações e em negociações, com vista a alterar essas situações. Brevemente viriam à reunião da Câmara propostas, no sentido de a Câmara se pronunciar sobre elas, mas a justificação dos 40 anos - para além dos 20 anos que o Partido Socialista, em 1994, tinha lançado, de uma concessão de estacionamento à superfície por 20 anos -, era que a CDU tinha lançado uma concessão para 40 anos, mas incluía dois parques de estacionamento enterrados e cada um deles, aos preços daquela altura, custava 10 milhões de euros.

O senhor vereador que fizesse as contas e visse como é que os senhores do PS andavam a enganar os setubalenses. Era fácil quando suprimiam, só diziam aquilo que lhes convinha e, depois, punham cartazes a dizer se os setubalenses estavam disponíveis para pagar durante 40 anos, se tinham moedas para pagar durante 40 anos. Isso era profundamente lamentável. Era profundamente lamentável como é que um partido político que queria ser poder no Município fazia campanhas dessas, enganando os setubalenses.

Dias antes, tinha tido uma reunião com os comerciantes da Baixa, de uma forma alargada. O primeiro ponto da ordem de trabalhos era “*estacionamento tarifado*” e o que lhes tinha proposto tinha sido: “*Enquanto não discutirmos este primeiro ponto, sobre o estacionamento tarifado, para os comerciantes da Baixa, o que proponho é que, enquanto não chegarmos aqui a uma conclusão, o que proponho é que aprofundemos a questão*”. Tinha levado algum tempo, cada um deles também se tinha querido manifestar, mas tinha ficado clarinho que sem estacionamento tarifado na Baixa de Setúbal, a Baixa de Setúbal, o comércio local de Setúbal, definhava.

Os senhores do PS tratavam tudo por grosso, enganavam os setubalenses e não eram capazes de explicar a importância que o estacionamento tarifado tinha para a gestão do espaço público, no benefício da qualidade de vida, da saúde das pessoas, do bem-estar de viver na cidade. Isso, os senhores do PS não explicavam. A única coisa que faziam era pôr uns painéis a dizer se os setubalenses estavam disponíveis para pagar as moedas durante 40 anos, mas esqueciam-se de dizer que, em 1994, tinham feito uma concessão por 20 anos, só estacionamento à superfície, quando Setúbal não precisava, de maneira nenhuma, de estacionamento tarifado. Dessa vez, sim, a governação socialista de Setúbal, em Setúbal, na Câmara de Setúbal, tinha “*sacado dinheiro*” dos bolsos dos cidadãos de Setúbal, sem necessidade nenhuma.

Naquele momento, era necessário que se fizesse estacionamento tarifado, que se fizesse uma gestão harmoniosa, um planeamento para que todos pudessem ter uso e direito ao uso do espaço público. Naturalmente que voltava a dizer que também não gostava de pagar, ninguém gostava de pagar, mas tinham de ser, naturalmente, compreensivos, tinham de avaliar o que é que queríamos da cidade para o futuro. A cidade era uma cidade do futuro, planeada como tinha vindo a ser feito, com mobilidade para todos, e continuava a estar nos

10 municípios com melhor qualidade de vida no país. Não sabia se tinham essa informação, mas as revistas da especialidade, 15 dias antes, tinham publicado um estudo desses, em que Setúbal aparecia como uma das 10 cidades com melhor qualidade de vida para viver.

Portanto, era isso, lamentava profundamente que o Partido Socialista, em Setúbal, tivesse aquele caminho, de não ser claro. Podia não estar de acordo com isto ou com aquilo, mas passar por cima da verdade, mentir aos setubalenses dessa forma? Dizer só meias verdades? Isso não era bom para ninguém e, portanto, achava que tinham ficado clarificados sobre esse ponto, da forma como geriam a cidade, como defendiam o interesse de Setúbal, do Município da cidade e de todos aqueles que tinham escolhido este território para viver.

Era para isso que estavam ali todos os dias a trabalhar e o resultado estava bem à vista, aí por toda a cidade. Havia muito para fazer, era verdade. Cometiam erros? Era verdade que cometiam erros, mas continuavam a trabalhar todos os dias, para melhorar a qualidade de vida dos setubalenses e para criar um território mais apetitoso para o investimento, para criar emprego, para desenvolver economicamente também Setúbal. Era isso que faziam todos os dias.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que tinha havido duas coisas na resposta do Sr. Presidente que não tinha percebido. A primeira tinha a ver com a Esquadra da Bela Vista. Tinham de ser cuidadosos ao falar sobre esse tema, mas a Esquadra da Bela Vista existia na Bela Vista porque se justificava existir na Bela Vista. Esperava ter dito tudo quando referiu isso. Por isso, na resposta do Sr. Presidente, tinha ficado admirado quando lhe disse que o Ministério da Administração Interna tinha um projeto de juntar o Comando da PSP e a Esquadra da Bela Vista no centro da cidade de Setúbal, ou seja, a Bela Vista deixava de ter uma esquadra.

**Sr. Presidente** – Disse que a Bela Vista ficava na cidade de Setúbal.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – *“No centro da cidade de Setúbal? Foi o que o Sr. Presidente disse.”*

**Sr. Presidente** – *“Sim. O centro, se calhar, é um bocadinho deslocado, peço desculpa.”*

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que era por isso que havia placas na cidade que diziam *“Centro”*, havia outras que diziam *“Bela Vista”* e havia outras que diziam outra coisa qualquer e por aí adiante. Portanto, o que perguntava ao Sr. Presidente era no que ele dizia respeito. Dir-lhe-ia o Sr. Presidente: *“Mas, nós não temos competências na área da Segurança, as competências são do Governo Central”*. Sabia que sim, mas a má segurança ou a falta de segurança ou a ausência de segurança tinha reflexos naquilo que era o governo da cidade, tinha reflexos inevitáveis.

Por isso é que o Sr. Presidente interpelava a senhora Secretária de Estado e, por isso, é que ele estava ali, para o interpelar a ele, relativamente a isso. Portanto, a pergunta era se tinha havido a preocupação, ou não, de saber se, no mínimo, se tinha sido estudada a possibilidade, se tinham sido estudadas as consequências da saída da Esquadra da PSP, até porque uma esquadra da PSP na Bela Vista tinha a virtualidade de tornar uma coisa - enfim, uma relação aparentemente normal - numa relação normal entre o cidadão e o polícia, porque não havia nenhuma razão para não haver relações normais entre as forças de segurança e os cidadãos em qualquer lugar. Essa era a primeira dúvida.

A segunda dúvida tinha a ver com o antigo edifício do Governo Civil. O Sr. Presidente tinha-lhe respondido passando por vinha vindimada. Relativamente ao edifício, o que estranhava, porque o edifício era um dos edifícios mais emblemáticos da cidade de alguma forma. Tinha sido ali que o Governo Civil tinha funcionado durante muitos anos e estranhava que o Sr. Presidente não soubesse se a PSP lá estava ou não estava, de certeza, e os termos em que estará e, portanto, se isso resolvia, ou não, o problema da PSP no que dizia respeito a



instalações, porque aquele edifício era um edifício com alguma amplitude e que, com certeza, resolveria muitos problemas à PSP de Setúbal. Eram essas duas dúvidas que tinha.

**Sr. Presidente** – Disse ao senhor vereador que lhe agradecia ter voltado a colocar as questões, porque, às vezes, falavam, e, se calhar, era necessário ter mais atenção, como quando lhe tinha chamado a atenção quando se estava a referir, no caso, em particular, à Esquadra da Bela Vista, com todo o peso que a opinião pública tinha sobre a Bela Vista. Ele não tinha nenhum problema sobre a Bela Vista e, por isso, falava assim, sem qualquer preconceito.

Como o senhor vereador sabia bem, na Bela Vista, dias antes, tinha havido um acidente com os cidadãos de Setúbal, uns assassínios, e, portanto, tinha ficado logo visto que aquilo era na Bela Vista. Era já uma tradição, era um peso, infelizmente, que existia.

Naquele momento, tinham na Bela Vista vários serviços a funcionar, vários trabalhadores da Câmara, faziam reuniões à noite, durante o dia, ao fim de semana, na Bela Vista, e, por isso, não tinha tido qualquer problema em utilizar assim, de forma corrente, a expressão, mas iria explicar. Do que se tratava era que as instalações da Esquadra da Bela Vista não tinham as condições de segurança da própria esquadra necessárias. Essa era a questão e, portanto, o que a senhora Secretário de Estado tinha colocado tinha sido ver se eles encontravam uma localização, na proximidade ou na envolvente, que tivesse as condições que eram exigidas, de segurança, para a própria esquadra.

Achava que, dessa forma, ficava melhor esclarecido aquilo que tinha querido dizer e, portanto, a Câmara Municipal tinha cedido à PSP um espaço bastante amplo, que ficava na freguesia de São Sebastião, lá próximo, e que, pela avaliação que tinham feito, servia. Na altura, era para o comando da PSP e, na avaliação que faziam naquele momento, servia para o Comando da PSP e, também, se o ministério quisesse, instalar a esquadra com as características, ou seja, com segurança para a própria esquadra. Não tinha a ver com qualquer outra coisa.

Aliás, tinham considerado que o Comando da PSP podia, perfeitamente, sair de onde estava, porque a Esquadra da PSP estava ali instalada e estava muito bem instalada, precisava era de obras. A Câmara Municipal tinha feito um levantamento e iria comparticipar. Tinha de ver como iria comparticipar na melhoria das condições da esquadra que estava instalada na Avenida Luísa Todí. Portanto, isso era mais uma demonstração da disponibilidade e do empenhamento que a Câmara Municipal tinha para dar melhores condições aos profissionais da PSP que estavam ali e passavam ali uma boa parte do seu tempo. Portanto, era esse o quadro.

Relativamente àquele edifício que era do Governo Civil, o que sabia era que a anterior vereação da CDU teria entrado em negociações com o proprietário daquelas instalações, no sentido de a Câmara poder vir a ficar com aquilo. Depois, não tinha acompanhado esse processo, não sabia como é que ele tinha terminado. Só sabia que a decisão tinha sido de o Comando da PSP ocupar, também, aquelas instalações. Portanto, não conhecia que condições, mas uma boa parte da PSP, o Comando, funcionava naquele espaço onde era o Governo Civil, mas desconhecia as condições em que isso teria sido feito, em que quadro é que isso tinha sido feito, mas estava ocupado, aquele edifício, pelo Comando da PSP.

Portanto, para ficar claro, era isso, entendiam que o Comando da PSP precisava de novas instalações, de dar melhores condições aos próprios profissionais e a quem ia ao Comando - havia muita gente que precisava de ir ao Comando - e ficar numa zona mais central de Setúbal.

O senhor vereador - e muito bem - tinha dito que as placas dizem “Centro”, mas eram aquelas placas estavam lá havia muitos anos e que continuavam sempre a indicar o mesmo sentido. Era um Centro Histórico e mantinha-se. No entanto, o centro da cidade é que começava a ser uma coisa um pouco diferente. Portanto, quando estavam a falar da freguesia de São Sebastião, que era a maior freguesia do concelho, naturalmente que estavam numa zona central, também, da cidade, embora já próxima, nesse caso, até da Bela Vista. Tinha sido esse o quadro a que se tinha referido e agradecia ter-lhe chamado a atenção, porque

alguém poderia, também, não ficar bem esclarecido com aquilo que tinha querido dizer e achava que não havia nada melhor do que serem bem entendidos nas afirmações que faziam.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que o Sr. Presidente tinha dito, na sua intervenção inicial, que os setubalenses iriam ficar bastante satisfeitos com as suas respostas às questões dele. Não sabia se tinha ouvido o barulho, tinham sido garrafas de champanhe dos setubalenses a festejar de alegria com as respostas do Sr. Presidente.

O Sr. Presidente acusava os vereadores do Partido Socialista e a campanha que o PS tinha na rua de estarem a gozar com isso. Se calhar, deveria preocupar-se, também, com campanhas que a CDU tinha por esse país fora, em muitas outras autarquias, mas não iria por aí.

Aquilo que queria dizer ao Sr. Presidente...

**Sr. Presidente** – *“Desculpe lá só dizer-lhe isto. O Sr. Vereador Joel Marques falou de Constança, de Odivelas. Senhor vereador, concentremo-nos aqui, já temos aqui matéria...”*

**Sr. Vereador Fernando José** – *“O Sr. Presidente é que foi buscar a TAP. O Sr. Presidente é que falou da TAP. Quem falou na TAP foi o Sr. Presidente.”*

**Sr. Presidente** – *“... suficiente. A TAP é um assunto que não... Está na ordem do dia e não é... É um assunto que está na ordem do dia e não é um assunto de somenos importância, como bem sabe.”*

**Sr. Vereador Fernando José** – *“Claro que não. Bom, deixe-me lá concluir.”*

**Sr. Presidente** – *“Peço desculpa.”*

**Sr. Vereador Fernando José** – *“Não tem importância nenhuma, só concluir.”*

Parecia-lhe que quem estava ali a gozar um pouco com isso, usando as expressões do Sr. Presidente, parecia ser o Sr. Presidente. O Sr. Presidente tinha dito assim: *“Nós não concordamos. Nós não concordamos com aquilo que está ou com alguns pontos que resultaram do concurso, que estão no concurso.”* Mas, *“nós”*, quem? *“Nós que fizemos o concurso, nós que lançámos o concurso, nós que aprovámos o concurso, usando o rolo compressor dessa maioria”*. O Sr. Presidente dizia *“nós”*? Então, mas esse *“nós”* não eram os mesmos *“nós”* que, em 2019, tinham trazido à reunião da Câmara e à Assembleia Municipal esse mesmo concurso? Esse mesmo regulamento? Ou seriam outros *“nós”*?

O Sr. Presidente era Presidente da Assembleia Municipal. Que o desculpasse, mas não podia estar constantemente a desviar o assunto para a sua antecessora. O Sr. Presidente também era responsável. Se a sua antecessora era mãe ele era pai desse projeto. Portanto, não podia estar aqui a desviar, como se aparecesse ali de novo. O Sr. Presidente, na Assembleia Municipal, não tinha levantado qualquer tipo de questão, tinha aplaudido, tinha votado favoravelmente. Tinha aplaudido as decisões, na altura...

**Sr. Presidente** – *“O senhor é um animador.”*

**Sr. Vereador Fernando José** - ... enquanto Presidente da Assembleia Municipal.

**Sr. Presidente** – *“O senhor é um animador nato, sabe? É verdade.”*

**Sr. Vereador Fernando José** - O Sr. Presidente vinha dizer: *“Nós, agora, verificámos que é um erro, isso da barreira acústica. Isso é um erro, apesar dos estudos que foram feitos”*. Mas, quem é que tinha colocado lá no concurso essa proposta? Tinham sido os vereadores do Partido Socialista? Tinha sido a empresa? Tinham sido os senhores da CDU. Tinha sido o Sr.

Presidente, tinha sido a CDU. Aquilo que ali estava não tinha caído do céu, não tinha sido a empresa que tinha vindo impor, não tinham sido os vereadores da oposição, tinham sido os senhores da CDU que, em 2019, tinham considerado aquilo como um projeto, sei lá...

**Sr. Presidente** – *“Continue a animar que a gente gosta.”*

**Sr. Vereador Fernando José** – Não era verdade? Isso não era verdade? Não, não era verdade. Aquilo tinha caído ali, tinha sido imposto. Já tinham percebido que tinha sido a oposição que tinha imposto, mas o Sr. Presidente vinha também dizer: *“Bem, mas temos que agora ver, porque isto é um processo complicadíssimo, isto é um processo de negociação complicada, porque, agora, chegámos à conclusão que temos que fazer estudos sobre o estacionamento subterrâneo”*. Na altura, não tinha havido estudos, tinham lançado o concurso à pressa - por 40 anos, sim; sim, por 40 anos -, assumissem que tinha sido por 40 anos. Como é que o Sr. Presidente explicava?

O Sr. Presidente estava a pedir-lhe explicações de 1994 e ele pedia-lhe explicações. Como é que explicava o alargamento do estacionamento tarifado ao Bairro das Amoreiras? Como é que explicava? Que lhe explicasse como e porquê. O Sr. Presidente que lhe explicasse porque é que alargava ao Bairro do Liceu - que lhe explicasse, mas explicasse, também, aos moradores desses bairros -, explicasse porque é que alargava à Urbisado.

**Sr. Presidente** – *“Eu hei de lá ir. O senhor já conhece, já sabe que nós vamos lá falar com as pessoas...”*

**Sr. Vereador Fernando José** – *“Sim, mas à quantidade...”*

**Sr. Presidente** – *“Não fazemos como o senhor, que esconde uma data de coisas e, depois, engana os setubalenses.”*

**Sr. Vereador Fernando José** – *“Sr. Presidente, eu ando por aí. Como o Sr. Presidente, eu ando por aí, eu ando na rua.”*

**Sr. Presidente** – *“Como engana os setubalenses, é por isso que eu lhe chamo a atenção, senhor vereador, que é complicado, quando se enganam as pessoas.”*

**Sr. Vereador Fernando José** – *“Posso continuar?”*

**Sr. Presidente** – *“Pode, sim senhor.”*

**Sr. Vereador Fernando José** – *“Nós não enganamos ninguém. Nós andamos na rua, falamos com as pessoas. Nós vivemos em Setúbal, nós, há muitos anos, conhecemos as pessoas, andamos aqui de cabeça levantada, por toda a cidade, e, portanto, estamos completamente à vontade. Ninguém engana aqui ninguém.”*

A questão era que o Sr. Presidente vinha agora dizer que, relativamente a muitas matérias que estavam no concurso, que tinham resultado do concurso, os senhores da CDU não concordavam. Não concordavam, mas tinham sido os senhores da CDU que tinham lançado. Vinham dizer que, relativamente à tal barreira acústica, tinham pensado melhor. Não, não tinham pensado melhor, tinham sido alertados ali, pelo Partido Socialista, na sua proposta, de que aquele milhão, quase um milhão e meio, deveria ser utilizado para a construção de uma infraestrutura e não para a construção de uma parede no Largo José Afonso, no auditório do Largo José Afonso, a que o Sr. Presidente chamava barreira acústica.

**Sr. Presidente** – *“O senhor é que ainda quer ficar com os louros de ser o senhor a tomar essa iniciativa.”*



**Sr. Vereador Fernando José** – *“Não, não fico com louros nenhuns, não.”*

**Sr. Presidente** – *“O senhor tomou a iniciativa...”*

**Sr. Vereador Fernando José** – *“Foi o senhor, o senhor é que... O Sr. Presidente é que tem esses louros todos, porque o Sr. Presidente aprovou...”*

**Sr. Presidente** – *“Dessa forma, senhor vereador, é muito complicado, porque os setubalenses estão atentos e vêm quem é que os quer enganar. É verdade, senhor vereador, é verdade.”*

**Sr. Vereador Fernando José** – *“Mas, deixe-me só terminar. Não é quem os quer enganar, é quem lançou em 2019 o concurso e, agora, diz que vai alterar o concurso, porque há coisas que não correspondem e não sei quantos. Tudo bem.”*

Só para terminar, o Sr. Presidente tinha lançado o concurso - era responsável pelo lançamento do concurso - com esses dois parques subterrâneos, isso fazia parte. O Sr. Presidente tinha aprovado, era Presidente da Assembleia Municipal.

**Sr. Presidente** – *“Eu aprovei, mas não lancei nenhum concurso. Mas, está a ver como é que o senhor baralha tudo?”*

**Sr. Vereador Fernando José** – *“Os seus camaradas de partido.”*

**Sr. Presidente** – *“O senhor é que tem esse caminho, tem essa forma de estar. Eu não tenho essa forma de estar.”*

**Sr. Vereador Fernando José** – *“Mas, aprovou ou não aprovou? Mas, diga lá aos setubalenses se aprovou, ou não aprovou, em Assembleia Municipal?”*

**Sr. Presidente** – *“Aí, somos muito diferentes, senhor vereador. O senhor baralha tudo, diz meias verdades, engana os setubalenses. Eu não faço isso, senhor vereador.”*

**Sr. Vereador Fernando José** – *“Então, diga lá a verdade aos setubalenses. É verdade que aprovou, ou não, em Assembleia Municipal? Diga a verdade aos setubalenses, aprovou ou não, em Assembleia Municipal?”*

**Sr. Presidente** – *“Claro que é verdade. Mas, qual é o seu problema? Qual é o seu problema de eu ter aprovado na Assembleia Municipal? Qual é?”*

**Sr. Vereador Fernando José** – *“Pronto. O meu problema não é nenhum, nós votámos contra.”*

**Sr. Presidente** – *“É que parece que tem algum problema com isto. Eu não me escondo atrás de nada, senhor vereador.”*

**Sr. Vereador Fernando José** – *“Deixe-me só terminar. O Sr. Presidente vem, agora, dizer isto e deixa-nos preocupados.”*

**Sr. Presidente** – *“Isso é bom, isso é bom.”*

**Sr. Vereador Fernando José** – O Sr. Presidente vinha dizer que estavam a estudar a alteração dos estacionamento subterrâneos. Ou seja, tinham lançado um concurso com a localização de ambos os estacionamento subterrâneos e tinham chegado à conclusão, porque estavam a fazer outros estudos, de que já não eram aquelas localizações, teriam de

ser outras. O Sr. Presidente não achava que existia ali incompetência política da parte de quem tinha decidido?

**Sr. Presidente** – *“Senhor vereador, termine lá, porque eu acho que o senhor, para além de abusar do tempo, usa e abusa na mentira. Isso é procurar ludibriar os setubalenses e os azeitonenses. Essa sua forma de intervenção é uma forma de procurar ludibriar os setubalenses e os azeitonenses.”*

Ele e a CDU não tinham pensamentos estáticos, evoluíam. O Partido Socialista, os vereadores do Partido Socialista, pelo menos alguns, parecia que não evoluíam em nada – nada! Eles evoluíam e entendiam que a proposta daquela barreira não era adequada. Por isso, tinham entendido falar com o operador que tinha ganho o concurso, que tinha um contrato, e encontrar soluções. Era nisso que estavam a trabalhar. Tinha sido isso que tinha dito.

Entendiam que a localização que tinha sido indicada para o parque de estacionamento junto ao Mercado do Livramento não era ali, era alguns metros mais ao lado. Naturalmente que era necessário fazer estudos, como o senhor vereador sabia muito bem, mas o senhor vereador preferia ir por esses caminhos. Esses caminhos não eram saudáveis e, por isso, logo veriam. Podia ter a certeza, assim como tinha feito a reunião com os comerciantes, também iria ter reunião com todos os bairros. Tinha feito com os comerciantes da Baixa, tinha feito com os comerciantes do Mercado do Livramento, tinha feito com os pescadores e iriam fazer com todos os bairros.

Só queria dizer uma coisa ao senhor vereador. Aquilo que tinha andado a dizer, que iriam tarifar toda a cidade, os bairros, etc, o senhor vereador sabia que não era verdade. Sabia que não era verdade e os setubalenses iriam ver depois, na prática, que isso não era verdade. O senhor vereador enganava os setubalenses e isso não era bom. Iriam ver, com o tempo. Com o tempo, as coisas iriam ficar esclarecidas e o senhor vereador iria ver que não tinha ganho nada com isso, antes pelo contrário.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que eram 30 segundos. Primeiro, queria pedir ao Sr. Presidente alguma condescendência para com a bancada do Partido Socialista, em particular para com o Vereador Fernando José, porque, como o Sr. Presidente sabia, trapalhadas eram práticas comum no Governo do Partido Socialista e havia dificuldade em assumir aquilo que eram as responsabilidades e, sabendo que o senhor vereador era, também, deputado na Assembleia da República, não era fácil, muitas vezes, alterar ali o registo. Essa era a primeira nota.

A segunda era que queria dizer ao senhor vereador, olhos nos olhos, que continuava a não lhe admitir, não lhe admitia a ele nem a ninguém, e gostaria que esclarecesse, uma vez mais, os setubalenses sobre se existiam setubalenses de primeira e de segunda por aqui terem nascido, porque o senhor vereador, sistematicamente, continuava nessa afirmação, sempre alusiva a eleitos da CDU ou de outras forças políticas, que se considerava mais setubalense por aqui ter nascido.

Perguntava-lhe se os seus familiares ou se familiares de outras famílias para aqui tinham vindo trabalhar, aqui tinham feito a sua vida, aqui pagavam os seus impostos, se eram ou não eram tão filhos desta terra, se eram ou não eram tão importantes para contribuir para o desenvolvimento desta terra? É que o senhor vereador não conseguia resistir à tentação, quando lhe faltavam os argumentos, de acusar os eleitos da CDU dessa afirmação: *“É que nós andamos cá há muito tempo, é que nós vivemos aqui”*. Portanto, senhor vereador, era lamentável.

Queria dizer ao senhor vereador que era lamentável, para um partido socialista, que se assumia como um partido pela integração social e pela liberdade, continuar, sistematicamente, nessa argumentação. Lamentava ter de dizer ao senhor vereador que estava redondamente enganado. O senhor vereador não era tão ou mais preocupado por esta cidade por aqui ter nascido. Achava lamentável que, numa cidade em que parte grande

daqueles que aqui trabalhavam, daqueles que aqui tinham vivido, tinham sido pessoas que para aqui tinham vindo, do norte ou do sul, continuasse, sistematicamente, nessa afirmação. Seria bom que o senhor vereador se retratasse, porque continuava nessa afirmação recorrente para toda a gente. Era vergonhoso o senhor vereador utilizar essa afirmação. Queria dizer-lhe que estava enganado e queria dizer-lhe que, em seu nome e em nome da CDU, respeitavam todos os homens e mulheres que para esta terra tinham decidido vir viver, que aqui tinham vindo fazer família, que aqui tinham vindo trabalhar e davam todos os dias o seu contributo e eram tão válidos como aqueles que aqui, pela circunstância da vida, tinham nascido. Não eram mais nem menos, assim respeitassem e assim fossem respeitados, porque isso era fundamental.

O senhor vereador não perdia a oportunidade de, recorrentemente, vir fazer essa situação. Achava isso lamentável e não lho deixaria passar nunca, quando voltasse a dizê-lo.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que, respondendo ao Sr. Vereador Pedro Pina com calma, queria dizer-lhe que, quanto a trapalhadas, depois da discussão que ali tinham tido sobre o estacionamento e os ziguezagues que estavam a ser feitos, estavam conversados. Relativamente à sua...

*(“Sr. Vereador Pedro Pina, estou a fazer uma intervenção. Gostaria que não estivesse com apartes, já que é tão sensível, hipersensível, a esses apartes. Agradecia que me deixasse concluir.” / “Eu não sou malcriado.” / “Agradecia que me deixasse concluir.”)*

Portanto, queria dizer ao Sr. Vereador Pedro Pina que a sua intervenção tinha sido completamente fora do contexto. Numa resposta ao Sr. Presidente da Câmara, aquilo que tinha dito tinha sido *“é que nós andamos aqui há muito tempo”*. Se o Sr. Vereador Pedro Pina se tinha sentido ofendido com essa declaração, lamentava, mas não tinha sido esse o objetivo.

Aquilo que tinham dito e aquilo que tinha dito na sua intervenção tinha sido *“nós conhecemos bem a cidade. Conhecemos a cidade há muitos anos, porque cá vivemos há muitos anos. Nascemos cá, vivemos cá, crescemos cá, alguns não alguns”*. O senhor Vereador Pedro Pina, na discussão que estavam a ter, não sabia, certamente, como é que a cidade estava em 1989 e em 1990. Não sabia, porque não tinha nascido em Setúbal. Isso não fazia dele menos setubalense do que ele ou gostar menos da cidade do que ele, mas o senhor vereador estava em desvantagem com ele quando quisesse discutir sobre 1980, sobre 1978, sobre 1993 ou 1994 (*“Mas, tem a certeza?”*), porque não estava na cidade. Tinha a certeza daquilo que estava a dizer, o senhor vereador andava por outras paragens.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que era para uma breve intervenção, na sequência, também, daquilo que tinha sido a resposta do Sr. Presidente às questões que tinha colocado, mas, também, a outras questões que tinham sido colocadas. O debate democrático fazia-se em diálogo e não em monólogo, portanto, era importante que os debates, quando existiam, fossem feitos em diálogo e que aqueles que eram visados nas intervenções tivessem, efetivamente, a possibilidade de responder, até porque, como tinha tido oportunidade de dizer pouco antes, todos os valores, todas as considerações que constavam da declaração de voto por escrito que tinha sido entregue eram, exatamente, os mesmos valores e as mesmas considerações que tinham sido tecidas e que tinham sido ali referidos, quando fizeram a intervenção deles. Aliás, a visualização do vídeo dessa reunião da Câmara seria prova suficiente dessa afirmação.

Queria também dizer que o Sr. Presidente tinha acenado pouco antes com o *“Papão”* do Tribunal de Contas e achava que talvez quisesse concretizar, deveria querer concretizar aquilo que é o *“Papão”* do Tribunal de Contas, na sequência do voto contra dos vereadores, que podiam, naquilo que era o quadro das suas responsabilidades, votar favoravelmente, votar contra ou absterem-se em qualquer proposta que ali fosse apresentada, nomeadamente a da Prestação de Contas.

Não podia deixar passar a oportunidade, uma vez que a maior parte daquele período de antes da ordem do dia tinha sido dedicado a falar sobre questões de estacionamento, de colocar

uma questão. Tinha duas questões para colocar, o Sr. Presidente, pouco antes, não lhe tinha permitido fazer a segunda intervenção, mas, se lhe permitisse, pelo menos a do estacionamento, naquele momento, achava que era pertinente ser trazida à discussão.

O Sr. Presidente tinha falado pouco antes nos 10 milhões de euros que custava cada parque subterrâneo - duas vezes 10 milhões de euros eram 20 milhões de euros, seria esse o retorno para a cidade do estacionamento tarifado -, mas devia recordá-lo de que o estacionamento que tínhamos em Setúbal, antes daquela concessão, já era uma mancha superior àquela que tinha sido implantada em 1994.

Os senhores da CDU, nos anos mais recentes, também tinham feito crescer essa mancha de estacionamento tarifado à superfície, que era uma mancha que, quando foi definida, em 1994, tinha objetivos específicos e visava aquilo que seriam as necessidades e as condições do Município e, particularmente, da cidade, a Baixa da cidade, naquela altura.

Recordava, também, que, no início dos anos 2000, a execução do Programa Polis tinha acabado por retirar lugares de estacionamento que existiam na Avenida Luísa Todi. Portanto, objetivamente, o número de lugares da Baixa tinha acabado por ser reduzido.

Perguntava ao Sr. Presidente se não seria um contrassenso, quando tentavam promover e quando o grande argumento para o aumento em 500 por cento do número de lugares tarifados à superfície e para outras medidas que tinham vindo a ser tomadas eram os novos conceitos de mobilidade e o desincentivo à utilização de viatura própria, se não seria um contrassenso, quando queriam desincentivar a utilização de viatura própria, utilizarem como argumento para a extensão do número de lugares tarifados à superfície a construção de mais parque de estacionamento, parques de estacionamento - naquele caso, subterrâneos - no centro da cidade. Não seria um contrassenso dizerem que queriam que as pessoas trouxessem menos o carro para a cidade, mas que iriam criar dois parques de estacionamento subterrâneo, para que elas pudessem trazer o carro para o centro da cidade? Parecia-lhe, francamente, que estavam a falar de medidas que tinham efeitos que eram completamente divergentes.

Também gostaria de dizer ao Sr. Presidente – aí, sim, entrando na questão queria colocar pouco antes - que não lhes parecia que fosse muito produtivo, quando tentavam dinamizar a Baixa da cidade, promover com um parque de estacionamento gratuito, alternativo - enfim, não dizia público, porque acreditava que continuasse a ser privado -, o parque de estacionamento do Alegro. Não lhe parecia que fosse particularmente, enfim, produtivo, quando queriam dinamizar a Baixa da cidade, dizer isso aos setubalenses. Havia um documento - que acreditava que tivesse sido criado pelo Município - que indicava os diversos parques de estacionamento, os muito poucos que não eram tarifados e os que eram cada vez mais tarifados, mesmo que fosse com bilhete de tarifa diária, sendo que, até à assinatura desse contrato e até a colocação recente dos parquímetros esses lugares eram gratuitos. Não tinham tarifa diária, eram gratuitos, eram de utilização gratuita, para todos os cidadãos.

Parecia razoável ao Sr. Presidente dizer a um cidadão, fosse de Setúbal ou fosse de outra localidade qualquer que nos quisesse visitar: *“Olhe, estacione o carro no Alegro, mas, em vez de ir ao centro comercial, apanhe o autocarro e venha fazer compras à Baixa”*? Parecia-lhes que não seria esse o efeito, seria precisamente o inverso, estaciona o carro no Alegro e, já que lá estava, aproveitava o ar condicionado e não vinha à Baixa de Setúbal.

Aquilo que tinha sido feito e aquilo que tinha acontecido, infelizmente, era a propagação de parquímetros, do contrato que os senhores da CDU tinham feito por 40 anos. Poderia dizer-lhes, uma vez que tinha referido os placares deles, que tinham cometido um erro crasso quando os fizeram, mas não tinha sido por os terem colocado nem pela mensagem que passavam, era porque já só faltavam 38 anos, dois já tinham passado. Aliás, tinha uma filha que faria este ano 9 anos e, provavelmente, os seus netos ainda iriam colocar moedas nos parquímetros que os senhores da CDU tinham trazido para a cidade. Portanto, era uma nota que, infelizmente, também não podia deixar de ali deixar.

Uma vez que lhe parecia que ainda estavam dentro daquilo que era o tempo que tinham - enfim, com alguma latitude - no período de antes da ordem do dia, não queria deixar de referir a segunda questão que também gostaria de trazer à reunião.



O Município de Setúbal era dono, era promotor e era dinamizador do “site” “VisitSetúbal”. Era um “site” que estava disponível em português e em quatro outras línguas, mas que, naquele momento, tinha um problema, era que só estava disponível em português, porque, sempre que queriam aceder a qualquer uma das restantes línguas – inglês, francês e espanhol e, parecia-lhe que alemão, também -, aparecia uma mensagem de erro, que indicava que a tradução não podia ser feita por falta de pagamento. Portanto, era uma nota que queriam deixar.

Sendo Setúbal uma cidade com um pendor turístico de algum realce, não seria má ideia poderem fazer o pagamento das traduções e ter um “site” que o Sr. Presidente, inclusivamente, tinha ido promover a Madrid, quando lá tinha ido promover o Município. Não seria má ideia que a tradução, pelo menos para espanhol – andávamos a promover-nos - pudesse ser paga, para que estivesse disponível para os turistas que nos queriam visitar.

**Sr. Presidente** – Agradeceu ao senhor vereador por essa informação e disse que não tinha conhecimento se já havia tradução, ou não. Naturalmente que os serviços iriam verificar isso. Por muito que custasse ao senhor vereador, continuaria a promover, a nível interno e internacional, o Município de Setúbal, podia ter a certeza disso.

Só como última nota, o senhor vereador tinha dito que tinha um filho de 9 anos e que dali por 40 anos haveria de (...), mas, se se pusesse no lugar de uma criança que tinha 9 anos em 1994, quantos anos é que tinha estado a pagar estacionamento sem necessidade? O senhor vereador que visse o que era mais absurdo.

Terminavam ali aquela parte do período de antes da ordem do dia e passavam às saudações e moções. Tinham sido apresentadas algumas saudações pelo PSD.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que tinham, de facto, uma saudação sobre o 49.º aniversário do Partido Social Democrata, uma saudação sobre o Dia do Trabalhador, uma saudação ao 96.º aniversário da Associação de Futebol de Setúbal e uma saudação ao 67.º aniversário do Grupo Desportivo Independente. As duas primeiras eram muito extensas, mas iriam lê-las.

Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 16:

*“Saudação  
49.º aniversário do Partido Social Democrata*

*Comemoramos, no próximo dia 6 de Maio, o 49.º aniversário do Partido Social Democrata. A particular situação em que vivemos em Portugal, e também na Europa e no Mundo, justifica que, nesta oportunidade, se refira, não apenas o papel fundamental que o PSD tem desempenhado na construção da nossa Sociedade e Estado após 25 de Abril, como ainda o papel que lhe cumpre desempenhar na definição das respostas que o nosso País enfrenta no tempo que atravessamos.*

*Um grupo reduzido de portugueses, no ano já longínquo de 1974, no ambiente entusiástico e esperançoso, e também um pouco caótico dos primeiros dias de Abril, seguindo o projeto ambicioso proposto por Francisco Sá Carneiro, Francisco Balsemão e Magalhães Mota, os seus fundadores formais, constituiu o Partido Popular Democrático, o PPD. Fizeram-no por entenderem ser apropriado que o futuro do País, saído da Ditadura, se desenvolvesse de acordo com o ideário social-democrata, tal como se estabilizou em Bad Godesberg.*

*Pensava-se, então, que se devia reorganizar a produção da riqueza no nosso País como um capitalismo eficaz, de rosto humano, misto de algumas empresas públicas e de uma maioria de empresas privadas que assegurasse uma elevada produtividade e permitisse uma riqueza abundante, a ser repartida em termos de uma justiça distributiva corretora de discriminações e propiciando a igualdade de oportunidades.*

*Hoje, 49 anos volvidos, a Social-democracia que professamos, sem abandonar os princípios que informam o nosso programa, tem de enfrentar os riscos da destruição da classe média e o empobrecimento das classes mais frágeis da sociedade, consequência, sobretudo, de*

*graves e múltiplas crises económicas de que ainda se sentem as sequelas, por um lado, e da ausência de capacidade de reformar o país, pelo outro.*

*Nos últimos anos, o risco e a efetiva queda em situações de pobreza atingiu de forma muito dura os portugueses, assim, em largos números acompanhou a frustração daqueles que procuravam juntar-se à classe média e que continuaram em situações de carência ou de restrições impróprias de um país europeu do Século XXI.*

*A elevação do nível de vida e a abertura de oportunidades de progresso económico e social, de modo a que haja cada vez um maior número de portugueses que possam viver de forma digna e desafiada, constitui um objetivo fundamental da justiça social e do progresso não apenas económico, mas moral do nosso País. Combatendo transversalmente os partidos extremistas e populistas que minam a nossa democracia, aos quais não deve nada mais do que a sua censura política pela exploração do sofrimento dos mais frágeis.*

*A Social-democracia pretende hoje muito mais implantar a homogeneização da classe média e a sua generalização de grande maioria do povo português, em termos de segurança económica e de capacidade de desenvolver a sua personalidade, indispensáveis ao respeito pela dignidade humana do que, alcançar o nivelamento de todos por baixo dos parâmetros, que há décadas atrás, caracterizavam a mão-de-obra operária ou os empregados não qualificados.*

*O trabalho profundo de reflexão sobre as grandes reorientações a tomar de uma perspetiva económica, social e jurídica, em última análise política, que consigam realizar os propósitos de elevar uma classe média a usufruir uma existência economicamente folgada, e reais oportunidades de realização da sua personalidade, acompanhada de uma vida cultural diversificada e respeitadora dos valores que caracterizam a sociedade portuguesa, não poderá ser desenvolvida cabalmente sem a contribuição decisiva do PSD.*

*Ponto essencial é que o PSD continue a dispor o seu enorme esforço de proceder a uma reformulação moderna e adequada às circunstâncias atuais do seu ideário político social-democrata e a propor as políticas sectoriais e transversais concretas que permitam implementar esse mesmo programa.”*

*Disse que tinha uma última nota, relativamente àquele voto, para dizer o seguinte: “O Partido Social Democrata existe numa forma muito mais intensa norte de Portugal do que a sul de Portugal. A sul de Portugal, o Partido Social Democrata ainda é visto como um partido que pretende privilegiar os ricos em detrimento dos pobres, mas nós devemos visitar o norte e ver, por exemplo, as autarquias onde o PSD detém a câmara municipal e vemos a qualidade de vida instalada nesses municípios. É bom que estes preconceitos, que existem ainda nalgumas zonas do sul do país, se esbatam com o tempo.”*

**Sra. Vereadora Rute Perdigão** – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 17:

*“Saudação  
Dia do Trabalhador*

*A 1 de Maio, destacam-se não só as conquistas no campo dos direitos dos trabalhadores, mas pretende-se, sobretudo, sensibilizar para a falta de condições de trabalho que ainda se verificam por todo o país. É, por isso, um dia para todos os que defendem uma sociedade mais justa e solidária.*

*Este dia tem origem na histórica greve geral de Chicago, ocorrida a 1 de maio de 1886, na qual foram reivindicadas melhores condições laborais e salariais. A data foi oficializada a 14 de julho de 1989, no Congresso Operário Internacional, em Paris. Em Portugal, o feriado começou a ser assinalado logo em 1890.*

*Todavia, as comemorações cessaram com o início do regime do Estado Novo. Mesmo assim os portugueses souberam tornejar os obstáculos do regime à expressão das liberdades. As greves e as manifestações realizadas em 1962, um ano após o início da guerra colonial em Angola, são provavelmente as mais relevantes e carregadas de simbolismo.*

*Nesse período, apesar das proibições e da repressão, houve manifestações dos pescadores, dos corticeiros, dos telefonistas, dos bancários, dos trabalhadores da Carris e da CUF. No dia 1 de Maio, em Lisboa, manifestaram-se 100 000 pessoas, sendo que em Setúbal foram cerca de 5000 as pessoas que se manifestaram.*

*Ficarão como marco indelével na história do operariado português, as revoltas dos assalariados agrícolas dos campos do Alentejo, com o grande impulso no 1.º de Maio de 62. Mais de 200 mil operários agrícolas, que até então trabalhavam de sol a sol, participaram nas greves realizadas e impuseram aos agrários e ao governo de Salazar a jornada de oito horas de trabalho diário.*

*Posteriormente, o 1.º de maio voltou a ser festejado em maio de 1974, 8 dias após a Revolução dos Cravos, transformando-se num dos momentos históricos mais marcantes dentro do período histórico de um Portugal livre.*

*Assim, à medida que deixamos para trás a pandemia, que preparamos as reformas necessárias e aceleramos o ritmo da dupla transição ecológica e digital, consideramos que chegou o momento de adaptar também o conjunto de regras sociais. Um conjunto de regras que assegure a solidariedade entre gerações. Um conjunto de regras que recompense os empresários que zelam pelos seus trabalhadores. Que se centre no emprego e abra oportunidades. Que coloque as competências, a inovação e a proteção social em pé de igualdade.*

*Os vereadores do PSD prestam então especial homenagem a todos os homens e mulheres que compõem o conjunto de trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal, dignificando e elevando como ninguém o nome desta cidade.”*

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 18:

*“Saudação  
96.º aniversário da Associação de Futebol de Setúbal*

*Com a fundação a 5 de maio de 1927, celebramos mais um aniversário da Associação de Futebol de Setúbal. Há 96 anos que esta instituição tem estado fortemente presente na vida desportiva da nossa região, promovendo o desenvolvimento do futebol local e contribuindo para a formação de atletas de excelência.*

*Ao longo dos anos, a Associação de Futebol de Setúbal tem vindo a crescer e a consolidar a sua posição de destaque no panorama desportivo nacional. Com uma vasta rede de clubes associados, esta associação tem sido um exemplo de dedicação e empenho na promoção do desporto e, em particular, do futebol.*

*No aniversário desta instituição, gostaríamos de aproveitar esta oportunidade para expressar o nosso sincero agradecimento a todos os que contribuíram para o sucesso da Associação de Futebol de Setúbal. Desde os dirigentes aos colaboradores, passando pelos treinadores, técnicos, árbitros, atletas e demais membros dos clubes associados, todos têm desempenhado um papel fundamental no crescimento e desenvolvimento do desporto na região.*

*Com trabalho árduo, dedicação e perseverança, a Associação de Futebol de Setúbal continuará certamente a marcar a diferença no desporto nacional, inspirando gerações de jovens atletas e contribuindo para o crescimento e bem-estar da nossa comunidade.*

*Que possam ser muitos mais anos de sucesso e glória.”*



**Sra. Vereadora Rute Perdigão** – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 19:

*“Saudação  
67.º aniversário do Grupo Desportivo Independente*

*Comemoramos, no dia 15 de Maio, o 67.º aniversário do Grupo Desportivo Independente, fundado em 1956.*

*Marcado pelo seu histórico ecletismo desportivo, tendo mantido ao longo da sua história várias modalidades, reforçamos ainda a sua incontornável importância enquanto motor de desenvolvimento cultural e recreativo.*

*Por tudo isto, é com grande orgulho que felicitamos este aniversário agradecendo a todos os dirigentes, colaboradores, atletas e adeptos que ao longo dos anos têm contribuído para o sucesso do Grupo Desportivo Independente. Com o seu empenho e dedicação, o clube tem sido um verdadeiro exemplo de superação e perseverança para a cultura desportiva e atividade recreativa da região.”*

**Sr. Presidente** – Disse que aproveitava, também, para saudar a passagem do 49.º aniversário do PPD/ PSD.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que se costumava dizer que dar os parabéns antes da data do aniversário era dar azar, mas não era supersticioso. Por isso, queria saudar, também, o PPD/PSD, que era um dos partidos fundadores da nossa democracia e que tinha contribuído também, apesar das divergências históricas que tinham tido ao longo dos anos, para a consolidação da democracia – e convergências, também, quando Portugal assim o exigia.

**Sr. Presidente** – Disse que os senhores vereadores do Partido Socialista tinham, também, um conjunto de saudações.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que não falar sobre as saudações, porque sobre elas iria o Vereador Domingos Semedo fazer a intervenção, mas sobre a saudação que tinha sido trazida pelos vereadores do PSD, sobre o Dia do Trabalhador, queria dizer que os vereadores do Partido Socialista, obviamente, acompanhavam.

Relativamente a muitas dessas preocupações que tinham sido trazidas no último parágrafo da saudação, queria dizer que a Agenda do Trabalho Digno, aprovada na Assembleia da República com os votos a favor do PS e a abstenção do PSD – incompreensivelmente, com os votos contra do PCP e do Bloco de Esquerda, mas isso seriam outras discussões -, essas importantes alterações e aditamentos que não davam um passo atrás na legislação laboral, nas conquistas alcançadas, tinham entrado em vigor no dia 1 de maio e vinham contribuir para um maior equilíbrio da balança das relações laborais.

Portanto, efetivamente, essa Agenda do Trabalho Digno, com essas alterações que tinham entrado em vigor, vinha dar resposta a algumas dessas preocupações, espelhadas na saudação ao Dia do Trabalhador do PSD, a qual acompanhavam.

**Sr. Presidente** – Agradeceu ao senhor vereador e disse que ficava registada mais essa sua iniciativa dessa central de propaganda que o senhor vereador representava ali, do Governo do Partido Socialista. Era verdade, todos reconheciam, portanto, não tinha grande discussão. O senhor vereador fazia esse papel - ficava-lhe bem, naturalmente -, mas o que era importante era que ficasse registado.

**Sr. Vereador Domingos Semedo** – Disse que começava pela saudação ao aniversário da Associação Caboverdiana de Setúbal, fundada em 1983, que, no dia 1 de maio, tinha celebrado o seu 40.º aniversário. Tinham sido quatro décadas a desempenhar um

importantíssimo papel no combate à exclusão social, vivificando a diversidade, a inclusão e a participação ativa dos cidadãos na sua comunidade. Ao longo desse período, tinha desenvolvido atividades culturais, recreativas e formativas, impulsionando a participação cívica e a cidadania ativa dos cidadãos, estabelecendo, também, um elo de conexão com o consulado cabo-verdiano.

Relativamente ao aniversário do Clube Cultural, Desportivo e Recreativo das Curvas, fundado em 1948, tinha celebrado no dia 1 de maio o seu 75.º aniversário, a desenvolver a sua atividade desportiva (na modalidade de futebol), cultural e social na freguesia do Sado.

Saudavam a equipa de futebol feminino do Vitória Futebol Clube, que tinha garantido, no dia 30 de abril, a subida para a 2.ª Divisão do Campeonato Nacional, na prova que se tinha realizado no Complexo Municipal de Atletismo do Vale da Rosa, contra o Grupo da Ilha, com dois golos, de Carolina Santana e de Inês Moreira.

Relativamente ao aniversário do Grupo Desportivo e Recreativo 1.º de Maio, fundado, em 1975, por um grupo de moradores da Varzinha, tinha celebrado no dia 1 de maio o seu 48.º aniversário, dando o seu notável contributo para o desenvolvimento da atividade desportiva no concelho, nomeadamente nas modalidades de atletismo, futebol e ténis de mesa, contribuindo para o bem-estar e qualidade de vida da população.

Relativamente ao Grupo Musical e Desportivo União e Progresso, no âmbito do desenvolvimento das atividades culturais, desportivas e sociais, a centenária coletividade, que, por sua vez, tinha sido fundada em 1923, oferecia à população um conjunto de atividades, tais como ballet, karaté, futsal, ténis de mesa, andebol, oficina musical, danças de salão e ginástica. Dinamizavam a comunidade, promovendo a inclusão, envelhecimento ativo, o desenvolvimento das capacidades e competências das crianças e dos jovens e, também, dos adultos setubalenses e azeitonenses.

Dando seguimento, mais uma vez, também saudavam o Vitória Futebol Clube e os atletas que tinham dominado a Meia-Maratona de Setúbal, Samuel Freire, que tinha alcançado o 1.º lugar do pódio e Bruno Lourenço, que tinha terminado a prova em 9.º lugar. Já na prova de 10 quilómetros, João Bragadeste tinha alcançado o 1.º lugar do pódio, em 2.º lugar tinha ficado Jorge Robalo e Gumersindo Rodrigues tinha terminado 72.º lugar, tendo sido o 1.º do seu escalão. Terminando em 5.º lugar, Miguel Lourenço tinha conseguido o 1.º lugar do seu escalão Júnior.

Quase a terminar, queria referir o aniversário do Scalipus Clube de Setúbal, fundado em 1975, que tinha celebrado no dia 23 de abril o seu 48.º aniversário, desenvolvendo considerável atividade desportiva, na modalidade de basquetebol, cooperando para o desenvolvimento desportivo no concelho. A sua atividade de base formativa proporcionava um espaço e ambiente às crianças e jovens setubalense, dando-lhes a oportunidade para desenvolver competências, capacidades desportivas e sociais.

Por fim, queria referir o aniversário da Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense, que tinha sido fundada em 1882 e tinha celebrado, no dia 23 de abril, o seu 141.º aniversário, desenvolvendo várias atividades, tais como ballet, teatro, grupo coral, orquestra ligeira, escola musical e banda filarmónica, contribuindo para o desenvolvimento cultural, desportivo e social no concelho, numa ótica inclusiva e intergeracional. Todo esse enlevo promovia o bem-estar e a qualidade de vida da população setubalense.

As saudações apresentadas correspondem aos seguintes documentos anexos, registados sob os n.ºs 20 a 27:

*“Saudação  
Aniversário da Associação Caboverdiana de Setúbal*

*Fundada em 1983, a Associação Caboverdiana de Setúbal assinalou o seu 40.º aniversário no passado dia 1 de maio.*

*O movimento associativo desempenha um importante papel no combate à exclusão social, promovendo a diversidade, inclusão e participação ativa dos cidadãos na sua comunidade.*



*É neste sentido que a Associação Caboverdiana de Setúbal tem desenvolvido, ao longo dos últimos 40 anos, a sua atividade, tendo como objetivo promover o bem-estar e qualidade de vida da comunidade cabo-verdiana residente no nosso concelho, através do desenvolvimento de iniciativas de caráter cultural, recreativo e formativo, incentivando a participação cívica e cidadania ativa dos cidadãos, estabelecendo também entre estes um elo de conexão com o Consulado de Cabo-Verde.*

*Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação Caboverdiana de Setúbal, bem como todos os associados por mais um aniversário, reconhecendo o importante trabalho desenvolvido ao longo das últimas décadas e fazendo votos de continuação do mesmo.”*

*“Saudação*

*Aniversário do Clube Cultural, Desportivo e Recreativo das Curvas*

*Fundado em 1948, o Clube Cultural, Desportivo e Recreativo das Curvas assinalou, no passado dia 1 de maio, o seu 75.º aniversário.*

*Através da sua atividade, a coletividade tem contribuído para o desenvolvimento desportivo, cultural e social, e em especial da modalidade de futebol, na Freguesia do Sado, onde se insere, como também de todo o concelho, tendo-se constituído enquanto um importante parceiro do poder local.*

*Desta forma, o movimento associativo deve ser reconhecido enquanto um importante agente para o desenvolvimento do concelho, na promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, seja através da organização de atividades de âmbito cultural, recreativo, desportivo ou até mesmo formativo, no qual os cidadãos encontram um espaço onde têm a oportunidade de desenvolver competências e capacidades, e contribuir para a construção e consolidação da sua comunidade.*

*Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o CCDR Curvas por mais um aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que contribuem para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”*

*“Saudação*

*Equipa de Futebol Feminino do Vitória Futebol Clube garante subida à 2.ª Divisão do Campeonato Nacional*

*A equipa de futebol feminino do Vitória Futebol Clube garantiu, no passado dia 30 de abril, a subida para a 2.ª divisão do Campeonato Nacional, na prova que se realizou no Complexo Municipal de Atletismo do Vale da Rosa.*

*A equipa vitoriana alcançou a vitória contra o Grupo da Ilha com os golos de Carolina Santana e Inês Moreira.*

*Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Vitória Futebol Clube, as atletas e equipa técnica, que tornaram possível esta importante conquista no panorama da evolução do futebol feminino, o qual tem verificado significativos desenvolvimentos no concelho, no distrito e em todo o país, naquilo que é o aprofundamento da igualdade de género nesta modalidade.”*

*“Saudação*

*Aniversário do Grupo Desportivo e Recreativo 1.º de Maio*

*Fundado em 1975 por um grupo de moradores do Bairro da Varzinha, o Grupo Desportivo e Recreativo 1.º de Maio assinalou o seu 48.º aniversário no passado dia 1 de maio.*

*Tem sido, ao longo dos anos, um importante ator para o desenvolvimento desportivo do concelho Setúbal, nomeadamente em modalidades como o atletismo, futebol e ténis de mesa, tendo como objetivo a formação, tanto desportiva como social, das crianças e jovens setubalenses.*

*O movimento associativo desempenha desta forma um importante papel na promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, contribuindo significativamente para o desenvolvimento desportivo, cultural e social nos territórios onde se insere, devendo ser reconhecido enquanto um parceiro indispensável para o poder local.*

*Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Grupo Desportivo e Recreativo 1.º de Maio pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que contribuem para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”*

*“Saudação*

*Aniversário do Grupo Musical e Desportivo União e Progresso*

*O Grupo Musical e Desportivo União e Progresso assinalou, no passado dia 1 de maio, o seu 110.º aniversário.*

*A centenária coletividade, fundada em 1913, tem contribuído para o desenvolvimento cultural, desportivo e social da freguesia onde se insere, bem como de todo o concelho de Setúbal, através dos inúmeros eventos que organiza e do amplo conjunto de modalidades e atividades que oferece, nomeadamente o ballet, karaté, futsal, ténis de mesa, andebol, oficina musical, danças de salão e ginástica, os quais dinamizam a comunidade, promovem a inclusão, o envelhecimento ativo e o desenvolvimento de capacidades e competências das crianças, jovens e adultos setubalenses e azeitonenses.*

*Reconhecendo o importante papel do movimento associativo para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, como para o desenvolvimento dos territórios onde se insere, constituindo-se enquanto um importante parceiro para o poder local, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Grupo Musical e Desportivo União e Progresso por mais um aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que contribuem para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”*

*“Saudação*

*Vitória Futebol Clube domina Meia Maratona de Setúbal*

*Os atletas do Vitória Futebol Clube dominaram a Meia Maratona de Setúbal, que se realizou no dia 1 de maio, tendo alcançado o pódio e obtido resultados de excelência nas provas de meia-maratona e de 10 km, as quais tiveram na sua totalidade a participação de cerca de 1800 pessoas.*

*Na prova de meia-maratona, Samuel Freire alcançou o primeiro lugar do pódio e Bruno Lourenço terminou a prova em 9º lugar. Já na prova de 10 km, João Bragadeste alcançou o primeiro lugar do pódio e Jorge Robalo o 2.º lugar, Gumersindo Rodrigues terminou a prova em 72.º lugar, tendo sido o primeiro do seu escalão (M70) e Miguel Lourenço terminou a prova em 5.º lugar, tendo sido o primeiro do seu escalão (Júnior).*

*Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista felicitam o Vitória Futebol Clube, os atletas e equipa técnica, que tornaram possível os excelentes resultados obtidos em mais uma edição da Meia Maratona de Setúbal, fazendo votos de continuação do bom trabalho.*

*“Saudação*

*Aniversário do Scalipus Clube de Setúbal*

*O Scalipus Clube de Setúbal assinalou, no dia 23 de abril, o seu 48.º aniversário.*

*Fundado em 1975, tem desenvolvido uma importante atividade no concelho, nomeadamente na modalidade de basquetebol, a qual se tem constituído enquanto um importante contributo para o desenvolvimento desportivo de Setúbal.*

*A sua atividade, de base formativa, proporciona um espaço e ambiente às crianças e jovens setubalenses, no qual têm a oportunidade de desenvolver competências e capacidades desportivas, mas também sociais.*



*Desta forma, o movimento associativo deve ser reconhecido pelo seu importante contributo para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, bem como pelo seu importante contributo para o desenvolvimento desportivo, cultural e social dos territórios onde se insere, enquanto importante parceiro do poder local.*

*Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Scalipus Clube de Setúbal pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que tornam possível a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”*

*“Saudação  
Aniversário da Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense*

*Fundada em 1882, a Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense assinalou, no dia 23 de abril, o seu 141.º aniversário.*

*A coletividade centenária, tem contribuído ao longo de 141 para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações da freguesia onde se insere, bem como de todo o concelho e até mesmo do distrito de Setúbal, através da importante atividade que desenvolve.*

*A sua vasta oferta de atividades e modalidades, desde o ballet, ao teatro, ao grupo coral, à orquestra ligeira, à escola de música e à banda filarmónica, contribui de forma indispensável para o desenvolvimento cultural, desportivo e social de todo o concelho, numa ótica inclusiva e intergeracional.*

*Reconhecendo o importante trabalho desenvolvido pela Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense, o qual a constitui enquanto um importante parceiro do poder local, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam-na por mais um aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que contribuem para sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”*

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que queria, também, cumprimentar pelas saudações, quer do Partido Social Democrata quer do Partido Socialista, embora não pudesse deixar de deixar uma nota. Acreditava que os senhores vereadores soubessem, mas o Sr. Presidente da Câmara endereçava [saudações] a todas as associações e coletividades do Município, parabenizando-as pelos seus aniversários.

Portanto, isso era uma nota que queria deixar, sem prejuízo daquilo que ali também era a valorização das outras forças políticas, quando se assinalava o aniversário. Queria só dar ali essa nota ao vereador Domingos Semedo.

Na verdade, a Meia-Maratona de Setúbal não tinha tido 1800 pessoas, tinha tido 2200 pessoas, porque o evento tinha tido o acréscimo, também, da atividade que tinha decorrido na véspera, com cerca de 400 crianças.

Era apenas um detalhe, mas dizer que era uma organização da Câmara Municipal de Setúbal também não ficava mal, ficava sempre bem e, acima de tudo, para além da valorização daqueles que ganhavam - era também esse o propósito -, não deixava de ser uma grande manifestação popular de todos aqueles que participavam na prática desportiva.

**Sr. Vereador Domingos Semedo** – “Sr. Presidente, com certeza, vamos proceder à correção. Muito obrigado.”

**Sr. Presidente** – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 28:

*“Saudação  
1.º de Maio*

*A Câmara Municipal de Setúbal saúda, por ocasião da celebração do Dia dos Trabalhadores, todos os que se empenham na luta e exigência por mais e melhores direitos laborais e por mais e melhor justiça no trabalho.*

*O 1.º de Maio, o dia mais universal de toda a humanidade, simboliza, nas mais diversas línguas e culturas, a longa e persistente luta dos trabalhadores, em especial a luta pelo direito ao trabalho em condições dignas nos planos social, económico, cultural e político.*

*Em Portugal, depois da madrugada fundadora da Revolução de Abril, os trabalhadores conquistaram direitos que alteraram de forma substancial a situação de grande exploração a que foram sujeitos durante a ditadura.*

*Sem a luta responsável e conseqüente dos trabalhadores e de quem os representa, sem a persistência daqueles que sabem que podemos construir um mundo melhor, a vida de quem trabalha seria hoje bastante pior.*

*É a luta pacífica, criadora e progressista dos trabalhadores a principal responsável pelos enormes avanços civilizacionais que se operaram desde 1886, quando, em Chicago, se iniciaram ações de luta para exigir a jornada de trabalho diária com a duração de oito horas.*

*Neste 1.º de Maio em que se comemoram os ideais que permitiram que trabalhadores de todo o mundo assegurassem, entre outros, direitos como as férias pagas ou a proteção social na doença e na velhice, é fundamental que se recorde que estes mesmos direitos não podem ser postos em causa e que é sempre necessário continuar atento a todas as tentativas de os limitar.*

*A Câmara Municipal de Setúbal saúda, pois, todos os trabalhadores que participaram em Setúbal e por todo o mundo nas comemorações do 1.º de Maio, como forma de continuarem a valorizar os direitos conquistados em muitas e árduas lutas laborais e sociais.”*

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que, sobre a saudação que o Sr. Presidente tinha acabado de ler, sobre o 1.º de Maio, nunca seria de mais afirmar e também não ficaria mal afirmar que, precisamente nesse caminho, de não pôr direitos em causa e estar atento às tentativas de os limitar, que esse caminho que tinha sido percorrido, desde 2015 até àquele momento, de reposição de direitos, tinha, naquele momento, uma densificação na Agenda do Trabalho Digno, nessas importantes alterações e aditamentos à legislação laboral que tinham entrado em vigor no dia 1 de maio.

Essas alterações e aditamentos à legislação laboral não retiravam direitos aos trabalhadores, antes pelo contrário, densificavam esses mesmos direitos. Essas importantes alterações, que tinham sido aprovadas na Assembleia da República com os votos a favor do PS e a abstenção dos deputados do PSD, contribuíam, efetivamente, para um maior equilíbrio da balança das relações laborais. Portanto, naquele dia 1 de maio, era também de saudar a entrada em vigor dessas importantes medidas, que iriam ter um impacto direto na vida dos trabalhadores portugueses.

**Sr. Presidente** – Agradeceu ao senhor vereador e disse que ficava registada mais aquela sua intervenção em favor da central de propaganda que o Governo tinha instalada ali, na bancada da Câmara Municipal.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que, depois da intervenção do senhor vereador, achava que convinha dizer, do ponto de vista deles, que aquela Agenda para o Trabalho Digno ficava muito aquém daquilo a que podia chegar e que devia chegar.

Pouco antes, tinha ouvido a senhora vereadora do PSD falar de 1962, as lutas que se tinham feito por causa da questão das 8 horas de trabalho. Pois, era verdade, no nosso país tínhamos dois regimes de horário de trabalho e tínhamos, infelizmente, trabalhadores que faziam 40 horas de trabalho, o que, em termos da Agenda do Trabalho Digno devia ser uma das preocupações dessa mesma agenda, proporcionar o mesmo horário de trabalho, quer os trabalhadores estivessem no setor público quer estivessem no setor privado, não fazer o contrário, como se tinha feito uns anos atrás, que tinha sido alargar o horário de trabalho do setor público para 40 horas.

Não era essa igualdade que queriam, queriam era mais qualidade de vida e mais possibilidades de as pessoas estarem com as suas famílias e se dedicarem às atividades que gostavam de fazer, fora daquilo que eram as suas obrigações de trabalho, e poderem ter um

horário de 35 horas. Essa tinha sido uma das lutas e das palavras de ordem no 1.º de Maio, quer em Setúbal quer em Lisboa, e, provavelmente, também pelo país todo. Achava que, no âmbito da Agenda do Trabalho Digno, poderiam ter ido muito mais longe do que aquilo que tinha sido feito. Também era importante realçar isso no 1.º de Maio, uma vez que achava que se tratava de uma condição muito grande de desigualdade no nosso país.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que, se lhe fosse permitido pelo Sr. Presidente, face àquela intervenção da Sra. Vereadora Carla Guerreiro, sem prejuízo de o Sr. Presidente voltar a dizer que era propaganda do Governo, queria dizer, apenas que, naquele momento, já existia o projeto piloto. Estava a ser testado, no sentido de serem encontradas novas formas de horário. Era um importante instrumento, que nos levaria, num futuro próximo, à semana dos 4 dias e, portanto, seria importante também referir isso.

Quanto à Sra. Vereadora Carla Guerreiro, não podiam ficar, apenas, pelas palavras e pelos atos de protesto, tinham de ser consequentes com aquilo que afirmavam. A Sra. Vereadora Carla Guerreiro tinha dito que existia uma diferença entre aquilo que eram as 35 horas dos trabalhadores da Administração Pública e as 40 horas no privado.

Recordava a Sra. Vereadora Carla Guerreiro que, havia coisa de duas semanas, a Câmara Municipal de Setúbal tinha trazido uma proposta ali, aos vereadores, no sentido de trabalhadores que estavam na Câmara Municipal, nos espaços do turismo do Clube de Oficiais, do posto de turismo e, também, na Casa da Baía, passarem para a Associação Baía de Setúbal.

A senhora vereadora sabia qual tinha sido a proposta que tinham feito a essas trabalhadoras, em termos de horário de trabalho? As trabalhadoras tinham 35 horas de trabalho de horário de trabalho e a proposta que lhe foi feita tinha sido para passarem para 40 horas.

Então, a senhora vereadora ia ali defender as 35 horas para todos os trabalhadores e, depois, quando tinha o poder de, efetivamente, concretizar aquilo a que apelava - genuinamente, tinha a certeza -, fazia uma proposta para que esses trabalhadores passassem para 40 horas?

Tinham de ter um bocadinho de cuidado quando proferiam ali algumas afirmações. Aquilo que tinha acontecido tinha sido lamentável. A proposta que tinham feito aos trabalhadores, no sentido de passarem de 35 para 40 horas, essa proposta, sim, tinha sido lamentável. E por ali se ficava, porque a esse tema voltariam em breve.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que só queria dizer ao senhor vereador que ele sabia muito bem que existiam acordos coletivos relativamente a essa matéria e sabia muito bem que, ao propor essa alteração, as pessoas seriam compensadas por isso.

Aquilo de que estavam a falar ali era de uma matéria de princípios e o senhor vereador, porque quis trazer a questão de uma legislação que tinha acompanhado na Assembleia da República, e que, com certeza, queria que ficasse debaixo do nome do Diário da República tal, senhor Deputado da República Fernando José, vinha ali fazer a promoção dessa legislação.

Achava que tinha feito bem, só lhe estava a dizer que, quando propunham uma questão dessas, deviam perceber que, no nosso país, existiam duas realidades e os trabalhadores que estavam no setor privado tinham uma realidade. Também havia trabalhadores no setor privado que também podia dizer que, se eles fossem transferidos para a banca, só faziam 37 horas e meia ou se fossem transferidos para outros horários, como, por exemplo, o caso dos médicos, podiam fazer até 42 horas.

Não era disso que estavam a falar, estavam a falar de um regime jurídico que fosse igual para todos os trabalhadores. Era disso que estavam a falar e o senhor vereador – claro! - aproveitava sempre para colocar uma coisa que não tinha a ver. Já estavam habituados, era sempre um bocadinho mais ao lado. O senhor vereador achava que podiam continuar a ter 35?

**Sr. Vereador Fernando José** – *“Senhora vereadora, tanto que acho que vão continuar a ter. A Câmara recuou - e bem! -, vão ter as 35 horas.”*

**Sra. Vice-Presidente** – *“Mas, com certeza que não vão ter as mesmas condições que tinham.”*

**Sr. Presidente** – *“O senhor diz tudo o que lhe vem à cabeça. Tudo o que lhe serve, o senhor utiliza. A Câmara recuou? Mas, o que é isso de “a Câmara recuou”? Deixe-se disso. Já lhe disse que, quando esse assunto estiver terminado, o senhor pode trazer cá a questão, para nós falarmos. Agora, o senhor vem fazer uma acusação, a dizer que a Câmara propôs que aumentasse o horário. Agora, é o senhor mesmo que vem dizer, nas suas palavras, que a Câmara recuou. Quer dizer, com o senhor, tudo o que lhe serve o senhor utiliza, enganando as pessoas. Senhor vereador, desculpe lá que eu lhe diga, mas isso é lamentável. O senhor não é capaz de ter uma conversa em que diga, de uma forma transparente, como é que os acontecimentos se desenrolam. O senhor não é capaz.”*

**Sra. Vice-Presidente** – Disse ao Sr. Presidente que pedia desculpa, mas estava no uso da palavra.

**Sr. Presidente** – *“Peço desculpa.”*

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que ia terminar. Só queria perguntar ao senhor vereador se concordava ou não concordava com a questão das 35 horas para todos os trabalhadores e achava que a questão dos 4 dias de semana de trabalho tinha alguma coisa a ver com as 35 horas ou se concordava que se mantivessem as 40 horas com os 4 dias, porque eram coisas completamente diferentes.

Estavam a falar da possibilidade de os trabalhadores trabalharem 10 horas por dia. Era disso que estavam a falar. Já bastava a questão do regime de adaptabilidade quanto mais essa questão de terem de trabalhar 10 horas por dia. Portanto, efetivamente, precisariam de perceber qual era essa posição, uma vez que tinha sido feita uma promoção de uma legislação que, do ponto de vista deles, tinha ficado muito aquém daquilo que podia ser tratado.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que era muito rápido. Face à afirmação do Sr. Vereador Fernando José - aliás, até tinha tido oportunidade de assistir a uma pequena intervenção na Assembleia da República e, depois, tinha sido curioso ouvir as respostas -, queria dizer-lhe que o Partido Comunista iria continuar a lutar pelos direitos dos trabalhadores.

Era lamentável que o Partido Socialista tivesse esse anátema de esquerda e, numa oportunidade histórica única que tinha para resolver muitas das questões laborais, tivesse tido essa dificuldade em não se conseguir aproximar daquilo que era, de facto, um salto fundamental nesses direitos - os trabalhos por turnos, o fim da caducidade coletiva, etc. Portanto, eram questões em que o Partido Socialista tinha tido oportunidade.

Ainda estavam para perceber, como tinha dito a Vereadora Carla Guerreiro - e bem! -, se essa introdução de algumas medidas paliativas que os senhores do PS consideravam como grandes avanços para a qualidade da vida dos trabalhadores a quem é que mais iria beneficiar, se era, efetivamente, aos trabalhadores, se, de facto, às entidades patronais, que, efetivamente, poderiam vir a ganhar com essa situação.

De facto, essa oportunidade de uma maioria confortável que o Partido Socialista tinha, de poder fazer uma reforma legislativa que pudesse defender, de uma forma intransigente, os direitos de trabalhadores, era uma oportunidade única que os senhores do PS não tinham aproveitado e essa era a explicação pela qual o Partido Comunista não poderia acompanhar essa proposta.



O senhor vereador podia ter a certeza absoluta de que, tal como em 62, tal como sempre, os trabalhadores estariam na rua, a lutar por aquilo que eram os seus direitos, e disso eles não abdicariam.

**Sr. Vereador Fernando José** – *“Sr. Presidente...”*

**Sr. Presidente** – *“Senhor vereador, isto...”*

**Sr. Vereador Fernando José** – *“A Sra. Vereadora Carla Guerreiro fez uma pergunta.”*

**Sr. Presidente** – *“Nós tratamos aqui de assuntos. Não quer dizer que estejamos limitados na área dos assuntos, mas, também...”*

**Sr. Vereador Fernando José** – *“Fizeram perguntas.”*

**Sr. Presidente** – *“Uma coisa é abordarmos as questões, outra coisa é, aqui, queremos transformar isto num plenário da Assembleia da República ou coisa do género, não é? O aprofundamento destas matérias, não é isso que está aqui em causa.”*

**Sr. Vereador Fernando José** – *“Claro que não.”*

**Sr. Presidente** – *“Embora tratando-se de assuntos de interesse, não tenho dúvidas...”*

**Sr. Vereador Fernando José** – *“Apenas um minuto, Sr. Presidente.”*

**Sr. Presidente** – *“Chamava a atenção só para isso, senhor vereador. Faz favor.”*

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que, em resposta ao facto de o Sr. Vereador Pedro Pina ter dito que eram medidas paliativas e que o PCP tinha votado contra na Assembleia da República, queria dizer-lhe que, em sede de especialidade, o PCP tinha votado ao lado dessas propostas em mais de 70 por cento, muito mais de 70 por cento e, portanto, tinha votado essas propostas. Tinha votado essas propostas e, realmente, tinha demonstrado desconhecimento - mas, pronto, também não tinha de conhecer de tudo -, quando falava em medidas paliativas, relativamente ao regime de caducidade. Não sabia mesmo do que é que estava a falar.

Para terminar, queria dizer-lhe outra coisa - não tinha vivido desde pequenino ao lado da legislação laboral, mas já vivia ao lado da legislação laboral havia muitos anos - e responder à Sra. Vereadora Carla Guerreiro. Aquilo que entendiam era que aquela agenda trazia, efetivamente, alterações significativas e vinha contribuir para um maior equilíbrio da balança das relações laborais. Também queria dizer à senhora vereadora que, relativamente ao tempo de trabalho, existiam, naquele momento, projetos-piloto que iriam conduzir à semana dos quatro dias.

Quanto ao Sr. Presidente, queria dizer-lhe que sim, aquilo que ali tinha afirmado era verdade. A Associação da Baía de Setúbal tinha chamado os trabalhadores, fazendo-lhes a proposta de que o horário de 35 horas semanais passasse para 40 horas. Os trabalhadores não tinham aceitado essa proposta e a Associação da Baía/Câmara tinha recuado. Portanto, tinha sido isso que lhe tinha dito.

Essa proposta nunca deveria ter acontecido, uma vez que o Partido Comunista Português defendia as 35 horas e não as 40 - e por ali se ficava. O Sr. Presidente que não dissesse que isso era falso, porque iria ficar mal na fotografia perante os trabalhadores. (*“Olhe que isto é gravado. Isto não é como antigamente, em que não era gravado, agora é”*).

**Sr. Presidente** – *“Senhor vereador, por aqui me fico.”*

O senhor vereador não era capaz de ter uma conversa e ter uma intervenção procurando esclarecer as pessoas. A sua primeira preocupação era ludibriar quem os estava a ouvir. Tinha baralhado logo a Associação da Baía de Setúbal com a Câmara de Setúbal com o Partido Comunista. Era tudo a mesma coisa e, portanto, era assim que o senhor vereador via e era assim que tratava dos assuntos. Tinha sido isso que tinha acabado de dizer.

**Sr. Vereador Fernando José** – *“Diga-me lá, quem é o representante da Baía de Setúbal? Quem é o representante da Baía de Setúbal, que está, neste momento, a fazer as negociações com os trabalhadores? É alguém estranho à Câmara de Setúbal? Diga lá, diga, para os setubalenses saberem, Sr. Presidente.*

*Quem está a fazer estas negociações é alguém estranho à Câmara de Setúbal ou é alguém que faz parte da Câmara Municipal de Setúbal e que tem a sua confiança política? Diga aos setubalenses.”*

**Sr. Presidente** – *“Senhor vereador, o senhor não é capaz de ter uma conversa no sentido de esclarecer. Pode dizer tudo que não quer esclarecer. Isso é o que nós sabemos. O senhor não quer esclarecer.*

*Agora, é preciso dizer que a Associação da Baía de Setúbal tem uma direção que tem um representante da Câmara de Setúbal, como o senhor muito bem sabe. Tem um representante em 5 dirigentes, que representam várias organizações, entidades, empresas do nosso concelho ou da nossa região. São 5 membros, a Direção da Associação da Baía.*

*O senhor baralha tudo, não é capaz de ter uma conversa clara, no sentido de procurar que as pessoas fiquem esclarecidas sobre os assuntos que o senhor quer tratar. É lamentável que seja assim.*

*Terminamos aqui o período de antes da ordem do dia, vamos avançar.”*

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Projeto da Ata n.º 26/2022 - Reunião ordinária de 07 de dezembro de 2022**

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

### **2. Deliberação n.º 669/2023 – Proposta n.º 25/2023 – GAP – Abertura de procedimentos concursais – Cargo Dirigente Superior e Cargos Dirigentes Intermédios de 1.º grau e de 2.º grau e designação da composição do respetivo júri de recrutamento – Serviços Municipalizados de Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 29 e 30.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.



**3. Deliberação n.º 670/2023 – Proposta n.º 26/2023 – GAP – Fornecimento de Energia Elétrica para os Serviços Municipalizados de Setúbal, em baixa tensão normal (BTN), baixa tensão especial (BTE) e média tensão (MT) ao abrigo do Acordo-Quadro AQ-ELE-2020, celebrado pela eSPap, pelo período de 01 de Junho a 31 de Dezembro de 2023**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 31 a 33.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**4. Deliberação n.º 671/2023 – Proposta n.º 27/2023 – GAP – Protocolo de delegação de competências da Agência Portuguesa do Ambiente no Município de Setúbal em matéria de licenciamento e de fiscalização das utilizações do domínio hídrico – Parque de Merendas da Comenda – Ribeira da Ajuda**

**Sr. Presidente** - Apresentou a proposta [conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 34 e 35] e disse que a Câmara Municipal, aquele executivo, tinha procurado, como se tinha comprometido com os setubalenses, que, designadamente, no caso do Parque de Merendas da Comenda, fariam tudo o que estivesse ao alcance deles para que as populações pudessem voltar a usufruir daquele espaço, como tinham feito havia dezenas de anos.

Tinham percorrido esse caminho que, como todos sabiam, não era fácil. Havia outras matérias que estavam, também, em desenvolvimento, associadas ao mesmo processo, mas, naquele dia, tratavam ali do Parque da Comenda.

Naturalmente que havia processos que estavam em desenvolvimento nos tribunais. Acompanhavam-nos, mas havia uma situação sobre a qual não havia dúvida nenhuma. As áreas do domínio hídrico estavam sobre a responsabilidade e gestão da APA - Agência Portuguesa do Ambiente, e o que tinham entendido tinha sido colocar a questão à APA, de poder a gestão desse espaço passar a ser assumida pela Câmara Municipal e, dessa forma, os setubalenses e quem nos visitava poderiam frequentar aquele espaço nas condições em que já tinha sido frequentado. Portanto, no fundo, o protocolo que estava ali era isso.

A APA tinha aceitado a proposta deles e o protocolo que estava ali ia nesse sentido. Portanto, se a Câmara Municipal aprovasse, naturalmente, a partir do momento da aprovação do protocolo - e depois da sua assinatura, claro -, a Câmara Municipal passaria a gerir esse espaço e, naturalmente, a criar ali as melhores condições para que os setubalenses usufruíssem daquele espaço, como tinham feito - já o tinha referido - havia dezenas de anos.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que era apenas para fazer uma sugestão de ratificação. Na segunda página do protocolo, no ponto 8, onde se lia “*freguesia de Nossa Senhora da Anunciada*”, deveria ser “*União de Freguesias de Setúbal*”.

**Sra. Presidente** – Disse que não deixava de ser a freguesia de Nossa Senhora da Anunciada, mas passaria a ser União de Freguesias de Setúbal. De qualquer forma, agradecia.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que, no decurso do tempo em que os setubalenses tinham ficado privados do uso daquele espaço, nas reuniões da Câmara tinha feito três vezes perguntas sobre o ponto da situação.

Querida saudar, naturalmente, o trabalho feito pela Câmara, que tinha levado àquele resultado, e, por uma vez, dizer bem dos tribunais. porque também era bom dizer bem dos tribunais quando eles agiam corretamente, naquilo que era a sua opinião.

Naquele caso, tinha havido uma decisão do Tribunal da Relação que, depois, tinha sido confirmada pelo Supremo Tribunal de Justiça - era essa a história, mais ou menos -, mas, sem essa decisão judicial, viesse ela de que tribunal viesse, não teria sido possível avançar para levar a que os setubalenses pudessem, de novo, frequentar esse espaço.

Por isso, queria congratular todos, enquanto setubalenses, tivessem cá nascido ou não, pela reposição de justiça naquela situação.

**Sr. Presidente** – Disse que não era muito versado nessas matérias dos tribunais e naturalmente que o Sr. Vereador Fernando Negrão lidava com essa matéria havia muitos anos. O Sr. Vereador Fernando José não gostava que utilizasse essa expressão, mas tinham iniciado essas conversações com a APA antes dessa decisão do tribunal, porque, mesmo antes do Supremo Tribunal decidir que aquela propriedade não era privada, a gestão daquele espaço, ou seja, do domínio público hídrico, era da responsabilidade da APA.

Tinha sido por isso que tinham iniciado essas conversações com a APA, mesmo antes dessa decisão do Supremo Tribunal. A decisão do Supremo Tribunal tinha sido 15 dias antes, mas, no âmbito desse processo, já tinham tido uma reunião com a senhora vereadora havia mais de um mês, só que tinha sido necessário, naturalmente, que os juristas trabalhassem sobre o protocolo.

A questão era que consideravam - e a APA também tinha considerado - que a gestão daquele espaço, a gestão do espaço do domínio hídrico, era da responsabilidade da APA e, nesse quadro, enquanto não viesse a haver decisão dos tribunais, dos processos que estavam em tribunal, enquanto não houvesse decisão, que poderiam fazer aquele protocolo. O tribunal tinha vindo a decidir e ainda bem, porque o tinha vindo reforçar.

Naturalmente que continuariam a evoluir, no sentido de clarificar, em definitivo, toda essa situação e, até, na perspetiva de o tribunal vir a decidir entregar a gestão à Câmara Municipal. Era um caminho que continuavam a prosseguir, mas, naquela fase, para eles já era muito bom terem chegado a essa fase.

Querida aproveitar, também, para dizer que alguns dos outros processos estavam mais avançados e outros menos, mas estavam avançados, designadamente no que dizia respeito ao Caminho 1056. Era um processo em que também a Câmara Municipal iria retirar as vedações, que tinham sido mal instaladas. Não tinha sido só no Caminho 1056, também junto à Estrada Nacional estava feito, mas isso era uma competência, também, das Infraestruturas de Portugal - estava a referir-se ao distanciamento das vedações relativamente ao eixo da via, que era a questão -, mas isso era uma matéria que esperavam que as Infraestruturas de Portugal também acionassem os mecanismos que tinham à sua disposição para que essa situação viesse, também, a ser regularizada.

Achava que tinham todos de se congratular, porque os setubalenses iriam, finalmente, depois daquele interregno e de tanta tinta que tinha passado por debaixo das pontes, como se costumava dizer, poder voltar àquele espaço.

A Câmara Municipal, em conjunto com a União das Freguesias de Setúbal, faria todos os possíveis para criar ali as melhores condições para que o espaço fosse usufruído plenamente.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse ao Sr. Presidente que pedia desculpa e perguntou se, quanto a São Luís da Serra, não havia nenhuma notícia.

**Sr. Presidente** – Disse que, quanto a São Luís da Serra, a Igreja também tinha acionado um processo e, portanto, o portão estava lá, mas era para estar aberto, ou seja, ele estava trancado e, portanto, tinha deixado de estar trancado. Estava lá o portão, que tinha um fecho, e podia ser aberto.

Pessoalmente, havia uma data de anos que estava na Câmara Municipal e nunca tinha ido a uma romaria lá cima. Este ano, tinha feito questão de ir e estar lá com as pessoas que continuavam a ir à romaria e era muito importante que elas continuassem. A população tinha

direito e todos tinham obrigação de reconhecer aquilo que eram direitos adquiridos por essas populações.

Quem tinha tido oportunidade de lá ir tinha visto que não tinha havido nenhum problema com a invasão da propriedade. Não era isso que esteve em causa, nunca esteve em causa e acreditava que nunca estaria em causa. Não era por se ter uma vedação que se punha em causa esse tipo de iniciativas culturais, religiosas, que as populações tinham.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**5. Deliberação n.º 672/2023 – Proposta n.º 01/2023 – GADSEA – Candidatura do Município de Setúbal ao Galardão ECOXXI 2023**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 36.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**6. Deliberação n.º 673/2023 – Proposta n.º 364/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Alteração ao prazo da cedência de uso e gestão de espaço público municipal da Várzea, União de Freguesias de Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 37 e 38.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**7. Deliberação n.º 674/2023 – Proposta n.º 366/2023 – DAF/DICOMP/SECOMP – Ajuste Direto n.º 38/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de Serviços de Segurança Privada em Edifícios Municipais, pelo período de 12 meses, ao abrigo do lote 3 do Acordo Quadro AQ-VS-2022 – ID 4313135, promovido pela ESPAP – Ratificação de adjudicação**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 39 a 45, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**8. Deliberação n.º 675/2023 – Proposta n.º 04/2023 – DASU/DISUR – Protocolo de cooperação entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal (APPACDM)**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 46 a 48, não tendo havido discussão sobre a mesma.



O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**9. Deliberação n.º 676/2023 – Proposta n.º 15/2023 – DEB/DIGEPE – Protocolo de colaboração com Associação Cristã da Mocidade de Setúbal e Agrupamento de Escolas Barbosa do Bocage**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 49 e 50.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que aquele protocolo tinha nascido da necessidade de cooperação entre as duas entidades que partilhavam, num espaço geográfico muito curto, duas instalações, a saber a escola do Montalvão n.º 3 e as instalações do ACM, no Montalvão.

Já tinham feito uma experiência em anos passados e, naquele momento, tinham decidido colocar em protocolo e firmar aquela relação.

Aquela proximidade fazia com que fizesse todo o sentido ter aquele protocolo, de modo a assegurar uma cedência mútua que muitas vezes em alturas que não eram coincidentes, porque estavam a falar, no caso do ACM, nas interrupções letivas e, no caso da escola, na altura letiva, poderem partilhar. Sabiam que aquela era uma escola de plano centenário, não tinha ginásio, não tinha uma instalação para a prática da educação física e aquela parecia-lhes ser uma boa maneira de proporcionar essas condições às nossas crianças.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**10. Deliberação n.º 677/2023 – Proposta n.º 16/2023 – DEB/DIGEPE – Transferência financeira à Associação de Pais da Escola Básica da Brejoeira no âmbito das medidas de mitigação dos efeitos da crise económica**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 51, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**11. Deliberação n.º 678/2023 – Proposta n.º 17/2023 – DEB/DIGEPE – Reforço financeiro no âmbito do protocolo celebrado entre o Município de Setúbal, a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica da Brejoeira e o Agrupamento de Escolas de Azeitão – Aumento oferta rede de educação pré-escolar**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 52, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



## 12. Deliberação n.º 679/2023 – Proposta n.º 18/2023 – DEB/DIGEPE – Carta Educativa do Concelho de Setúbal

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 53 a 55.

**Sra. Vereadora Rute Perdigão** – Disse que tinha tido o prazer de ter estado na apresentação da Carta Educativa e, nesse momento, ter dado algumas considerações que gostaria de voltar a dar, naquela posição, porque considerava que a Carta Educativa era um documento bastante importante para toda a ação educativa, a título prospetivo, consideravam que ela própria ficava aquém em alguns aspetos e, portanto, se estavam todos em debate, reflexão e análise, iria iniciar uma breve análise. Breve por ser o possível, dado os poucos dias a que tinham tido acesso a tão extenso documento. O documento era muito grande para lerem em tão pouco tempo, mas também dado a sua área de especialidade na educação e na investigação, iria fazer algumas considerações.

Ter em conta que a nível de monitorização, acompanhamento e avaliação da anterior carta educativa, ela encontrava-se em vigor desde 2006. Convinha dizer que compreendia um total de 45 ações com investimento previsto e uma parte significativa não tinha sido executada, aliás, no total das 45 ações apenas 6 tinham sido identificadas como totalmente executadas. Estavam a falar de uma taxa de execução de 13,3 o que era mínimo. Depois, também, relevar as assimetrias no território, estavam a falar em disparidades na medida em que não se tinha realizado nenhuma das alterações previstas para os equipamentos da Freguesia do Sado, apenas uma ação tinha sido parcialmente executada, na Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e em São Sebastião das 18, 3 tinham sido totalmente executadas, o que correspondia a uma taxa de execução de 16,7. Nesse documento, na Carta Educativa destacavam São Sebastião, não podiam destacar, 16,7 era uma coisa que mínima, ficava muito aquém do pretendido.

Inquiriam porque é que desde o seu início, a Câmara Municipal de Setúbal e muita da sua equipa, que ainda vigorava nos quadros atuais, não tinha feito a recolha dos diversos indicadores de realização e resultado, compilando e sistematizando a informação associada às intervenções em que se assumia como entidade executora. Já não dizia semestralmente como se previa num futuro próximo e que estava patente na Carta Educativa, mas, pelo menos a sua revisão/avaliação de 3 em 3 anos, segundo o Decreto-Lei n.º 7/2002 de 15 de janeiro, ou de 10 em 10 anos, a partir de Decreto-Lei, 22/2019, de 30 de janeiro. Algo mais sistemático, mais no seu tempo longitudinal.

Relativamente àquele aspeto de avaliação também gostariam de ter acesso ao parecer dado pelo Conselho Municipal de Educação integral, não apenas a assinatura como constava no anexo. As assinaturas não lhes diziam nada sobre esse tal parecer. Já tinham solicitado aos serviços e, ainda, não tinham tido acesso a esse parecer e gostariam muito de o ter.

Falou também sobre o enquadramento legislativo. Como tinha dito a Vereadora Carla Guerreiro, havia aquele Decreto-Lei 21/2019, mas havia outras diretrizes. Havia diretrizes internacionais e europeias que deviam ter em conta. Se a Carta Educativa era de 2023 e pretendia um plano de ação até 2028, não podiam falar de educação e formação de 2020. Provavelmente, iriam ter de falar de outras resoluções do Conselho. Falava-se da agenda 2023 e dos objetivos de desenvolvimento sustentável, mas podia-se falar de outras estratégias e de outras metas que estavam definidas, por exemplo, percentagem de jovens de 15 anos com fraco aproveitamento em leitura, matemática e ciências, inferior a 15% até 2030 ou, por exemplo, algumas que tinham de 2025 percentagem de pelo menos 60% de recém-diplomados do Ensino Formação Profissional a beneficiar de aprendizagem, contexto de trabalho durante formação até 2025. Portanto, havia um conjunto de metas indicadoras na própria Carta Educativa de 2023, que se referia em 2020, estava completamente datado. Depois, também, nessas próprias metas faltam algumas que tivessem a ver mais com o



Ensino e Formação Profissional, não só na parte do chamado Ensino Regular ou da grande parte de ensino sem a parte vocacional ou profissional.

Falou também naquela questão do cariz prospetivo. Falavam de cariz prospetivo: “conforme referi, neste documento, foi feita uma análise prospetiva dinâmica demográfica” tinha havido a cenarização demográfica de 2025 e 2031, mas para falarem de pensar o território, de pensar as infraestruturas escolares não precisavam pensar só na população escolar, na população escolar efetivamente na parte de uma demográfica ou das próprias migrações, tinham que falar de outra coisa que, também, tinham colocado, que era a projeção em torno da dinâmica, socioeconómica concelhia, designadamente o desempenho macroeconómico atual e prospetivo, capacidade polarizadora de emprego sub-regional, a dinâmica do mercado de trabalho e dos fenómenos de exclusão social, com base em eventuais deficiências qualificação e formação. E não tinha sido feita qualquer cenarização de cariz prospetivo, não tinha havido qualquer referência a isso, ou se pensava só na educação ou, então, não se estava a pensar noutros termos de qualificação e de formação, e que deveria estar.

Falavam um bocadinho, também, da população estrangeira. Deveria haver referência ao número total do número de alunos de nacionalidade estrangeira, na população setubalense, também, havia população estrangeira, quer nas escolas de Setúbal, quer de Azeitão, e não apenas como referido na Carta Educativa do Agrupamento de Escolas Ordem de Sant'Iago, no âmbito do programa TEIP.

Portanto, os únicos dados que tinham da população estrangeira e que tinha muito a ver, para pensarem realmente nos “inputs” de alunos e de crianças que pudessem vir para o nosso sistema de educação e formação, tinham apenas dados da Ordem de Sant'Iago. Não se podia fazer de forma ajustada ou criar novas soluções equitativas inovadoras, ou ajustar a realização multicultural, quando não tinham aquela definição do número exato de pessoas de população estrangeira, que estava presente nas nossas escolas, porque faziam referência à percentagem da população estrangeira na nossa população residente, aí tudo bem, mas para aquelas projeções demográficas e utilizando o modelo “cohort survival”, como disseram, seria crucial ter aqueles dados para sustentar questões relacionadas com a variação migratória. Tinham que ver aquelas migrações e cada vez mais a população estava em mobilidade e, portanto, pensando os territórios educativos assim tinham que pensar naquelas mexidas de pessoas.

Também se falava nas metas estabelecidas no TEIP, que não eram apresentadas claramente. Por vezes, havia considerações muito abrangentes, reduzir o insucesso escolar, ou diminuir, ou extinguir o absentismo. Extinguir, era concreto, era zero, mas, por exemplo, aumentar o sucesso escolar, em quanto? Ou reduzir a taxa de retenção, em quanto? Esses dados não estavam concretos.

Havia outra questão interessante, quando falavam da rede privada e solidária, na educação pré-escolar, como era óbvio, não foram ouvidos diretores ou presidentes daquelas instituições da rede privada, apenas foram realizadas reuniões e inquérito aos diretores de agrupamento das escolas não agrupadas, e das escolas profissionais, portanto, falavam da rede pública. Em termos de peso da rede privada, nos diferentes níveis de educação e ensino, estavam concretamente a ter presente percentagens de 68,7% crianças inscritas na educação pré-escolar, na rede privada, 13,8% no ensino secundário, na rede privada, 11,9% no 1.º ciclo, na rede privada, 3,0% no 2.º ciclo, 0,5% no 3.º ciclo, na rede privada. Eles não foram ouvidos. Então importava ter um maior conhecimento daquele tipo de rede, intenções de alargamento, até de criação de novos estabelecimentos para se constituir uma Carta Educativa do Município, conforme a projeção demográfica no geral, e da população escolar nas escolas públicas.

Relativamente às linhas de ação estratégica, tal como na apresentação referiu, e tinha havido quem dissesse que a Carta Educativa era de infraestruturas, era sim de infraestruturas, mas para se pensar em infraestruturas havia grandes opções de plano, havia opções estratégicas, de ação estratégica, algo que não conseguiam ver naquele documento.

Gostariam, por exemplo, de saber quais eram as grandes opções do Plano Estratégico Educativo Municipal e não do que constava no enquadramento legislativo do Decreto-Lei,

21/2019. O que é que o Município queria para as escolas e para os alunos, em termos específicos? Quais eram esses princípios orientadores? Como é que se queria fazer aquela gestão flexível? Como é que se queria acabar com barreiras arquitetónicas e proporcionar a inclusão e equidade? Como é que se queria trabalhar com a comunidade? Como é que se ia falar sobre inteligência artificial e novas tecnologias? Onde é que estavam aqueles espaços inovadores e inclusivos? Falavam de “*vamos acabar com as turmas de horário duplo e continuamos com as turmas horário normal*”.

As coisas estavam muito mais dinâmicas, falavam de uma Carta Educativa futura, que naquele momento, já estava datada. E, por exemplo, não se falava de questões de eficiência energética, pelo que constava no documento, quando estava tão em voga o ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Depois podia-se falar de algo mais participado, com as comunidades, com a parte da cultura, com pessoas com deficiência, com a própria juventude, na defesa de valores e práticas de solidariedade intergeracional. Intergeracional com infraestruturas, podiam falar de infraestruturas, mas... opções, por exemplo, as perspetivas de análise. Tinham sempre a perspetiva de análise local que refletia questões de índole territorial do Município, diferentes características físicas e dinâmicas humanas, observada nas diversas freguesias que integravam o território municipal e, depois, as outras uniformizadoras do Ministério da Educação, que tem procurado para a rede escolar nacional, mas as opções das infraestruturas e dos próprios edifícios ficavam aquém do que se pretendia para as competências do século XXI, para o que se pretendia de salas de futuro e de outras dinâmicas de abordagens centradas no aluno. Se os mesmos espaços por si já estavam datados e já ficavam aquém dessas medidas, não havia forma, haveria sempre esse impeditivo.

E, depois, alguns dados em falta ou, pelo menos, mais dados sobre a componente de apoio à família, por estabelecimento de educação e ensino por agrupamento, relativa à educação e formação de adultos, as próprias questões de ação social escolar e rede de transportes, e dessas opções do próprio transporte escolar entre edifícios, também, ficava muito no ar. Não se viu questões sobre as áreas de influência, os fluxos, a distância de tempo dos percursos alunos casa e escola, na própria cenarização.

Havia um leque de metas e objetivos e havia várias fichas, muito bonitas com um sombreado a cor entre 2023 a 2028, mas depois lerem aquelas quase 260 páginas, ficavam sem a clara noção ou de forma tão transparente de: “*até 2023, eu quero fazer isto, ou até ao final de 2023 tem que ser feito isto, até 2024 tem que ser feito isto*”. Portanto, não havia objetivos, metas e estratégias a atingir em cada ano letivo, claramente de forma transparente. Porque, por exemplo, havia uma medida e, essa medida, tinha 2023 a 2026 e ficava no ar.

**Sr. Presidente** – Agradeceu a intervenção da senhora Vereadora e disse que foi uma grande intervenção, não no tempo ocupado, mas na profundidade das questões que abordou. Achou isso muito positivo, terem na reunião da Câmara, de facto, alguém com conhecimento aprofundado sobre aquelas matérias. Eram matérias que diziam respeito a todos e ao futuro.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que como era óbvio, efetivamente, o documento era realmente muito extenso.

DGESTE

Tinham tentado fazer uma discussão alargada, quis informar a senhora Vereadora que não existia nenhum parecer do Conselho Municipal de Educação diferente daquele que tinham apresentado ali. O que tinham feito tinha sido submeter o documento à votação, o documento tinha sido votado favoravelmente, por unanimidade, e consideraram essa votação favorável, o parecer favorável do Conselho Municipal de Educação. Portanto, o Conselho Municipal de Educação não tinha redigido nenhum parecer sobre o documento, portanto, o documento tinha sido levado à votação e tinha sido assim que tinham feito. Essa era a metodologia que costumavam usar, também no plano dos transportes escolares, portanto, tinha sido feita a votação do documento e tinha sido feito esse parecer favorável pelo Conselho Municipal de

Educação. Não havia nenhum documento, aquilo que tinha havido tinham sido, também, reuniões de trabalho de um grupo mais específico criado dentro do Conselho Municipal de Educação, que tinha feito uma série de sugestões, e que tinham sido remetidas aos nossos serviços, à empresa para depois serem integradas no documento. O documento inicial não era aquele. Aquele, presentemente, felizmente, era um documento muito mais enriquecido pelos contributos das Associações de Pais, dos representantes dos pais, dos professores, dos representantes dos conselhos pedagógicos que estavam no Conselho Municipal, da Saúde, portanto, de uma série de instituições, do Instituto Superior Politécnico que tinha dado, também, contributos muito interessantes para a Carta Educativa.

Havia uma questão daquilo que era a concessão daquele documento e, efetivamente, em 2021, a própria DGESTE tinha sentido necessidade de fazer um guião sobre as matérias que deviam estar vertidas na Carta Educativa, porque existia uma tendência para dentro da Carta Educativa de colocar tudo, ou então, ser um documento que conforme a legislação, se a Vereadora fosse ver os parâmetros, o deles estava muito para lá daquilo que a própria legislação obrigava. Havia um equilíbrio entre aquilo que estava na legislação e aquilo que estava no guião da própria DGESTE, que recomendava como matérias a versar na Carta Educativa.

Naquele momento aquilo que podia dizer era que o documento tinha sido visto com aquela abrangência toda e que a proposta deles seria, efetivamente, também, chancelada pelo Departamento de Educação da DGESTE para perceberem se ele estava, ou não, conforme.

Muitas das questões que a senhora Vereadora tinha falado, e que eram preocupações, no Conselho Municipal de Educação já tinham assumido aquele compromisso, na elaboração do Projeto Educativo Municipal. Julgavam que esse seria o documento magno, relativamente à estratégia de educação no nosso Município.

Não queria dizer que muita coisa daquela que se fazia presentemente já não pudesse ser compilada nesse documento, porque muita coisa que as escolas faziam, principalmente as escolas, também a autarquia e outras entidades, mas isso tinha de ser mais do que a soma dessas atividades. Tinham de construir um Projeto Municipal de Educação com todos, e por acaso, naquele dia, tiveram reunião da Comissão Permanente do Conselho Municipal que foi um dos assuntos que abordaram. Era preciso construí-lo, não de cima, fazendo um documento elevando ao parecer de cada uma das entidades, ou das escolas, ou *“disto ou daquilo”*, mas encontrar uma metodologia em que todos pudessem participar. Achava que muitas das preocupações que a senhora Vereadora ali tinha manifestado teriam o enquadramento no Projeto Educativo Municipal, que era uma ambição que tinham de poder, durante aquele mandato, iniciar esse processo. Portanto, a ideia era realmente tratar as questões da Carta Educativa, pelas imposições que também existiam e depois passarem ao debate da construção, até porque eram cidade educadora, e isso para eles era fundamental, poder ter o Projeto Educativo Municipal e poder ter esses objetivos bem definidos e essa estratégia.

Salientou algumas coisas, que a Vereadora colocou, relativamente à monitorização. Efetivamente não efetuaram, pensava que, uma monitorização muito rigorosa da anterior Carta Educativa, mas naquela Carta, efetivamente, vinha essa necessidade, e tinha havido vários conselheiros que tinham chamado à atenção, o facto de poderem fazer uma monitorização efetiva. A Vereadora colocou também a questão: *“não era muito concreto se era em 2024 ou se era em 2025”*. Disse que, também, queriam saber quando é que chegavam os financiamentos, por parte do Ministério da Educação, para conseguirem dizer se era em 2024, se era em 2025, se era em 2026. Para eles isso era muito importante, porque uma grande parte das questões relacionadas com a Carta Educativa tinham a ver com as requalificações das escolas transferidas para a Câmara.

Aquilo que se propunham, e aquilo que achavam era que durante aquele espaço, elas tinham de ser feitas, mas não conseguiam concretizar, se era em 2024 ou se era em 2025, porque nada sabiam sobre os financiamentos. E, isso era deveras importante.

Relativamente às questões da eficiência energética, existia uma ficha de intervenção na Carta Educativa, sobre as questões da eficiência energética, que eram fundamentais, como sabiam.

Havia uma série de considerações que a Vereadora fez que pensava que poderiam incluir muito mais coisas, dentro daquilo que era o documento. A determinada altura disseram, não, tinham o guião e tinham a legislação e cingiram-se a isso.

A Vereadora Rute Perdigão disse que: *“naquela Carta Educativa não foram realizadas mais de 13%”*. Das previstas, porque foram realizadas ações que não estavam previstas na Carta Educativa, por força da realidade, por força da necessidade e, provavelmente, quando faziam e tinham uma estratégia, criavam os documentos e queriam que eles fossem o mais rigorosos possível, para poderem cumprir com o nosso planeamento.

Mas havia muitas questões que acabavam por os ultrapassar ao longo dos anos, e as necessidades acabavam por ser diferentes. E dizia *“ainda bem”* que não foram todas cumpridas porque muitas delas implicavam o encerramento de escolas.

Estava previsto o encerramento de Casal de Bolinhos, por exemplo, ainda bem que não tinha sido previsto, porque puderam fazer e criar um pré-escolar, e dar oportunidade a mais 50 crianças de estarem e de usufruírem do pré-escolar na freguesia de Azeitão, como outras salas, ou outras escolas, que felizmente não chegaram a ser encerradas. De acordo com a Carta Educativa isso iria acontecer.

Também tinha havido outras que tencionavam construir e não tinham construído, mas mantinham a ideia naquela Carta Educativa que era, por exemplo, a oferta de rede na antiga Freguesia da Anunciada, consideravam que era uma freguesia carente e já estava prevista na anterior Carta Educativa, mas, também, as questões relacionadas com a abertura de mais salas de pré-escolar, o que consideravam fundamental.

Naquele momento, o Município dava resposta a 30% daquilo que eram as necessidades. Tinham muitas IPSS que faziam - e bem - esse trabalho e acolhiam mais de 2 mil alunos do pré-escolar, eles acolhiam cerca de 100, mas consideravam ser necessário dar resposta naquilo que era a oferta pública, e esse era um dos nossos grandes objetivos, aumentar a rede pré-escolar e, para isso, propunha-se a criação de mais 14 salas.

A Vereadora disse: *“os regimes duplos”*, para eles continuava a ser uma preocupação. Queriam implementar a escola a tempo inteiro, agora a verdade era que aquilo que era a sala de aula, era muito mais do que um quadrado ou do que um retângulo com 4 paredes.

Atualmente as escolas já trabalhavam dessa maneira, e aquilo que se entendia, muitas vezes, por um espaço de ensino de aprendizagem já não era só a questão da sala de aula. Mas era importante para as referências, também, das nossas crianças e da maneira como estruturaram o ensino poder ter esses espaços devidamente tratados. Mais do que a questão do crescimento que a empresa fez, esse estudo, daquilo que seriam as dinâmicas da população, mais do que isso era conseguirem responder aos alunos, que sabiam que tinham, e que ainda estavam em horário duplo. Não significava que fossem muito mais alunos, significava, também, criar melhores condições para aqueles alunos que já estavam, atualmente, com eles no ensino público.

Disse que era aquilo que tinha para dizer, em relação às questões colocadas pela senhora Vereadora.

Pensava que seria interessante, poderem remeter o documento à DGESTE e poderem, também, perceber se algumas daquelas questões depois seriam levantadas.

Aquele tinha sido o documento que tinham considerado que respondia às exigências. E tinham considerado, não só a Câmara enquanto Câmara, mas de acordo com a comunidade educativa que tinham contactando.

**Sra. Vereadora Rute Perdigão** – Disse subscrever a questão do Plano Educativo que ia responder a várias daquelas considerações. Assustava-os, ainda, a questão do edificado que estava presente na Carta Educativa, ser um edificado de uma escola para o século IX, ainda do século IX, quando havia outros espaços mais abrangentes e mais amplos, de criação de mais dinâmica. Verdade fosse dita, tal como propuseram aquela monitorização e avaliação seria feita semestralmente, e isso, fazia com que ficassem mais calmos, porque iam ver que semestralmente poderiam fazer outras mudanças e ter outras opções ou outras linhas estratégicas.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que não resistia. Pensava que não deviam dizer que aquilo era virado para uma educação do século IX. Em IX, a maioria das pessoas não tinha acesso à educação, e aquilo que traziam era um documento que pensava ser flexível, ajustado. Não se limitava à Educação, até à própria escolarização, porque falavam de conceitos, que muitas vezes tinham de ser definidos. A educação era muito mais do que a escolarização.

O documento específico era a Carta Educativa e a rede de equipamentos. Era essa a questão.

Tinha muita confiança que o Projeto Educativo Municipal deles iria responder a todas aquelas questões e preocupações. E estava certa de que essas questões e preocupações também eram as preocupações da maior parte dos nossos professores, dos nossos diretores, dos nossos auxiliares, e das outras instituições que tinham trabalhado. Estava certa de que sim, porque contactava com todos eles e sabia a forma inovadora como muitos deles, presentemente, já trabalhavam, independentemente de terem uma sala de aula, os outros passos que utilizavam. Ali, no nosso Município, inclusivamente, tinham espaços de sala de aula que iam muito além da escola. Um deles, por exemplo, o “*Maravilha do Sado*”, que era um equipamento que a Câmara recuperou há uns anos, e que, presentemente, era uma sala de aula, que podia ser utilizada pelos professores. Mas isso tudo, achava que era para incluir no outro documento, e não naquele.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse querer colocar ali a questão política. Eles tinham uma postura naquelas reuniões da Câmara que não era propriamente uma postura de litígio com ninguém, nem de provocação, nem de transformar as reuniões da Câmara em ringues de bóxeres, uns mais fortes do que outros. E, gostavam que as propostas deles tivessem algum acolhimento, no sentido de contribuição para melhorar aquilo que achavam que poderia ser melhorado. Era essa a postura deles, resiste a mudá-la, e não iam mudar, de maneira nenhuma, iam manter aquela postura.

A senhora Vice-Presidente referiu que receberam muitos contributos. Disse que a senhora Vereadora pertencia ao Conselho Nacional de Educação, era uma especialista em educação, e tinha a certeza que o contributo que ela podia dar para a Carta Educativa de Setúbal era muito importante.

Perguntou ao senhor Presidente, se o contributo dos vereadores da oposição, quando era construtivo, e isso notava-se, podia ou não ser acolhido para aquilo que a Câmara trazia ali, a CDU ali trazia para discutirem.

**Sr. Presidente** – Disse que todos os contributos deviam ser ponderados, e, portanto, nessa perspetiva acolhidos. Teve oportunidade de agradecer logo, quando a senhora Vereadora, - não sabia qual era a sua missão naquela área - mas tomou logo a iniciativa de agradecer, no fundo, foi isso, o contributo que trouxe ali, por aquilo que disse.

A senhora Vice-Presidente, naturalmente, que falou de todo um processo, tratava-se de um processo. Uma Carta Educativa era uma coisa que era obrigatória por lei, tinha um enquadramento, tinha coisas muito definidas. Tudo o que pudessem questionar sobre aquilo era progressivo, era progresso. Achava que os contributos que tinham sido trazidos eram muito positivos, ficava esse registo. A senhora Vice-Presidente naturalmente, que acompanhava aquelas matérias e aquele processo, que tomou a devida nota, como tiveram oportunidade de observar na resposta que deu, dos contributos que ali vieram. Naquele momento estavam numa fase de enviar à entidade que tinha a responsabilidade, do ponto de vista institucional, também, de se pronunciar, depois viria à reunião de Câmara, novamente, com esse contributo, teriam ainda oportunidade de avaliar, e depois iria à Assembleia Municipal para que, definitivamente, pudesse ser aprovado, portanto, era um processo.

Era importante existir a Carta Educativa e outros documentos de base e de referência, mas sabiam, como teve oportunidade de referir que na Carta Educativa de 2006, apenas alguns aspetos, se cumpriram 6%, 10% “*disto ou daquilo*”, era uma transformação profunda da realidade, naturalmente, quem fez a Carta Educativa de 2006 trabalhou com determinados

dados, e com uma determinada perspetiva de evolução da própria sociedade, e o que verificaram, era que de facto, nada daquilo correspondeu àquela expectativa e, portanto, era óbvio que os resultados teriam de ser aqueles.

Como a senhora Vice-Presidente disse, houve outras opções, que a Câmara Municipal teve de tomar para corresponder à realidade, à transformação da realidade, e não em função daquilo que era a expectativa, ou o planeamento que estava avaliado. Aquela questão da monitorização regular, da evolução da situação real sem perder de vista aquilo que eram as perspetivas para o prazo de vigência da Carta, achava que era a melhor forma de poderem dar resposta aos problemas, essa ideia de continuarem, e era isso que estava previsto. Ia-se iniciar uma obra, de uma nova escola, no centro da cidade, uma escola para o 1.º ciclo.

(Vozes de fundo)

**Sr. Presidente** – Disse ser na zona junto à Várzea, a Barbosa do Bocage, ali também era um centro da cidade. Era uma escola cujo objetivo era ter uma escola a tempo inteiro, também no centro da cidade, na perspetiva mais global, com a possibilidade de as crianças poderem usar um tempo mais alargado na escola, iam juntar 2 salas de pré-escolar.

Estava em perspetiva a construção de outra escola na zona, da freguesia de Gâmbia, nas novas urbanizações, portanto, para dar resposta a necessidades daquela zona do concelho, e que também ia ter mais 2 pré-escolar. Tinham também de fazer alterações em Vila Nogueira, a ampliação dessa escola, porque a escola que ali estava já não correspondia e, portanto, uma boa parte das crianças tinham de ir para a Brejoeira, e, porque a concentração urbana estava em Vila Nogueira. Mas isso era a realidade que tinham no tempo presente. Felizmente que viviam num concelho que estava em crescimento, e, esperavam que continuasse assim. Dois exemplos fundamentais de crescimento, Azeitão e Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, eram os que tiveram maior crescimento, nos últimos dados, e, portanto, esperavam que continuasse assim, porque acreditavam num futuro, naturalmente, com juventude, com mais jovens a necessitar das escolas. Aquela era a realidade que tinham.

Pensava que tinha sido um bom debate, e um aprofundamento de uma matéria muito importante. Obviamente, que agradecia à senhora Vereadora, aqueles contributos que ali trouxera.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse ao senhor Vereador Fernando Negrão que a oposição lhes merecia todo o respeito, foi nesse sentido que pediram à empresa para fazer uma sessão de apresentação do documento e convidaram todos os eleitos da Câmara Municipal, das juntas de freguesia e da Assembleia Municipal, para poderem estar presentes, e poderem fazer as suas intervenções, que também foram tidas em conta, naquilo que foi a apreciação do documento.

O documento não tinha sido fechado sem terem feito aquela sessão e isso foi muito importante, poder ter havido essa sessão e as pessoas também poderem ter (...), no fundo, podiam ter usado apenas a reunião da Câmara, para trazer o documento e realizar essa apresentação. Não foi essa a opção deles porque o documento realmente era complexo, porque realmente era extenso. Decidiram pedir à empresa e a empresa fez uma apresentação, como a senhora Vereadora disse e, também, esteve presente. Portanto, pensava, que nesse aspeto, conduziram bem o processo, porque proporcionaram, também, aos eleitos dos três órgãos do Município, quer juntas, quer Assembleia, quer Câmara, para que também pudessem ter contacto com aquela realidade e tinham-se colocado à disposição para receber sugestões.

Pensava que, efetivamente, naquele tipo de documentos e estratégias, tinha que haver um compromisso forte de todos e foi isso que tinham tentado fazer quando marcaram a apresentação.

Foi esse o intuito.

**Sr. Presidente** – E que a senhora Vereadora tinha estado presente nessa reunião.

**Sra. Vereadora Rute Perdigão** – E que tinha feito sugestões e que não as via.

(intervenção inaudível)

**Sr. Presidente** – Disse que o que era de agradecer era o contributo que ali tinha sido dado e que ficava registado.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**13. Deliberação n.º 680/2023 – Proposta n.º 365/2023 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 18/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para fornecimento contínuo de massas asfálticas a quente com inertes de basalto ou diorito (AC 12 SURF 35/50, 3500 toneladas com transporte e 1500 toneladas sem transporte) – Adjudicação**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 56 a 59, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**14. Deliberação n.º 681/2023 – Proposta n.º 77/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio ao Grupo Coral Alentejano ‘Os Amigos dos Sadinós’ pela participação no XVI Encontro de Corais Alentejanos – Alentejo Abraça Setúbal**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 60, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**15. Deliberação n.º 682/2023 – Proposta n.º 78/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio ao 45.º Festival Nacional e 2.º Internacional de Folclore de Setúbal - Praias do Sado**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 61 e 62, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



**16. Deliberação n.º 683/2023 – Proposta n.º 79/2023 – DCDJ/DICUL – Comissão de Festas do Novo Círio da Nossa Senhora da Arrábida – Apoio financeiro**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 63 e 64, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**17. Deliberação n.º 684/2023 – Proposta n.º 80/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio pontual Grupo de Teatro Puzzle (APPACDM)**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 65, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**18. Deliberação n.º 685/2023 – Proposta n.º 81/20223 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 66, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**19. Deliberação n.º 686/2023 – Proposta n.º 82/2023 – DCDJ/DIMEF – Apoio financeiro à Associação Bairro Cool (ABC) – equipamento de som, luz, projeção de vídeo e palco**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 70 a 72, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**20. Deliberação n.º 687/2023 – Proposta n.º 83/2023 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Alta Competição às modalidades desportivas coletivas – Época Desportiva 2022-2023**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 73, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**21. Deliberação n.º 688/2023 – Proposta n.º 8342023 – DCDJ/DICUL - Projeto “Programar o Futuro” – Protocolo de cooperação entre a SIC Esperança e o Município de Setúbal**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 74 e 76.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que, naturalmente, os vereadores do Partido Socialista valorizavam e apoiavam iniciativas como a advertida naquele projeto “Programar o Futuro” destacando a importância da capacitação de jovens desempregados e, ou, em situação de emprego precário naquelas áreas específicas de forma a potenciar a sua integração no mercado de trabalho, mas uma vez que se tratava de um projeto piloto e na apresentação era referido que a dinamização de uma sala digital aberta à comunidade com uma opção preferencial por uma IPSS, se o Município já tinha pensado nos moldes em que o iria colocar em prática e, uma vez que, no âmbito da parceria com a Câmara Municipal competia a identificação de potenciais beneficiários se esses seriam identificados, por exemplo, através do CLDS ou se existiria outras metodologias para chegar ao público-alvo?

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Agradeceu as questões colocadas, eram pertinentes. Objetivamente não estava fechado, ainda, o processo para a seleção daqueles jovens. Naquele momento, estavam num processo de concretização, poderiam trazer àquela Câmara Municipal ou dirigir às diferentes bancadas. O CLDS era uma parcela importante, não sendo a única e, portanto, naquele momento, avaliaram, nomeadamente, com um parceiro que era muito importante a considerar, que era o próprio Instituto Politécnico de Setúbal, como um parceiro fundamental para o enquadramento daqueles jovens e, sobretudo, considerando não só a sinalização de algumas das situações que lhes parecessem enquadráveis naquele projeto, mas sobretudo se a consequência e coerência do projeto podia ou não ter um âmbito que fosse importante e relevante para o percurso daqueles mesmos jovens. E, portanto, era nesse sentido que estariam a trabalhar, quer com o Instituto Politécnico de Setúbal, quer com um conjunto de entidades que concorriam, nomeadamente naquele trabalho, e instituições particulares de solidariedade social que eram objetivamente parceiros importantes a ter em consideração, bem como projetos, como os contratos locais de desenvolvimento social, que se realizavam nos diferentes territórios, e que abrangiam, naquele caso, todos os territórios do Município de Setúbal.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**22. Deliberação n.º 689/2023 – Proposta n.º 162/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Processo n.º 151/22**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 77, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**23. Deliberação n.º 690/2023 – Proposta n.º 163/2023 – DURB/GAPRU –  
Aprovação de projeto de arquitetura - Processo n.º 392/22**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 78, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**24. Deliberação n.º 691/2023 – Proposta n.º 164/2023 – DURB/GAPRU –  
Aprovação de projeto de arquitetura – Processo n.º 410/22**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 79, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**25. Deliberação n.º 692/2023 – Proposta n.º 165/2023 – DURB/GAPGPA –  
Renovação de protocolo e de atribuição de apoio financeiro para o projeto  
na área do Turismo acessível nas praias de Albarquel e Figueirinha –  
Projeto “Praias de Setúbal para Todos - 2023”**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 80 e 82, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**26. Deliberação n.º 693/2023 – Proposta n.º 02/2023 – GAVPS – Participação  
Variável de IRS para o ano 2023**

O Sr. Vereador Joel Marques apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 83.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que tinham os cálculos feitos sobre aquilo que seria o impacto daquela proposta na redução de receita do Município, estimavam que esse impacto pudesse ser na ordem dos 641 mil euros.

(vozes de fundo)

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que não se opunham, até porque acreditava que os argumentos de parte a parte seriam semelhantes e, portanto, se senhor Presidente considerasse que o poderiam fazer, poderiam apresentar já a proposta relativa ao IMI. Uma vez que iam discutir as duas propostas em simultâneo, estavam a falar de propostas que consubstanciam uma alteração na receita na ordem dos 2 milhões duzentos e trinta e sete mil euros.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse estarem perante uma questão de natureza fiscal. O Partido Socialista pretendia alterar normas que vinham alterar, por sua vez, os valores de IRS e de IMI que os municípios do concelho de Setúbal pagavam.

Relativamente à política nacional do Partido Socialista, todos a conheciam, e sabiam bem que nunca o país teve uma carga fiscal tão pesada como a daquele Governo. De tal maneira que a classe média, naturalmente, não estava em vias de desaparecer, mas estava completamente empobrecida, e a classe baixa estava esmagada. Ao mesmo tempo, estavam naquela reunião da Câmara, o Partido Socialista apresentava alteração de normas de natureza fiscal no sentido de beneficiar os cidadãos.

Perguntava-se, afinal, qual era a política do Partido Socialista, era de aumento da carga fiscal, ou e de diminuição da carga fiscal. Ou seria que diminuindo a carga fiscal a nível autárquico, isso daria imediatamente azo a que a nível nacional, se aumentasse mais um imposto, uma taxa, ou uma taxinha, para compensar essa diminuição.

Além disso, consideravam ser demasiado cedo para apresentar propostas daquela natureza, com aquela complexidade, e com aquela repercussão na vida das pessoas, e na vida da própria autarquia.

Estavam em maio, a nível nacional o Orçamento de Estado, que mexia nas questões fiscais, era normalmente discutido em outubro, porque tinham de ter em consideração que viviam tempos muito complicados, havia guerra na Europa, por exemplo, não sabiam o que podia acontecer dali a um mês e, por isso, todos os cuidados eram poucos e não deviam antecipar a tomada de medidas no tempo.

Referiu que, no pacote de habitação apresentado pelo Governo existiam normas, relativas à alteração do IMI, esse pacote ainda prosseguia o seu caminho, sendo que terminou, salvo erro, a 26 de abril, o tempo para as autarquias se pronunciarem, ou seja, havia um diploma pendente relativamente à matéria do IMI. O que queria dizer que não deviam tomar medidas antes de terem o quadro legal fixado, e ele naquele momento não estava fixado.

Por isso, e por aquelas 3 razões, só quando estivessem reunidas as condições, todas as condições legais, e em tempo razoável, o PSD apresentaria as suas próprias propostas relativamente às questões fiscais do Município de Setúbal.

**Sr. Presidente** – Disse que já tinha referido no ano anterior e voltava a referir naquele ano, aquelas propostas do Partido Socialista não tinham em conta a realidade. Eram uma opção ou uma obsessão do Partido Socialista reduzir o quanto pudesse, porque a lei também punha travão na receita da Câmara Municipal. Naturalmente que, a Câmara Municipal investiu, ao longo daqueles anos, milhões de euros na requalificação do património, na mobilidade na cidade e, portanto, em resultados, naturalmente na qualidade de vida das populações do nosso concelho, que eram registados em vários estudos, todos os anos era referida a situação de Setúbal em termos de qualidade de vida. O Partido Socialista, chegava ao mês de maio e, apresentava as suas propostas. No mês de maio as previsões que tinham relativamente aos impostos, existiam, mas naturalmente, que necessitavam de mais tempo para haver maior segurança nessas expectativas.

O Partido Socialista não teve problemas com isso, tendo decidido, durante a campanha eleitoral, que, todos os anos, proporia uma redução dos impostos. Não importava a quem doesse, a Câmara Municipal tinha capacidade para fazer os investimentos necessários, sejam em novos equipamentos e novas obras, sejam na manutenção e conservação daquilo que estava sendo feito, mantendo esse nível de qualidade de vida, uma vez que era reconhecido o Município de Setúbal. Nada daquilo importava ao Partido Socialista, a realidade era qualquer coisa que não era ponderada nas suas propostas.

Questionou os senhores vereadores o que tinham a dizer sobre o facto de no que dizia respeito ao IRS, nas capitais de distrito do nosso país, por exemplo, Santarém 4.75, Leiria 5, Coimbra 5, Aveiro 5, Porto 4,5, Vila Real 5, Guarda 4,5, Évora 4,5, Beja e Faro 5. Quantas autarquias eram do Partido Socialista? Porque é que o Partido Socialista insistia naquelas medidas no concelho de Setúbal? Disse isso relativamente ao estacionamento, e também dizia relativamente ao IMI, ao IRS. Ninguém gostava de pagar, mas viviam numa sociedade, e

tínhamos de ser solidários, os impostos serviam exatamente para isso. Tinham de ser solidários, tinham de perceber que o Estado, as autarquias tinham essa responsabilidade, de zelar, no âmbito das suas competências, por garantir investimento e qualidade de vida. Achava que a Câmara de Setúbal tem realizado esse trabalho, e não se percebia porque é que o Partido Socialista continuava naquela pressão.

Como referiu, o Partido Socialista fazia uma proposta de baixar o IRS para 3,7, quando a esmagadora maioria das capitais de distrito do país, uma boa parte, geridas pelo Partido Socialista, estavam ainda nos 5%. Não se percebia. Também sabiam, não era novidade para ninguém, que baixar o IRS significava um benefício maior para as pessoas que tinham maiores rendimentos e, portanto, as pessoas que tinham menores rendimentos não tinham nenhum benefício com baixar o IRS. Mas era assim a visão, e a política do Partido Socialista na Câmara de Setúbal. Eram interrogações que ficavam, e que certamente os setubalenses, e os azeitonenses saberiam avaliar, daquela postura, daquela forma de estar do Partido Socialista em Setúbal. O Partido Socialista esquecia que se não fosse a Câmara Municipal de Setúbal o Convento de Jesus estava no estado em que o Partido Socialista o deixou, em vários governos do Partido Socialista o deixaram, porque falavam de um património nacional. Perguntavam, se aquilo que o Município de Setúbal, todas as exigências que fez nacional e internacionalmente, para garantir que aquela obra de requalificação do Convento de Jesus fosse feita se devia a quem? Aos governos do Partido Socialista? À autarquia governada pelo Partido Socialista? Não senhores vereadores, devia-se à autarquia gerida pela CDU.

Aquele património que estava ali, que era um património Nacional, de reconhecimento, de interesse internacional, foi a Câmara de Setúbal que tomou as iniciativas. A Câmara de Setúbal propôs ao Governo de então, uma parceria para iniciar as obras de requalificação do Convento de Jesus. Passado 3 ou 4 meses de apresentar a candidatura foram chamados, e o senhor Secretário de Estado disse-lhes que não tinha condições para assumir os 50% do valor da candidatura, e que só poderia assumir 25%, e, portanto, se a Câmara de Setúbal não assumisse a outra parte a candidatura caía. E eles assumiram a outra parte. Passado mais uns 6 meses ou 7 meses, foram chamados novamente, e foi-lhes dito que o Governo não estava em condições de assumir nem os 25% da candidatura, e, portanto, se a Câmara Municipal não assumisse a candidatura, naturalmente que a candidatura caía.

A CDU, na Câmara Municipal de Setúbal, assumiu o valor todo da candidatura. Era daquilo que falavam, daquela realidade. Era daquela realidade que falavam. E depois, no mês de maio apresentavam, as propostas de redução já das receitas, que não se sabiam ainda quais iriam ser, nem estavam próximo disto, não chegaram nem a meio do ano para saber qual era a evolução das taxas a ser cobradas. Naturalmente que tinham essa evolução e podia-lhes dizer que a previsão das projeções da evolução das receitas, tanto do IMI como do IRS, eram para baixar significativamente, comparativamente, por exemplo, com 2019.

E, portanto, aquela era a projeção que tinham, não eram dados reais, eram projeções. Aquela era a situação em que estavam, mas para o Partido Socialista aquilo não contava, não tinha interesse, não tinha validade.

Depois tinham a outra parte, que era aquilo que disse, capitais de distrito, 11 capitais de distrito em 18, tinham valores, havia duas que não se conheciam os valores, mas 11 dessas 16, tinham valores superiores ao que presentemente a Câmara Municipal de Setúbal tinha no que dizia respeito relativamente ao IRS, e a maioria dessas capitais de distrito, como também sabiam, eram geridas pelo Partido Socialista.

Disse que gostaria de saber o que o Partido Socialista pensava daquilo. Se aquilo era uma atitude responsável de alguém que, naquele momento, tinha a responsabilidade do governo do País.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que sem prejuízo de deixar evidentemente toda a outra intervenção para o Vereador Joel Marques, o alívio de impostos, mais justo e necessário, passava pela diminuição do IMI.

Especialmente quando milhares de agregados familiares do país foram sendo empurrados para a contratação de empréstimos, para a compra de habitação nos últimos anos. Iriam ver

os custos associados aos créditos a disparar, defendia a CDU, em Loures. A coligação que juntava o PCP, o Partido Ecologista “Os Verdes”, em comunicado e, segundo a página, “AbrilAbril”.

Que proposta irresponsável fez a CDU em Loures. Que proposta irresponsável. Que irresponsáveis eram esses seus camaradas, que fizeram aquela proposta em Loures. 0,360, que irresponsabilidade, daqueles seus camaradas.

Os vereadores do Partido Socialista quando apresentavam ali as suas propostas faziam-no de forma responsável, “e não queira fazer comparações, falamos efetivamente da Câmara Municipal de Setúbal”. Aquilo que adjetivou a proposta do Partido Socialista, e como o fez, poderia ser aplicado aos seus camaradas de Loures. Portanto, pensava dever ter muito cuidado da forma como atirava as pedras porque elas acabavam todas por bater nos seus telhados, que eram de vidro.

**Sr. Presidente** – Questionou se era só isso que o senhor Vereador tinha para dizer. Comparar a situação, e as propostas que fazia em Setúbal com outros municípios. E o que dizia de Santarém, de Leiria, de Coimbra, de Aveiro, do Porto, Vila Real, Viseu, Guarda, Évora, Beja e Faro? O que dizia? Nada tinha a dizer sobre isso?

Estava tudo dito, mas ficava registado. Falavam da situação de Setúbal, dos setubalenses, do Convento de Jesus, cujas obras estavam a terminar.

(Vozes de fundo)

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que sobre outros municípios, elencou vários, alguns seriam do Partido Socialista, outros seriam geridos pelo PSD, outros pela CDU, como era o caso de Évora, a verdade é que discutiam a política fiscal do Município de Setúbal, nos outros municípios os seus autarcas faziam as propostas que entendessem que deviam fazer.

Não lhe parecia que fosse correto dizer que iam ter uma quebra significativa da receita, e que tinham perdido uma quebra significativa de receita e depois irem comparar com 2019, onde o IMI era 0,45, não era correto. Tinham de comparar a quebra de receita com aquilo que foi a receita do ano anterior. Tinham de comparar aquilo que era receita que iam ter daquele ano, quebra ou aumento, com aquilo que era a receita que tinham do ano anterior.

Quando falavam de IMI, tinham de falar exclusivamente daquilo que era a taxa que era aplicada. Uma taxa, um imposto, que era aplicado, a sua definição competia-lhes a eles, mas como pensava que o senhor Presidente bem sabia, essa taxa, esse imposto, era aplicado, depois àquilo que era o valor patrimonial dos imóveis.

E o valor patrimonial dos imóveis não estava cristalizado, o valor patrimonial dos imóveis era atualizado, automaticamente, pela autoridade tributária com regularidade, e normalmente era atualizado em alta, porque era feita uma atualização particularmente daquilo que era o valor por metro quadrado e, portanto, mesmo que fizessem apenas a regra de três simples, para calcular uma potencial redução da receita, nunca estariam a falar daquilo seria a evolução correta, efetiva, da receita porque os valores patrimoniais também se alteravam. Portanto, fazer uma comparação com 2019, era irresponsável, como o senhor costuma dizer, porque era estar a comparar aquilo que não era minimamente comparável, e era estarem a misturar valores, e taxas, e valores patrimoniais que não tinham absolutamente nada a ver entre si.

Mas, também, sobre aquilo que era o momento da apresentação daquela proposta e, esse momento, tinha sido aflorado quer na sua intervenção, quer na intervenção do Vereador Fernando Negrão, tinham muito para dizer. Apresentavam aquela proposta em maio, na sequência daquilo que foi a apreciação da prestação de contas, apreciação essa, de prestação de contas, em que constataram, que do ponto de vista daquilo que eram os impostos diretos, houveram subidas significativas face ao ano 2022.

Questionou se seria expectável que a receita cobrada em IMT tivesse uma quebra acentuada?

**Sr. Presidente** – Sem dúvida.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Diria que não.

**Sr. Presidente** – Disse que isso era especulação.

**Sr. Vereador Joel Marques** – No ano de 2023, apesar da isenção de derrama, para quem faturava até 150 mil euros, senhor considerava que ia haver uma quebra significativa na derrama? Considerava que a receita poderia eventualmente até aumentar.

A isenção e os 150 mil euros foram apresentados de acordo com a lei e, portanto, o que poderia ser questionado era a forma como a lei estava sendo aplicada. Além disso, poderiam discutir, mas não podiam fazer muito sobre ele. Era uma lei, mas não havia uma aplicação que fosse a mais adequada. Qualquer estabelecimento de restauração, um café ou um restaurante, mesmo que tivesse um lucro reduzido, sempre teria uma faturação superior a 150 mil euros, devido aos fatores normais do seu volume de faturamento e da sua qualidade. Mas qualquer empresa de prestação de serviços com uma carga, do ponto de vista daquilo que eram as suas despesas, e os seus custos fixos, muito menos pesada, muito menos significativa, desde que não chegasse aos 150 mil euros de faturação, mesmo que tivesse um lucro muito mais significativo, acabaria por ser beneficiada por essa isenção.

Portanto, a isenção definida e votaram favoravelmente a essa isenção, e era aquela que decorria da lei, parecia-lhes que não seria a mais correta, porque o imposto que tributava o lucro depois não podia definir isenções sobre aquilo que era o volume de negócios. Mas olhando especificamente para aquilo que era o momento da apresentação daquela proposta, como já tinha dito, apresentaram a proposta na sequência daquilo que era a análise da prestação de contas do ano anterior. Em 2021 apresentaram a nossa proposta em outubro, já tinha sido apresentada uma proposta em junho pela CDU, e em 2020 foi apresentada uma proposta de alteração do IMI, ou melhor, da definição do IMI em fevereiro. O senhor Presidente a fazer um discurso tão exacerbado sobre aquilo que era a segurança nas expectativas de receita do Município em maio, e a sua antecessora, em fevereiro de 2020, apresentou uma proposta de IMI, e o senhor votou favoravelmente enquanto Presidente da Assembleia Municipal. Não ia dizer que a aplaudiu, não sabia se a teria aplaudido ou não, mas tinha-a votado favoravelmente, em fevereiro, estavam em maio.

Portanto, o momento da apresentação da proposta, era uma não questão, era uma justificação que justificava muito pouco, para aquilo que seria o sentido de voto das vossas bancadas e, portanto, sobre isso, e sobre essa responsabilidade de recusar uma redução na carga fiscal sobre os setubalenses e azeitonenses, era uma responsabilidade que era vossa e que teriam de assumir.

Mas havia mais uma afirmação do Vereador Fernando Negrão, que não podia deixar passar em claro. O PSD insistia e o senhor Vereador Fernando Negrão corporizou também essa insistência, em confundir carga fiscal com impostos. É que o senhor Vereador sabia, se não sabia deveria saber, que carga fiscal não eram só os impostos, carga fiscal eram os impostos e eram também as contribuições para a Segurança Social. Questionou se o senhor Vereador Fernando Negrão sabia porque é que tínhamos uma carga fiscal elevada hoje em dia. Porque tínhamos um peso tão significativo da taxa social única, das contribuições para a Segurança Social, na carga fiscal. Questionou se o senhor Vereador sabia porque é que a tínhamos?

(Vozes de fundo)

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que era devido ao fato de termos uma economia praticamente estável, com uma taxa de desemprego baixa, rapidíssima, praticamente nos mínimos históricos. Além disso, tínhamos mais contribuições para a Segurança Social, ao contrário do que aconteceu no governo do PSD/CDS, onde o desemprego aumentou de forma bastante significativa. É por isso que, atualmente, tínhamos uma carga fiscal maior, pois tínhamos um peso maior na carga fiscal, que eram as contribuições e impostos. A taxa social única era paga pelas empresas, e era paga E quando se aumentava o desemprego, reduziam, naturalmente, as contribuições para a Segurança Social.

A Taxa Social Única que era paga pelas empresas e era paga pelos trabalhadores daquele país, coisa que não podia acontecer no seu governo, porque aquilo que tinha acontecido tinha sido aumentar o desemprego. E quando se aumentava o desemprego, reduziam, naturalmente as contribuições para a Segurança Social.

(Vozes de fundo)

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que como se não bastasse ainda tinham aumentado impostos. E o Partido Socialista tinha vindo a diminuir ao longo dos anos.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que tinha sido a Troika que o PS tinha trazido para Portugal.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que ali tinham uma dupla, não tinham uma Troika, mas tinham uma dupla na votação daquela proposta.

Portanto, o Partido Socialista, o governo que trilhava um caminho de redução de impostos e, também, no Município de Setúbal, assumiam o compromisso e iam honrá-lo.

Queriam reduzir a taxa de IMI, para o seu mínimo, para 0,3 e queriam reduzir a participação variável no IRS para 3%. Queriam fazer aquelas reduções ao longo do tempo, idealmente seria ao longo do mandato, já não o iam conseguir cumprir, porque o PSD em outubro ou novembro do ano anterior deu “o dito pelo não dito”, trocou o voto favorável que teve em junho, por um voto que não foi favorável e, portanto, beneficiou a CDU, e a gestão da CDU, desse aumento da carga fiscal, face ao que tinha sido aprovado em junho. Portanto, essa era a matriz do PSD, era criticar a carga fiscal, que eram impostas mais contribuições para a Segurança Social, ou seja, eram impostos, mas era também pleno emprego, e simultaneamente, aquilo que criticava, por um lado, ia pelo outro fazer e apoiar, que era aumentar os impostos no Município de Setúbal.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse ao senhor Vereador Joel Marques que o ar e o tom que colocava nas suas intervenções não lhe ficava bem. Muito menos dirigindo-se a si, sabendo bem que ele sabia o que era o sistema fiscal e querer-lhe ensinar serem os impostos mais a Segurança Social. Achava isso no mínimo ridículo.

O tom que usava era no mínimo ridículo porque o senhor Vereador Joel Marques queria colocar-se numa posição, do alto do seu saber, a ensinar-lhe coisas que eram óbvias, é que ainda por cima eram óbvias. Além disso, tudo o que invocou ali, relativamente aos governos do PSD e do PSD/CDS, tinham origem num facto, que foi um memorando assinado pelo Partido Socialista, no governo do Engenheiro José Sócrates, com a Troika, para trazer a Troika para Portugal. E cada uma das medidas que foram tomadas pelo PSD e pelo CDS, estavam nesse memorando, assinado, escrito, negociado, pelo Partido Socialista. E os senhores Vereadores do Partido Socialista esqueciam-se disso com muita facilidade, porque com muita facilidade a verdade não era propriamente o seu forte.

(Vozes de fundo)

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Pensava que o senhor Vereador Joel Marques, tinha uma tendência para fazer contabilidade de proveitos e de receitas e esquecia-se de que do outro lado, havia a continuidade dos custos e das despesas. Portanto, achava que não fazia sentido nenhum falar em receitas, em receitas, em receitas, sem olhar para as despesas.

Achava que havia uma distorção completa na reflexão que tinha apresentado. Uma coisa sem a outra não permitia perceber o que falavam, essa era uma primeira questão.

A segunda questão, foi algo que disse achar que era inenarrável e não era aceitável. Foi que o voto do PSD beneficiou a CDU, no ano anterior. Questionou se o dinheiro que ficou na Câmara foi para os eleitos da CDU ou tinha sido investido ao milímetro, ao centímetro nas

populações. Atenção, uma afirmação daquelas era uma afirmação de uma grande gravidade. O dinheiro não foi para a CDU, o dinheiro ficou no Município e tinha sido utilizado integralmente ao serviço da população.

Em tempo oportuno, poderiam falar sobre quem beneficiava com o quê, já num ano anterior tinha sido feito um trabalho por parte de um dos vereadores da CDU, o Ricardo Oliveira, que demonstrou quem beneficiava, de facto, com a redução do IMI. Havia milhares e milhares de munícipes que não beneficiavam um cêntimo com o IMI, milhares. E, o número de munícipes que beneficiavam, de uma forma significativa, do IMI andavam à volta dos 10%, 15%, e todos os outros eram profundamente prejudicados por falta de meios e recursos para melhorar a sua qualidade de vida. Portanto, pensava ser importante perceber do que tratavam. Naquele dia não dava para fazer aquela discussão, com números em cima da mesa poderiam fazer essa discussão de uma forma mais clara.

Outra questão era a imprevisibilidade da situação económica financeira, o que tinham atualmente.

Há tempos trabalhavam com a inflação abaixo de um, um, um ponto tal, abaixo de dois, dois, ligeiramente acima de dois, andavam por aí. Naquele momento, ninguém sabia como a inflação se ia comportar. Já tinha subido muito, já tinha descido um bocadinho, havia quem dissesse que ia continuar a subir. O Centeno disse que a inflação ainda iria subir e que os preços também iriam subir, disse o Centeno antes de ir para Bruxelas, há 15 dias, portanto, tinham de trabalhar com essa imprevisibilidade.

E depois, havia outros aspetos, é que, de facto, o Município de Setúbal assumia muito mais responsabilidade daquela que tinha dantes, e ia subir mais dentro de pouco tempo. E era responsabilidade que tinham um impacto financeiro brutal. Ia ficar com a área social, a área da educação já ia a mais de 1 milhão em gestão corrente. Ia precisar de 6, 7, ou 8 milhões para investir nas escolas. A habitação PRR a 100% com os valores do metro quadrado, não era a 100%, de facto, exceto se houvesse mudanças radicais no PRR, e sobrarão milhões, eventualmente para a Câmara Municipal de Setúbal, etc. Pensava precisarem de olhar com calma para a evolução das coisas e, sobretudo pensar que havia sempre receitas e despesas, havia proveitos e havia custos. E que, uma política equilibrada do ponto de vista financeiro tinha de dar resposta à comunidade, na qualificação do território, na manutenção do território e, para isso, era preciso dinheiro, e quanto mais qualificado o território mais dinheiro era preciso para o manter qualificado, não se podia fazer assim uma abstração do território. Podiam ir um pouco mais atrás, olhando para o histórico financeiro daquela Câmara e o estado em que ela ficou, e a recuperação feita, e os investimentos feitos, o senhor Presidente falou do Convento de Jesus, mas podia-se falar de vários Convento de Jesus, e que tinham de ser mantidos. Ainda há dias falando com o senhor Vereador Joel Marques, tinha-lhe explicado uma coisa muito simples, se calhar era bom olhar quando se qualificava um equipamento, por exemplo, o Convento de Jesus ou o Fórum, ou outro qualquer, a sua manutenção, mantê-lo a brilhar, mantê-lo a funcionar, mantê-lo com a atividade, mantê-lo a dar resposta à população, custava muito dinheiro. Não o tendo era mais barato, não existia, mas tendo era preciso investir, era preciso ter capacidade de resposta.

Portanto, aquela sua intervenção era só para chamar a atenção para aquela simplicidade, de que olhar só para a receita, sem olhar para a despesa, quer aquela que já existia, que era conhecida, quer aquela que aí vinha, que nem conheciam bem ainda, sabiam que ia ser grande, mas não conheciam bem, e tinham de ter capacidade de resposta para isso.

Por outro lado, estavam no fim do primeiro quadrimestre, *“e já temos as contas todas feitas, a malta é esperta que se farta, menos o mundo inteiro, só aqui em Setúbal é que as contas estão claras. Apresentaram as contas, e tal, está clarinho, toca a andar. No mundo inteiro ninguém sabe o que acontecerá, à situação económica do mundo, dos países, dos municípios todos, em Setúbal está tudo claro”*. Pensava ser preciso ter mais calma com aquilo, independentemente de outras considerações que pudessem fazer.

Quis intervir sobre aquela matéria porque eram questões, que foram colocadas ali, que achava que não faziam muito sentido e que eram um pouco superficiais. Achava que era bom terem uma discussão mais consistente em cima daquilo que era a previsão real das coisas

um pouco mais adiante, e teriam uma capacidade de todos conversarem com maior realismo sobre aquela matéria, e não ficar apenas com “ok, há aqui um compromisso eleitoral e vamos, e vamos, e vamos, e vamos, não interessa o que se passa à volta, não passa nada”. Não podia ser assim. Achava, que de facto, não era a forma mais adequada de olhar para as coisas, nem era a forma mais responsável, nem a forma que melhor servia os munícipes. Primeiro tinham que ver se tinham meios e recursos para a resposta necessária aos nossos munícipes, essa é que era a questão de fundo, se tinham meios e recursos para dar resposta aos nossos munícipes naquilo tudo o que aí vinha. E não sabiam tudo, já sabiam muito, mas não sabiam tudo.

Portanto, apelou ao Partido Socialista para que tivesse um pouco mais de equilíbrio na avaliação das coisas e que não se ficasse por um lado da questão.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que não podia deixar de responder a algumas das afirmações que tinham sido ali feitas.

O voto do PSD tinha beneficiado efetivamente a CDU, tinha beneficiado a proposta da CDU e, portanto, tinha beneficiado o seu executivo da CDU. O dinheiro não tinha ido para os bolsos dos eleitos da CDU, mas também não tinha sido investido.

(vozes de fundo)

**Sr. Vereador Joel Marques** – “Digo-lhe eu, sabe porquê?”, porque só ia ser cobrado naquele ano.

(vozes de fundo)

**Sr. Vereador Joel Marques** – Não tinha sido investido, só ia ser cobrado naquele ano. As taxas que tinha apresentado no ano anterior....

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – “Já no ano anterior tinha havido uma baixa, não?”

(vozes de fundo)

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que as taxas que tinham aprovado no ano anterior, e que depois sobre proposta da CDU, com o apoio do PSD, tinham sido revertidas, eram aquelas que iam ser cobradas naquele ano.

(vozes de fundo)

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que não estava no bolso, naquele momento, ainda não estava no bolso dos setubalenses, iam começar em maio a desembolsa-lo. Portanto, não estava no bolso, mas também não tinha sido investido.

(vozes de fundo)

**Sr. Vereador Joel Marques** – “Veremos na próxima Prestação de Contas”.

Disse ao senhor Vereador Fernando Negrão, que sua intervenção também não lhe ficava bem, é que esse zigzaguear, entre aquilo que eram impostos e a carga fiscal, querendo confundir os cidadãos, também não lhe ficava bem, e também parecia um pouco ridículo nessa situação.

(vozes de fundo)

**Sr. Vereador Joel Marques** – “Cada um tem as suas”.

Dirigindo-se ao senhor Vereador Fernando Negrão, disse que muito que quisesse mascarar a carga fiscal, com impostos elevados, não era essa a questão, atualmente tinham impostos mais baixos do que tinham. Tinham uma carga fiscal mais alta porque tinham mais emprego, tinham mais pessoas a trabalhar, tinham mais pessoas a contribuir para a Segurança Social, e o caminho que queriam trilhar em Setúbal era o caminho da redução de impostos, tal como tem sido trilhado no país.

O IMI que ia ser cobrado agora em 2023, mas referente a 2022, em 59% dos 308 municípios do país estava definido na sua taxa mínima em 0,3, e em apenas 6 estava definido na taxa máxima. Já tinham baixado a taxa máxima, continuavam a tabelar por cima, naquilo que era o distrito, fez a referência ao distrito porque normalmente o senhor Vereador Pedro Pina também costumava querer fazer as comparações mais perto de casa, não olhando para outras latitudes, portanto, no distrito, a nossa taxa de IMI era das mais altas, olhando para aquilo que era a realidade do país 59% dos municípios aplicava a taxa mínima de IMI, e esse era um caminho que também tinham de trilhar. Era um caminho que era doloroso? sem dúvida. Não tinham dúvidas absolutamente nenhuma disso. Aquilo que tinham de fazer, e tinham de fazer com seriedade, como o senhor Vereador Carlos Rabaçal também tinha apelado, era o rigor na gestão, o rigor na definição da despesa, particularmente no que respeitava às despesas correntes, tendo em conta aquilo que eram as receitas que a Câmara já cobria e as receitas que a Câmara entendia que devia cobrar. Entendiam que do ponto de vista fiscal, e em IMI em a participação variável no IRS, a Câmara devia cobrar menos do que aquilo que cobrava atualmente. Entendiam que esse deveria ser o caminho. E era um caminho que pretendiam manter, até chegarem, como já tinha tido oportunidade de dizer na sua primeira intervenção, aos 0,30 no IMI, ou seja, a sua taxa mínima, e aos 3% na participação variável do IRS, como bem sabiam, não era a taxa mínima, porque os municípios podiam decidir não ter qualquer participação variável no IRS. Entendiam que ela deveria existir, e que se devia fixar em 3%, e esse era um caminho que iam percorrendo ao longo dos anos, e que se as propostas que naquele dia ali traziam, fossem aprovadas teriam condições para atingir esse caminho em 2026, se não fossem aprovadas teriam oportunidade de o atingir em 2027, ou em 2028, ou a partir do momento em que ganhassem as eleições autárquicas, em 2025, e tivessem a capacidade de, com uma maioria estável, fazer aquilo que tinha que ser feito, que era baixar a carga fiscal daquele concelho.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que relativamente àquilo que tinha dito na sua intervenção inicial sobre aquele tema, o PSD não abdicava de apresentar a sua proposta, e ia apresentá-la, só que ia apresentá-la quando tivessem um quadro legal fixado, e num tempo razoável. Isso é que era seriedade. Seriedade não era apresentar em maio, para aplicar no ano seguinte.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que sobre seriedade, aprovar 0,37 em junho, reverter para 0,40 em outubro, dizer que o compromisso eram 0,40, e 4% no IRS, e vir afirmar que queria apresentar uma proposta diferente, era uma seriedade um bocadinho malabarista. Tinha de lhe dizer que era uma seriedade com algum equilíbrio, que também não lhe ficava particularmente bem. Mas veriam.

(vozes de fundo)

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que a gravata lhe ficava bem, porque o vermelho combinava bem com o azul do fato. Preferia verde, era vitoriano, mas o vermelho ficava-lhe bem.

(vozes de fundo)

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Achava que aquela história do PS parecer o campeão da redução dos impostos, era uma *“treta”*, porque o PS sempre tinha aumentado impostos em todo lado, menos ali e nalguns municípios em que lhe dava jeito.

A CDU também colocou a questão da redução dos impostos e propôs, foi o senhor Presidente da Câmara que falou na possibilidade de fazer uma redução progressiva dos impostos, olhando para a realidade da gestão, equilibradamente para a realidade da gestão, colocou essa questão, agora o que ali estava em cima da mesa, e as pessoas que os ouviam tinham que perceber era que o Partido Socialista meteu no seu programa a redução dos impostos, e não queria saber da situação financeira da Câmara, nem queria saber da resposta global aos munícipes, nem queria saber do que é que ficava de fora, com a redução de impostos, porque a proposta de redução de impostos para ser equilibrada tinha que ter em conta uma gestão equilibrada, financeira da Câmara, naturalmente, mas também era uma gestão focada na resposta às questões que os munícipes tinham diariamente.

A ideia que dava, às vezes, era que o Partido Socialista preferia reduzir os impostos, limitar a ação da CDU, do executivo CDU, no seu trabalho, mesmo que isso prejudicasse os munícipes. Isso era péssimo, porque não estava em cima da mesa da parte do Partido Socialista, a questão do equilíbrio da receita e da despesa, dos custos e dos proveitos, em função do projeto em concreto.

Achava que era importante clarificar isso, porque a sensação que dava era mesmo essa: *“é reduzir de qualquer maneira, é dar cabo deles, para eles não poderem gerir, e depois nós aparecemos e vamos comandar a Câmara”*, não interessava se isso prejudicava as pessoas, era preciso era reduzir, reduzir, reduzir: *“impedir que eles trabalhem, impedir que eles façam, aconteça o que acontecer as pessoas”*, e as pessoas tinham que perceber isso. Que o discurso da redução dessa maneira era um discurso muito falacioso. O discurso da redução apoiado na gestão concreta financeira do município e da resposta às pessoas era outro discurso. E achava que seria bom que afinassem o discurso, pela resposta às necessidades concretas das pessoas todas, e isso implicava impostos.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que o senhor Vereador Carlos Rabaçal, transmitia a ideia que o Partido Socialista apresentava propostas para reduzir impostos com o intuito de dificultar a gestão da CDU, não. O Partido Socialista defendia um modelo de gestão diferente da CDU, pensava que isso era evidente, mas o Partido Socialista também sabia que quando assumisse a responsabilidade pela gestão do Município teria de governar com impostos em taxas mais baixas, com receitas mais baixas. Aquilo que entendiam era que, era possível continuar a prestar serviços aos munícipes com uma gestão mais rigorosa, com maior rigor, com melhor controlo daquilo que eram as despesas correntes e prescindir de uma parte da receita, estavam a fazê-lo progressivamente. A progressividade poderia ser maior, eventualmente, poderiam discutir se essa progressividade poderia ser maior. *“Sabe porque é que nós neste momento não estamos a discutir isso senhor Vereador Carlos Rabaçal? É porque a CDU iniciou esse caminho demasiado tarde”*. O caminho de redução de impostos, o caminho de redução de carga fiscal, tinha sido iniciado pela CDU com uma redução de 0,45 para 0,44 em fevereiro, não foi em maio, foi em fevereiro de 2020. Portanto, iniciaram esse caminho demasiado tarde, com uma proposta que consideravam que era muito pouco expressiva, não tinha expressão naquilo que era a diferença para o cidadão e, também, naquilo que era a receita final do Município. A proposta deles tinha um impacto maior, do lado do cidadão, e tinha um impacto também maior necessariamente do ponto de vista do Município, agora essa gestão, e esse equilíbrio entre o que era a despesa e o que era a receita tinha de ser feita com rigor de gestão. E, portanto, a CDU, fazia gáudio daquilo que era o seu rigor de gestão, e, portanto, continuaria a gerir, até ao final do mandato, com aquilo que fossem os impostos aprovados naquela Câmara, pela maioria dos vereadores presentes, e sabiam, também, que quando ganhassem a Câmara, quando ganhassem as eleições autárquicas, teriam também que governar com uma receita mais baixa do que aquela que os senhores gostariam de ter, mas estavam perfeitamente disponíveis para o fazer e convictos que conseguiriam fazer um melhor trabalho que a CDU.

(vozes de fundo)

**Sr. Presidente** – *“Muito bem senhor Vereador, quando chegar um dia desses, os senhores hão de governar, nessa altura, com essa diminuição de impostos”.*

Esperava que não se diminuíssem os impostos ao ponto que o senhor Vereador propunha. Os senhores tinham condições para avaliar as contas e a situação financeira da Câmara de Setúbal. As contas estavam controladas, mas pela situação que viviam podiam ficar descontroladas, do ponto de vista financeiro, e os senhores vereadores sabiam isso muito bem. Sabiam exatamente que a tendência era para os impostos diretos baixarem na receita, e sabiam também, ao mesmo tempo que pagavam por cada intervenção, por cada obra, valores da ordem dos 40%, 45% comparativamente a uma obra, a mesma obra, feita há 3 anos. 45%, o senhor Vereador não tinha a noção disso, por isso é que propunham aquele tipo de redução de impostos, era: *“quanto pior, melhor”*. Era assim que os senhores avaliavam. Deu um exemplo concreto, faziam um esforço enorme, do ponto de vista financeiro, para continuar a lançar os concursos para a habitação, o compromisso que tinham com a habitação, com a requalificação da habitação. E, iam fazer, para também lançar os concursos para nova habitação. Eram 40% de diferença, do custo, da empreitada presentemente, por isso é que os projetos tinham que ser revistos, a cada 3 meses, porque o aumento dos custos era de facto dessa grandeza. Os senhores não tinham a noção, e por isso é que apelava, para ponderarem bem naquilo que faziam, porque a Câmara Municipal de Setúbal, independentemente de quem governasse a Câmara, por esse caminho levaria a uma situação de grande dificuldade, *“e sabe quem é que são os primeiros prejudicados com isso?”*, não era o Partido Socialista, porque o Partido Socialista deixou a Câmara na situação que todos conheciam e, ainda, na presente data, pagavam. Os senhores nunca queriam falar disso, mas ainda hoje pagavam o contrato de reequilíbrio financeiro, da dívida que o Partido Socialista deixou, ainda hoje, decorridos 20 anos, ainda hoje pagavam.

A Câmara Municipal de Setúbal, pagava todos os anos, a quota parte do reequilíbrio financeiro, do contrato de reequilíbrio financeiro, que tinham contraído em 2003 para fazer o equilíbrio das contas. Os senhores nem sequer queriam ouvir falar naquilo, mas a vossa responsabilidade perante aquilo era zero. Mas era aquela a situação. E, os primeiros prejudicados com aquela situação, naturalmente que eram os munícipes. Tudo aquilo que tem sido feito, e que representava a qualidade de vida e a atratividade daquele concelho, daquele território, da dinâmica daquele território para os investidores ou para aqueles que procuravam vir ali beneficiar, de facto, da qualidade de vida que Setúbal presentemente oferecia. Isso para os senhores não contava. Se tivessem apresentado aquela proposta, como era normal, no mês de setembro, em que já se tinha uma ideia da evolução das receitas, naturalmente, que podiam não concordar, e não concordariam sempre, com aquele tipo de propostas que apresentavam, porque ele era ruinoso para o equilíbrio das contas do Município, e, portanto, sendo ruinoso para o equilíbrio das contas do Município, era ruinoso para a população de Setúbal.

Por isso é que apelava que ponderassem as propostas que naquele dia apresentavam, e nas propostas futuras, porque o que estava em causa era, de facto, o equilíbrio das finanças do Município.

As finanças de um Município, como a Câmara de Setúbal, sem controlo financeiro, naturalmente, que tinha consequências desastrosas naquilo que era atualmente a imagem que o Município de Setúbal tinha, aquele território, e que custou muito, e que tinha muito trabalho, muito investimento feito ao longo daqueles 20 anos.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que lhe custava um pouco assistir aos argumentos que eram apresentados quando sabiam, por um lado, por via da questão da transferência de competências, que não era de somenos importância, que estavam a ter uma deterioração de todos os orçamentos municipais no país, que a fazia temer que as autarquias não conseguissem responder a todas as responsabilidades e competências que tinham, e, a par

disso, aquela descida casuística dos impostos que eram fixados pelos municípios, sem mais nenhum contexto.

Por exemplo, teria feito sentido se o Sr. Vereador Joel tivesse dito assim: *“Nós somos maioria absoluta na Assembleia da República, vamos apresentar uma proposta de revisão da Lei das Finanças Locais, vamos dar os meios justos aos municípios. Primeiro, porque não cumprimos a lei que está em vigor e, depois, porque ela, efetivamente, precisa de ser alterada. E, depois, dando os meios justos, vamos atribuir os valores corretos, no que diz respeito à transferência de competências, para não haver aqui défices. E, depois, aí sim, vamos permitir às autarquias que possam gerir, de acordo com aquilo que são as necessidades e as vontades da população, os seus impostos próprios.”*

No caso da Câmara de Setúbal, como toda a gente sabia, não eram dependentes dos recursos do Estado Central, mas dependiam muito das receitas próprias. Era preciso perceber para onde é que os portugueses descontavam e o que é que, nesse desconto, também cabia aos municípios. Um município como o nosso receber do Fundo de Financiamento cerca de 12 milhões de euros, efetivamente, era uma parte do orçamento que chegava a menos de 10 por cento.

Portanto, aquilo teria que ser conversado integralmente, não podia ser: *“Agora, vamos baixar o IMI e vamos baixar o IRS”*. Então, e as outras coisas todas? Porque é que as autarquias locais não tinham um regime diferente, no que dizia respeito, por exemplo, ao IVA? Porque é que tinham que pagar os IVA todos a 23 por cento? Porque é que não falavam dessas coisas todas quando falavam de despesa? Porque queriam fazer um brilharete: *“Nós é que dissemos que íamos a baixar o IMI e queremos chegar aos 0,3”*.

Realmente, era preciso explicarem muito, era preciso conversarem muito, para que esse entendimento chegasse. Com uma parangona *“o IMI baixa para não sei quê e os vereadores recusaram”*, se calhar, era mais fácil, mas eles tinham ido por caminhos difíceis, mas caminhos mais verdadeiros. Enquanto maioria no parlamento, deveriam tratar, também, dessas questões, que eram muito importantes, para além de outras.

Havia uma despesa que o Município tinha e que não se justificava, que era, em termos de desigualdade, inqualificável, que era o facto de ter de pagar despesas à ADSE. Os senhores vereadores sabiam que só as autarquias é que contribuía para a ADSE, o Estado Central não contribuía. Se lhes tirassem esses 2 milhões, se calhar, com esses 2 milhões já poderiam baixar os impostos. Podiam fazer também um brilharete: *“Tirem-nos lá esses 2 milhões com que nós participamos para a ADSE”*.

Mais nenhuma entidade fazia essa comparticipação. Estava na altura, aquilo já se debatia havia anos e anos. Estava na altura e, aí, poderiam estar de acordo com o Sr. Vereador Joel, poderiam baixar as despesas. Essa era uma das que poderiam baixar. Não era justo que apenas fossem as autarquias a ter essa despesa, quando os trabalhadores já faziam os seus descontos e não eram poucos, já eram 3 por cento. Portanto, havia muita matéria para discutirem, mais em jeito de várias medidas do que, propriamente, medidas isoladas.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que fazia aquela última intervenção porque o Sr. Presidente tinha insistido em falar muito no passado e, sempre que falava no passado, esquecia-se de referir aquilo que eram os números.

Em 2001, a Câmara Municipal de Setúbal tinha de dívida bancária 45,7 milhões de euros, números redondos. Desses 45,7 milhões, 15,4 milhões diziam respeito à construção de 826 fogos de habitação pública - 826 fogos de habitação pública! - e 10 milhões diziam respeito à construção da ETAR, saneamento básico. Portanto, dos 45,7 milhões de dívida bancária que a Câmara Municipal tinha quando o Partido Socialista perdeu a Câmara, em 2001, mais de metade (25,4) diziam respeito à construção de habitação pública (826 fogos) e diziam respeito à construção da ETAR.

As receitas de taxas e impostos (receitas anuais), em 2001, andavam à volta dos 27,7 milhões de euros. Naquele momento, em 2022, os últimos dados que tinham disponíveis, o valor de taxas e impostos era o dobro desse, um bocadinho menos do dobro. Portanto, com o

dobro da receita, ainda assim, os senhores da CDU entendiam que a dívida que tinha sido feita tinha sido dívida que não tinha deixado obra, no entendimento da CDU. Lamentava, mas tinha deixado. Já ali tinham trazido uma vez uma lista, se quisessem poderiam trazê-la novamente.

Mas também poderiam falar, se o Sr. Presidente assim o entendesse, sobre os milhões a mais que tinha custado contratar a IPODEC em 2003, que tinha ganho um concurso público por uma questão de 9 dias no prazo, pela forma como caderno de encargos tinha sido construído. Tinha ganho o concurso público por uma questão de 9 dias no momento de iniciar a operação. Poderiam falar, porque o Sr. Presidente certamente teria conhecimento de causa, porque era o vereador do Ambiente, na altura, portanto, tinha sido um projeto que tinha passado por ele. Poderiam falar sobre aquilo que tinha sido o concurso público que o Sr. Presidente tinha lançado mais tarde e que, depois, tinha deitado abaixo porque tinha sido a mesma empresa a ficar mais bem classificada. Também poderiam falar sobre isso. Poderiam falar sobre muita coisa, mas, quando falassem, falassem com rigor.

Quando falassem da dívida bancária que tinha transitado do último mandato do Partido Socialista para o primeiro mandato a CDU, para o primeiro mandato de Carlos Sousa, que tivessem bem claro que mais de metade dessa dívida bancária tinha correspondido à construção de 826 fogos de habitação pública e à construção da ETAR, ou seja, a investimento em saneamento básico.

**Sr. Presidente** – Disse que quando havia falta de argumento arranjavam tudo e mais alguma coisa. Isso era a demonstração. Tinha ficado bem claro, nessa intervenção do senhor vereador, que, de facto, a irresponsabilidade era grande. Sabia uma coisa? Eles não tinham essa visão que o senhor vereador tinha acabado de dizer. Não sabia esses números, não conhecia esses números, mas o que o senhor vereador tinha dito e a comparação que tinha feito demonstravam bem o seu pensamento.

O senhor vereador dizia assim: *“A Câmara estava na bancarrota, mas nós construímos não sei quantas habitações”*. Era assim a sua visão e eles não tinham essa visão. O equilíbrio das contas do Município era sagrado. Tinha de ser sagrado, porque isso era a salvaguarda do futuro e do desenvolvimento. O senhor vereador não tinha essa visão e tinha dado esse exemplo, mas não pelos números. Não conhecia esses números, mas sabia o que era uma bancarrota, que tinha sido como eles tinham encontrado a Câmara.

A comparação que o senhor vereador tinha feito ali era bem a demonstração do pensamento que tinha sobre o que era uma boa gestão, o equilíbrio financeiro das contas de uma autarquia. O que o senhor vereador tinha dito tinha sido: *“Tenho uma Câmara na bancarrota, mas construí não sei quantas casas”*. Era essa a sua visão da gestão autárquica. Naturalmente que os setubalenses nunca aceitariam uma visão desse tipo, nunca aceitariam e a irresponsabilidade continuava, infelizmente.

Voltava a apelar à ponderação de tudo isso, porque, como tinha dito o Sr. Vereador Carlos Rabaçal, o senhor vereador só olhava para as receitas, não era capaz de ver quanto é que custava, naquele momento, uma obra. Já lhe tinha dito que uma obra feita naquele momento, comparada com a mesma obra feita 2 anos antes, custava, naquele momento, mais 40 por cento. Se traduzisse isso em milhões de euros veria do que é que estavam a falar.

Tinha de avaliar as despesas e as receitas, não era de olhos fechados, não era uma obsessão que os senhores do PS tinham tomado aquando da campanha eleitoral e que continuavam a aplicar, independentemente da realidade.

Não era assim que se geria uma autarquia, mas cada um, naturalmente, politicamente, assumia as suas responsabilidades. Eles assumiam as deles e defenderiam essas posições sempre que fosse necessário.

Terminado o debate, iria pôr as propostas à votação, proposta a proposta, para não haver nenhuma dúvida.

O Sr. Presidente submeteu a votação a proposta relativa à deliberação n.º 693/2023 – Proposta n.º 02/2023 – GAVPS – Participação Variável de IRS para o ano 2023, apresentada

pelo Partido Socialista, tendo a mesma sido rejeitada, por maioria, com 4 votos a favor, do PS, 5 votos contra, da CDU, e 2 abstenções, do PPD/PSD.

Seguidamente, o Sr. Presidente submeteu a votação a proposta de deliberação n.º 694/2023 – Proposta n.º 03/2023 – GAVPS – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano 2023, apresentada pelo Partido Socialista, tendo a mesma sido rejeitada, por maioria, com 4 votos a favor, do PS, 5 votos contra, da CDU, e 2 abstenções, do PPD/PSD.

## **27. Deliberação n.º 694/2023 – Proposta n.º 03/2023 – GAVPS – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano 2023**

A proposta foi rejeitada, por maioria, com 4 votos a favor, do PS, 5 votos contra, da CDU, e 2 abstenções, do PPD/PSD, conforme documento anexo registado sob o n.º 84 (ver ponto 26).

### **C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Não houve intervenção do público.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram 21 horas e 25 minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 4 de outubro de 2023, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 62 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por: Carlos Mendes e Aldora Poeira  
Conferida por: Ana Paula Lico / Revista por: Paulo Hortênsio